

# DIÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO



Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003

ANO VII – EDIÇÃO 2722

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Secretário do Tribunal Pleno  
**BEL. GLÁUCIO ARTHUR ASSAD**

#### PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

AÇÃO PENAL PÚBLICA N.º 0010 03 001261-0

Autor: Ministério Público de Roraima

Acusado: Sebastião Portella

Advogado: José Luiz Antônio de Camargo

Relator: Exmo. Sr. Juiz Convocado Cristóvão Suter

I – Trata os autos de Ação Penal Pública, relativa a possível cometimento de infração penal por parte do acusado Sebastião Portella, Deputado Estadual.

Aduz o ilustre representante Ministerial que o acusado, na qualidade de Chefe do Executivo Municipal de Caracará, teria praticado diversas irregularidades, apontadas inclusive pelo Tribunal de Contas do Estado, razão pela qual o recebimento da denúncia seria consequência lógica e imperativa.

Inicialmente apresentada a peça acusatória perante o juízo da comarca de Caracará, comprovada a circunstância do exercício da atividade parlamentar pelo acusado, restaram os autos remetidos a este Tribunal (fls. 262/264).

Com vista dos autos (fls. 277), opinou o *Parquet* pela ratificação de todos os atos instrutórios realizados na 1.ª instância, bem como pelo regular processamento dos autos.

É o breve relato. Passo a decidir.

II – Inicialmente, é de se registrar que a competência para o julgamento do caso em análise é deste Tribunal, porquanto o art. 34, § 4.º, da Constituição Estadual, é bem claro nesse sentido.

Outrossim, consoante salientado com propriedade pelo sábio representante Ministerial, por força do inserto na emenda constitucional n.º 035/01, prescindível a licença do Parlamento Estadual para o processo e julgamento da infração:

*“CRIMINAL – DENÚNCIA – INDÍCIOS – CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE – DEPUTADO ESTADUAL – CONSTITUIÇÃO FEDERAL – EMENDA Nº 35 – CONSTITUIÇÃO DO ESTADO – Restringida a imunidade parlamentar no texto da Constituição Federal pela emenda nº 35, o recebimento da denúncia por crime comum contra deputado estadual independe de autorização da assembleia, por isso é irrelevante a previsão em contrário na Constituição do Estado, ante a supremacia da Carta da República. Formulada em termos regulares com os requisitos indispensáveis, demonstrados os indícios evidentes de crime, em tese, impõe-se o recebimento da denúncia”.* (TJRO – APen 99.000215-2 – TP – Relª Desª Zelite Andrade Carneiro – J. 02.09.2002)

III – Em sendo assim, ao tempo em que reconheço a competência deste Tribunal para o julgamento do feito, ratifico todos os atos instrutórios, inclusive no que diz respeito ao recebimento da denúncia.

Designa-se data próxima para a realização do interrogatório.

Cite-se o acusado, requisitando-se seus antecedentes.

Notifique-se o MP.

Boa Vista, 8 de setembro de 2003.

Juiz Convocado **Cristóvão Suter**  
Relator

#### MANDADO DE SEGURANÇA n.º 01003001401-2

Impetrante: ADONIS LUIZ CASTELO BRANCO E OUTROS

Advogados: ALEXANDER LADISLAU MENEZES e SAMUEL WEBER BRAZ

Impetrado: Secretário de Administração do Estado de Roraima

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

Vistos, etc. ...

Inclua-se o nome da requerente no rol dos beneficiados pela medida liminar concedida às fls. 192/195, cumprindo-se os atos determinados no *decisum*.

Boa Vista, 09 de setembro de 2003.

Des. **Robério Nunes** – Relator

**MANDADO DE SEGURANÇA n.º 01003001434-3**

Impetrante: ROSINHA CARDOSO PEIXOTO

Advogado.: ROSINHA CARDOSO PEIXOTO OAB/RR 271

Impetrado: Secretário de Administração do Estado de Roraima

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

**DECISÃO**

**ROSINHA CARDOSO PEIXOTO**, qualificada na inicial de fls. 02, postulando em causa própria, impetrou Mandado de Segurança contra ato do Ilmo Sr. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA.

A Impetrante alega, em síntese, que ao se submeter a concurso público visando provimento de vaga para o cargo de Delegado de Polícia Civil do Estado de Roraima, após ter sido aprovado nas provas de conhecimento gerais e específicos, teria sido vítima de ato ilegal e abusivo, praticado pela autoridade coatora, sendo eliminado irregularmente do certame em virtude da não recomendação em exame psicológico.

Alegando a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, pretende a impetrante a concessão de medida *initio litis*, a fim de que seja reintegrado ao certame seletivo e, no mérito, a concessão da segurança em definitivo.

Juntou documentos às 14/195

É o breve relato. Passo a decidir.

A Lei 1.533/51, em seu artigo 1º, estabelece:

*“Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte da autoridade, seja de que categoria for ou sejam quais forem as funções que exerça”.*

Dos elementos colacionados aos autos, ao menos inicialmente, razão possui o impetrante em seu pleito.

Conforme entendimento consolidado na doutrina e na jurisprudência pátrias, a fim de que seja admissível a exigência de aprovação em exame psicológico para a investidura em cargos públicos, são imprescindíveis a previsão legal e a aferição de critérios objetivos dos testes a serem aplicados, a fim de possibilitar ao candidato amplo acesso aos termos de sua avaliação, sob pena de ineficácia do ato.

*In casu*, o exame psicotécnico encontra-se amparado pelo art. 47 da Lei Complementar 055/2001 - Lei Orgânica da Polícia Civil. Por outro lado, porém observando os editais do concurso em tela, verifica-se a ausência de critérios objetivos para a avaliação psicológica dos candidatos.

Desta forma, em se tratando de exames subjetivos, sigilosos, não devem ser aceitos, uma vez que representam sério risco ao desvirtuamento do certame, com evidentes possibilidades de agressão aos princípios constitucionais da administração pública.

Esse é o entendimento unívoco do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima:

**“REEXAME NECESSÁRIO - CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO INSTITUTO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA – EXAME PSICOTÉCNICO – AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS NA PUBLICAÇÃO DO EDITAL – CANDIDATO REPROVADO ILEGALIDADE DEMONSTRADA. ESTADO – CUSTAS JUDICIAIS – ISENÇÃO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. É lícita a exigência de aprovação em exame psicotécnico, para preenchimento de cargo público, desde que previsto em lei. Todavia, sua exigibilidade está condicionada na aferição em critérios objetivos, a fim de possibilitar ao candidato o conhecimento da fundamentação do resultado, possibilitando assim, eventual interposição de recurso. Com isso, é vedada a realização de exame psicotécnico sigiloso e irrecorrível, justamente para evitar arbitrariedades e atos de segregação.
2. *Calcando-se o exame psicotécnico em critérios subjetivos e sigilosos, servindo de fundamento à reprovação de candidato em concurso público, correta é a decisão que declara a nulidade do ato.*
3. *A fazenda pública, por expressa disposição legal, encontra-se isenta do pagamento das custas judiciais’.* (TJRR, T. Cível, Reexame Necessário n.º 039/02, Rel. Juiz Cristóvão Suter – p.: DPJ 07/11/02, VU)

**No mesmo sentido:**

**“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – CONCURSO PÚBLICO – EXAME PSICOTÉCNICO DE CARÁTER ELIMINATÓRIO – NÃO ESPECIFICAÇÃO OBJETIVA DOS FATORES NECESSÁRIOS A PADRONIZAÇÃO DO PERFIL EXIGIDO – ART. 37 DA CF – TRANSGRESSÃO – Contraria o art. 37 da CF/88 a exigência do exame psicotécnico, em caráter eliminatório, em concurso público, sem a especificação prévia, na lei ou no edital, dos critérios objetivos da avaliação, dos testes a serem aplicados, dos responsáveis pela aplicação e aferição dos resultados, sem interferência do estado momentâneo psicossomático de cada examinando, pois do contrário haverá desacato aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade e publicidade. O inciso II do art. 37 da CF condiciona a investidura em cargo ou emprego público à aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, não às avaliações psicológicas realizadas em caráter reservado e sem oportunidade de contradição, garantida no inciso LV da CF. É incompatível com o texto constitucional a adoção de um “perfil psicológico”, em que se devam encaixar todos os candidatos, por violar a necessária**

*objetividade inerente à razão de ser dos princípios da acessibilidade aos cargos públicos, dada a individualidade própria de cada candidato.” (TJMG – EI 000.155.042-5/02 – 1ª C.Civ. – Rel. Des. Orlando Carvalho – J. 16.05.2000)*

**Outro não é o posicionamento do excelso Supremo Tribunal Federal, consoante se pode observar da seguinte transcrição:**

**"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO - EXAME PSICOTÉCNICO DE CARÁTER ELIMINATÓRIO - NÃO ESPECIFICAÇÃO OBJETIVA DOS FATORES NECESSÁRIOS À PADRONIZAÇÃO DO PERFIL EXIGIDO - ART. 37 DA CF - TRANSGRESSÃO.** *Contraria o art. 37 da CF/88 a exigência do exame psicotécnico, em caráter eliminatório, em concurso público, sem a especificação prévia, na Lei ou no Edital, dos critérios objetivos da avaliação, dos testes a serem aplicados, dos responsáveis pela aplicação e aferição dos resultados, sem interferência do estado momentâneo psicossomático de cada examinando, pois do contrário haverá desacato aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade e publicidade. O inciso II do art. 37 da CF condiciona a investidura em cargo ou emprego público à aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, não às avaliações psicológicas realizadas em caráter reservado e sem oportunidade de contradição, garantida no inciso LV da CF".* (Agravio de Instrumento Nr. 350813; Relator: Min. Celso de Mello; p.: DJ 178-02.10.2001).

**Anote ainda, conforme asseverado pela impetrante que os testes psicológicos aplicados não estão em condições de realização, padecendo de aprovação pelo Conselho Federal de Psicologia, nos termos da Resolução 002/2003.**

**Assim sendo, resta manifesto o *fumus boni juris*, decorrente dos argumentos trazidos à baila pela impetrante, corroborados sobretudo do entendimento inequívoco de nossa jurisprudência acerca do tema.**

Outrossim, evidente o *periculum in mora*, na medida em que, caso não haja expedita resposta jurisdicional, irreparáveis serão os prejuízos impostos ao impetrante, que se verá alijado em seus direitos constitucionais, excluído irregularmente do concurso público.

Posto isto, presentes os pressupostos legais, na forma do art. 7.º, II, da Lei 1.533/51, concedo a medida liminar, determinando à autoridade nominada como coatora a imediata inclusão da impetrante na fase seguinte do concurso.

Oficie-se na forma estabelecida em lei, remetendo-se ao impetrado cópia integral deste *decisum* para seu imediato cumprimento, a fim de que possa, por igual, prestar as informações que julgar necessárias, no prazo de lei.

Decorrido o respectivo prazo, com ou sem informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público.

Boa Vista, 08 de setembro de 2003.

Des. **ROBÉRIO NUNES** - Relator

**MANDADO DE SEGURANÇA n.º 01003001423-6**

Impetrante: ANA CLÁUDIA GUIMARÃES DE OLIVEIRA SANTOS e outros

Advogados.: ALEXANDER LADISLAU MENEZES e outros.

Impetrado: Secretário de Administração do Estado de Roraima

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

**DECISÃO**

**ANA CLÁUDIA GUIMARÃES DE OLIVEIRA SANTOS** e outros, qualificados na inicial de fls. 02, através de seus advogados legalmente habilitados, impetraram Mandado de Segurança contra ato do Ilmo Sr. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA.

Os Impetrantes alegam, em síntese, que ao se submeterem ao concurso público visando provimento de vagas para cargos da Polícia Civil do Estado de Roraima, após terem sido aprovados nas provas de conhecimentos gerais e específicos, teriam sido vítimas de ato ilegal e abusivo, praticado pela autoridade coatora, sendo eliminados irregularmente do certame em virtude da não recomendação em exame psicológico.

Alegando a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, pretendem os impetrantes a concessão de medida *initio litis*, a fim de que sejam reintegrados ao certame seletivo e, no mérito, a concessão da segurança em definitivo.

Pleiteiam os benefícios da justiça gratuita.

Juntaram documentos às fls. 24/176.

É o breve relato. Passo a decidir.

**A Lei 1.533/51, em seu artigo 1º, estabelece :**

*“Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte da autoridade, seja de que categoria for ou sejam quais forem as funções que exerça”.*

Dos elementos colacionados aos autos, ao menos inicialmente, razões possuem os impetrantes em seu pleito.

Conforme entendimento consolidado na doutrina e na jurisprudência pátria, a fim de que seja admissível a exigência de aprovação em exame psicológico para a investidura em cargos públicos, são imprescindíveis a previsão legal e a aferição de critérios objetivos dos testes a serem aplicados, a fim de possibilitar ao candidato amplo acesso aos termos de sua avaliação, sob pena de ineficácia do ato.

*In casu*, o exame psicotécnico encontra-se amparado pelo art. 47 da Lei Complementar 055/2001 - Lei Orgânica da Polícia Civil. Por outro lado, porém observando os editais do concurso em tela, verifica-se a ausência de critérios objetivos para a avaliação psicológica dos candidatos.

Desta forma, em se tratando de exames subjetivos, sigilosos, não devem ser aceitos, uma vez que representam sério risco ao desvirtuamento do certame, com evidentes possibilidades de agressão aos princípios constitucionais da administração pública.

Esse é o entendimento unívoco do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima:

**“REEXAME NECESSÁRIO - CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO INSTITUTO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA – EXAME PSICOTÉCNICO – AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS NA PUBLICAÇÃO DO EDITAL – CANDIDATO REPROVADO ILEGALIDADE DEMONSTRADA. ESTADO – CUSTAS JUDICIAIS – ISENÇÃO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. É lícita a exigência de aprovação em exame psicotécnico, para preenchimento de cargo público, desde que previsto em lei. Todavia, sua exigibilidade está condicionada na aferição em critérios objetivos, a fim de possibilitar ao candidato o conhecimento da fundamentação do resultado, possibilitando assim, eventual interposição de recurso. Com isso, é vedada a realização de exame psicotécnico sigiloso e irrecorrível, justamente para evitar arbitrariedades e atos de segregação.
2. *Calculando-se o exame psicotécnico em critérios subjetivos e sigilosos, servindo de fundamento à reprovação de candidato em concurso público, correta é a decisão que declara a nulidade do ato.*
3. *A fazenda pública, por expressa disposição legal, encontra-se isenta do pagamento das custas judiciais*”. (TJRR, T. Cível, Reexame Necessário n.º 039/02, Rel. Juiz Cristóvão Suter – p.: DPI 07/11/02, VU)

**No mesmo sentido:**

**“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – CONCURSO PÚBLICO – EXAME PSICOTÉCNICO DE CARÁTER ELIMINATÓRIO – NÃO ESPECIFICAÇÃO OBJETIVA DOS FATORES NECESSÁRIOS A PADRONIZAÇÃO DO PERFIL EXIGIDO – ART. 37 DA CF – TRANSGRESSÃO –** *Contraria o art. 37 da CF/88 a exigência do exame psicotécnico, em caráter eliminatório, em concurso público, sem a especificação prévia, na lei ou no edital, dos critérios objetivos da avaliação, dos testes a serem aplicados, dos responsáveis pela aplicação e aferição dos resultados, sem interferência do estado momentâneo psicossomático de cada examinando, pois do contrário haverá desacato aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade e publicidade. O inciso II do art. 37 da CF condiciona a investidura em cargo ou emprego público à aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, não às avaliações psicológicas realizadas em caráter reservado e sem oportunidade de contradição, garantida no inciso LV da CF. É incompatível com o texto constitucional a adoção de um “perfil psicológico”, em que se devam encaixar todos os candidatos, por violar a necessária objetividade inerente à razão de ser dos princípios da acessibilidade aos cargos públicos, dada a individualidade própria de cada candidato.*” (TJMG – EI 000.155.042-5/02 – 1ª C.Cív. – Rel. Des. Orlando Carvalho – J. 16.05.2000)

**Outro não é o posicionamento do excelso Supremo Tribunal Federal, consoante se pode observar da seguinte transcrição:**

**“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO - EXAME PSICOTÉCNICO DE CARÁTER ELIMINATÓRIO - NÃO ESPECIFICAÇÃO OBJETIVA DOS FATORES NECESSÁRIOS À PADRONIZAÇÃO DO PERFIL EXIGIDO - ART. 37 DA CF - TRANSGRESSÃO.** *Contraria o art. 37 da CF/88 a exigência do exame psicotécnico, em caráter eliminatório, em concurso público, sem a especificação prévia, na Lei ou no Edital, dos critérios objetivos da avaliação, dos testes a serem aplicados, dos responsáveis pela aplicação e aferição dos resultados, sem interferência do estado momentâneo psicossomático de cada examinando, pois do contrário haverá desacato aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade e publicidade. O inciso II do art. 37 da CF condiciona a investidura em cargo ou emprego público à aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, não às avaliações psicológicas realizadas em caráter reservado e sem oportunidade de contradição, garantida no inciso LV da CF*”. (Agravado de Instrumento Nr. 350813; Relator: Min. Celso de Mello; p.: DJ 178-02.10.2001).

**Anote-se ainda, conforme asseverado pelos impetrantes que os testes psicológicos aplicados não estão em condições de realização, padecendo de aprovação pelo Conselho Federal de Psicologia, nos termos da Resolução 002/2003.**

**Assim sendo, resta manifesto o *fumus boni juris*, decorrente dos argumentos trazidos à baila pelo impetrante, corroborados sobre tudo do entendimento inequívoco de nossa jurisprudência acerca do tema.**

Outrossim, evidente o *periculum in mora*, na medida em que, caso não haja expedita resposta jurisdicional, irreparáveis serão os prejuízos impostos aos impetrantes, por agressão aos seus direitos constitucionais, acaso vençam a demanda.

Posto isto, presentes os pressupostos legais, na forma do art. 7.º, II, da Lei 1.533/51, concedo a medida liminar, determinando à autoridade nominada como coatora a imediata inclusão dos impetrantes na fase seguinte do concurso.

Concedo os benefícios da justiça gratuita.

Oficie-se na forma estabelecida em lei, remetendo-se ao impetrado cópia integral deste *decisum* para seu imediato cumprimento, a fim de que possa, por igual, prestar as informações que julgar necessárias, no prazo de lei.

Decorrido o respectivo prazo, com ou sem informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público.

Boa Vista, 08 de setembro de 2003.

Des. Robério Nunes - **Relator**

**MANDADO DE SEGURANÇA n.º 01003001422-8**

Impetrante: GILVANA ARAGÃO CARVALHO

Advogados.: MÁRCIO WAGNER MAURÍCIO

Impetrado: Secretário de Administração do Estado de Roraima

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

**DECISÃO**

**GILVANA ARAGÃO CARVALHO**, qualificada na inicial de fls. 02, através de advogado legalmente habilitado, impetrou Mandado de Segurança contra ato do Ilmo Sr. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA.

A Impetrante alega, em síntese, que ao se submeter a concurso público visando provimento de vaga para o cargo de Agente de Polícia Civil do Estado de Roraima, após ter sido aprovado nas provas de conhecimento gerais e específicos, teria sido vítima de ato ilegal e abusivo, praticado pela autoridade coatora, sendo eliminada irregularmente do certame em virtude da não recomendação em exame psicológico.

Alegando a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, pretende a impetrante a concessão de medida *initio litis*, a fim de que seja reintegrado ao certame seletivo e, no mérito, a concessão da segurança em definitivo.

Pleiteia os benefícios da justiça gratuita.

Juntou documentos às 12/153.

É o breve relato. Passo a decidir.

A Lei 1.533/51, em seu artigo 1º, estabelece:

*“Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte da autoridade, seja de que categoria for ou sejam quais forem as funções que exerça”.*

Dos elementos colacionados aos autos, ao menos inicialmente, razão possui o impetrante em seu pleito.

Conforme entendimento consolidado na doutrina e na jurisprudência pátrias, a fim de que seja admissível a exigência de aprovação em exame psicológico para a investidura em cargos públicos, são imprescindíveis a previsão legal e a aferição de critérios objetivos dos testes a serem aplicados, a fim de possibilitar ao candidato amplo acesso aos termos de sua avaliação, sob pena de ineficácia do ato.

*In casu*, o exame psicotécnico encontra-se amparado pelo art. 47 da Lei Complementar 055/2001 - Lei Orgânica da Polícia Civil. Por outro lado, porém observando os editais do concurso em tela, verifica-se a ausência de critérios objetivos para a avaliação psicológica dos candidatos.

Desta forma, em se tratando de exames subjetivos, sigilosos, não devem ser aceitos, uma vez que representam sério risco ao desvirtuamento do certame, com evidentes possibilidades de agressão aos princípios constitucionais da administração pública.

Esse é o entendimento unívoco do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima:

**“REEXAME NECESSÁRIO - CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO INSTITUTO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA – EXAME PSICOTÉCNICO – AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS NA PUBLICAÇÃO DO EDITAL – CANDIDATO REPROVADO ILEGALIDADE DEMONSTRADA. ESTADO – CUSTAS JUDICIAIS – ISENÇÃO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. É lícita a exigência de aprovação em exame psicotécnico, para preenchimento de cargo público, desde que previsto em lei. Todavia, sua exigibilidade está condicionada na aferição em critérios objetivos, a fim de possibilitar ao candidato o conhecimento da fundamentação do resultado, possibilitando assim, eventual interposição de recurso. Com isso, é vedada a realização de exame psicotécnico sigiloso e irrecorrível, justamente para evitar arbitrariedades e atos de segregação.
2. *Calcando-se o exame psicotécnico em critérios subjetivos e sigilosos, servindo de fundamento à reprovação de candidato em concurso público, correta é a decisão que declara a nulidade do ato.*
3. *A fazenda pública, por expressa disposição legal, encontra-se isenta do pagamento das custas judiciais”.* (TJRR, T. Cível, Reexame Necessário n.º 039/02, Rel. Juiz Cristóvão Suter – p.: DPI 07/11/02, VU)

**No mesmo sentido:**

**“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – CONCURSO PÚBLICO – EXAME PSICOTÉCNICO DE CARÁTER ELIMINATÓRIO – NÃO ESPECIFICAÇÃO OBJETIVA DOS FATORES NECESSÁRIOS A PADRONIZAÇÃO DO PERFIL EXIGIDO – ART. 37 DA CF – TRANSGRESSÃO – Contraria o art. 37 da CF/88 a exigência do exame psicotécnico, em caráter eliminatório, em concurso público, sem a especificação prévia, na lei ou no edital, dos critérios objetivos da avaliação, dos testes a serem aplicados, dos responsáveis pela aplicação e aferição dos resultados, sem interferência do estado momentâneo psicossomático de cada examinando, pois do contrário haverá desacato aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade e publicidade. O inciso II do art. 37 da CF condiciona a investidura em cargo ou emprego público à aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, não às avaliações**

*psicológicas realizadas em caráter reservado e sem oportunidade de contradição, garantida no inciso LV da CF. É incompatível com o texto constitucional a adoção de um “perfil psicológico”, em que se devam encaixar todos os candidatos, por violar a necessária objetividade inerente à razão de ser dos princípios da acessibilidade aos cargos públicos, dada a individualidade própria de cada candidato.” (TJMG – EI 000.155.042-5/02 – 1ª C.Cív. – Rel. Des. Orlando Carvalho – J. 16.05.2000)*

**Outro não é o posicionamento do excelso Supremo Tribunal Federal, consoante se pode observar da seguinte transcrição:**

**"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO - EXAME PSICOTÉCNICO DE CARÁTER ELIMINATÓRIO - NÃO ESPECIFICAÇÃO OBJETIVA DOS FATORES NECESSÁRIOS À PADRONIZAÇÃO DO PERFIL EXIGIDO - ART. 37 DA CF - TRANSGRESSÃO.** Contraria o art. 37 da CF/88 a exigência do exame psicotécnico, em caráter eliminatório, em concurso público, sem a especificação prévia, na Lei ou no Edital, dos critérios objetivos da avaliação, dos testes a serem aplicados, dos responsáveis pela aplicação e aferição dos resultados, sem interferência do estado momentâneo psicossomático de cada examinando, pois do contrário haverá desacato aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade e publicidade. O inciso II do art. 37 da CF condiciona a investidura em cargo ou emprego público à aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, não às avaliações psicológicas realizadas em caráter reservado e sem oportunidade de contradição, garantida no inciso LV da CF". (Agravado de Instrumento Nr. 350813; Relator: Min. Celso de Mello; p.: DJ 178-02.10.2001).

**Anote ainda, que os testes psicológicos aplicados não estão em condições de realização, padecendo de aprovação pelo Conselho Federal de Psicologia, nos termos da Resolução 002/2003.**

**Assim sendo, resta manifesto o *fumus boni iuris*, decorrente dos argumentos trazidos à baila pela impetrante, corroborados sobretudo do entendimento inequívoco de nossa jurisprudência acerca do tema.**

Outrossim, evidente o *periculum in mora*, na medida em que, caso não haja expedita resposta jurisdicional, irreparáveis serão os prejuízos impostos ao impetrante, que se verá alijado em seus direitos constitucionais, excluído irregularmente do concurso público.

Posto isto, presentes os pressupostos legais, na forma do art. 7.º, II, da Lei 1.533/51, concedo a medida liminar, determinando à autoridade nominada como coatora a imediata inclusão da impetrante na fase seguinte do concurso.

Concedo os benefícios da justiça gratuita.

Oficie-se na forma estabelecida em lei, remetendo-se ao impetrado cópia integral deste *decisum* para seu imediato cumprimento, a fim de que possa, por igual, prestar as informações que julgar necessárias, no prazo de lei.

Decorrido o respectivo prazo, com ou sem informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público.

Boa Vista, 08 de setembro de 2003.

Des. **ROBÉRIO NUNES** – Relator

**MANDADO DE SEGURANÇA n.º 01003001424-4**

Impetrante: DIMAS DE ALMEIDA SOARES

Advogados.: ALEXANDER LADISLAU MENEZES e outro

Impetrado: Secretário de Administração do Estado de Roraima

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

**D E C I S Ã O**

**DIMAS DE ALMEIDA SOARES**, qualificado na inicial de fls. 02, através de advogado legalmente habilitado, impetrou Mandado de Segurança contra ato do Ilmo Sr. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA. O Impetrante alega, em síntese, que ao se submeter a concurso público visando provimento de vaga para o cargo de Delegado de Polícia Civil do Estado de Roraima, após ter sido aprovado nas provas de conhecimento gerais e específicos, teria sido vítima de ato ilegal e abusivo, praticado pela autoridade coatora, sendo eliminado irregularmente do certame em virtude da não recomendação em exame psicológico.

Alegando a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, pretende o impetrante a concessão de medida *initio litis*, a fim de que seja reintegrado ao certame seletivo e, no mérito, a concessão da segurança em definitivo.

Pleiteia a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Juntou documentos às 15/151

É o breve relato. Passo a decidir.

A Lei 1.533/51, em seu artigo 1º, estabelece:

*“Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte da autoridade, seja de que categoria for ou sejam quais forem as funções que exerça”.*

Dos elementos colacionados aos autos, ao menos inicialmente, razão possui o impetrante em seu pleito.

Conforme entendimento consolidado na doutrina e na jurisprudência pátrias, a fim de que seja admissível a exigência de aprovação em exame psicológico para a investidura em cargos públicos, são imprescindíveis a previsão legal e a aferição de critérios objetivos dos testes a serem aplicados, a fim de possibilitar ao candidato amplo acesso aos termos de sua avaliação, sob pena de ineficácia do ato.

*In casu*, o exame psicotécnico encontra-se amparado pelo art. 47 da Lei Complementar 055/2001 - Lei Orgânica da Polícia Civil. Por outro lado, porém observando os editais do concurso em tela, verifica-se a ausência de critérios objetivos para a avaliação psicológica dos candidatos.

Desta forma, em se tratando de exames subjetivos, sigilosos, não devem ser aceitos, uma vez que representam sério risco ao desvirtuamento do certame, com evidentes possibilidades de agressão aos princípios constitucionais da administração pública.

Esse é o entendimento unívoco do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima:

**“REEXAME NECESSÁRIO - CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO INSTITUTO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA – EXAME PSICOTÉCNICO – AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS NA PUBLICAÇÃO DO EDITAL – CANDIDATO REPROVADO ILEGALIDADE DEMONSTRADA. ESTADO – CUSTAS JUDICIAIS – ISENÇÃO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. É lícita a exigência de aprovação em exame psicotécnico, para preenchimento de cargo público, desde que previsto em lei. Todavia, sua exigibilidade está condicionada na aferição em critérios objetivos, a fim de possibilitar ao candidato o conhecimento da fundamentação do resultado, possibilitando assim, eventual interposição de recurso. Com isso, é vedada a realização de exame psicotécnico sigiloso e irrecorrível, justamente para evitar arbitrariedades e atos de segregação.
2. *Calcando-se o exame psicotécnico em critérios subjetivos e sigilosos, servindo de fundamento à reprovação de candidato em concurso público, correta é a decisão que declara a nulidade do ato.*
3. *A fazenda pública, por expressa disposição legal, encontra-se isenta do pagamento das custas judiciais*. (TJRR, T. Cível, Reexame Necessário n.º 039/02, Rel. Juiz Cristóvão Suter – p.: DPJ 07/11/02, VU)

**No mesmo sentido:**

**“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – CONCURSO PÚBLICO – EXAME PSICOTÉCNICO DE CARÁTER ELIMINATÓRIO – NÃO ESPECIFICAÇÃO OBJETIVA DOS FATORES NECESSÁRIOS A PADRONIZAÇÃO DO PERFIL EXIGIDO – ART. 37 DA CF – TRANSGRESSÃO – Contraria o art. 37 da CF/88 a exigência do exame psicotécnico, em caráter eliminatório, em concurso público, sem a especificação prévia, na lei ou no edital, dos critérios objetivos da avaliação, dos testes a serem aplicados, dos responsáveis pela aplicação e aferição dos resultados, sem interferência do estado momentâneo psicossomático de cada examinando, pois do contrário haverá desacato aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade e publicidade. O inciso II do art. 37 da CF condiciona a investidura em cargo ou emprego público à aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, não às avaliações psicológicas realizadas em caráter reservado e sem oportunidade de contradição, garantida no inciso LV da CF. É incompatível com o texto constitucional a adoção de um “perfil psicológico”, em que se devam encaixar todos os candidatos, por violar a necessária objetividade inerente à razão de ser dos princípios da acessibilidade aos cargos públicos, dada a individualidade própria de cada candidato.”** (TJMG – EI 000.155.042-5/02 – 1ª C.Cív. – Rel. Des. Orlando Carvalho – J. 16.05.2000)

**Outro não é o posicionamento do excelso Supremo Tribunal Federal, consoante se pode observar da seguinte transcrição:**

**“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO - EXAME PSICOTÉCNICO DE CARÁTER ELIMINATÓRIO - NÃO ESPECIFICAÇÃO OBJETIVA DOS FATORES NECESSÁRIOS À PADRONIZAÇÃO DO PERFIL EXIGIDO - ART. 37 DA CF - TRANSGRESSÃO. Contraria o art. 37 da CF/88 a exigência do exame psicotécnico, em caráter eliminatório, em concurso público, sem a especificação prévia, na Lei ou no Edital, dos critérios objetivos da avaliação, dos testes a serem aplicados, dos responsáveis pela aplicação e aferição dos resultados, sem interferência do estado momentâneo psicossomático de cada examinando, pois do contrário haverá desacato aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade e publicidade. O inciso II do art. 37 da CF condiciona a investidura em cargo ou emprego público à aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, não às avaliações psicológicas realizadas em caráter reservado e sem oportunidade de contradição, garantida no inciso LV da CF”.** (Agravado de Instrumento Nr. 350813; Relator: Min. Celso de Mello; p.: DJ 178-02.10.2001).

**Anote ainda, conforme asseverado pelo impetrante que os testes psicológicos aplicados não estão em condições de realização, padecendo de aprovação pelo Conselho Federal de Psicologia, nos termos da Resolução 002/2003.**

**Assim sendo, resta manifesto o *fumus boni juris*, decorrente dos argumentos trazidos à baila pelo impetrante, corroborados sobretudo do entendimento inequívoco de nossa jurisprudência acerca do tema.**

Outrossim, evidente o *periculum in mora*, na medida em que, caso não haja expedita resposta jurisdicional, irreparáveis serão os prejuízos impostos ao impetrante, que se verá alijado em seus direitos constitucionais, excluído irregularmente do concurso público.

Posto isto, presentes os pressupostos legais, na forma do art. 7.º, II, da Lei 1.533/51, concedo a medida liminar, determinando à autoridade nominada como coatora a imediata inclusão do impetrante na fase seguinte do concurso.

Concedo os benefícios da justiça gratuita.

Oficie-se na forma estabelecida em lei, remetendo-se ao impetrado cópia integral deste *decisum* para seu imediato cumprimento, a fim de que possa, por igual, prestar as informações que julgar necessárias, no prazo de lei.

Decorrido o respectivo prazo, com ou sem informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público.

Boa Vista, 08 de setembro de 2003.

Des. Robério Nunes - Relator

**MANDADO DE SEGURANÇA n.º 01003001429-3**

Impetrante: DANIEL JOSÉ SANTOS DOS ANJOS

Advogados.: ALEXANDER LADISLAU MENEZES e outros

Impetrado: Secretário de Administração do Estado de Roraima

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

**DECISÃO**

**DANIEL JOSÉ SANTOS DOS ANJOS**, qualificado na inicial de fls. 02, através de advogado legalmente habilitado, impetrou Mandado de Segurança contra ato do Ilmo Sr. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA. O Impetrante alega, em síntese, que ao se submeter a concurso público visando provimento de vaga para o cargo de Delegado de Polícia Civil do Estado de Roraima, após ter sido aprovado nas provas de conhecimento gerais e específicos, teria sido vítima de ato ilegal e abusivo, praticado pela autoridade coatora, sendo eliminado irregularmente do certame em virtude da não recomendação em exame psicológico.

Alegando a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, pretende o impetrante a concessão de medida *initio litis*, a fim de que seja reintegrado ao certame seletivo e, no mérito, a concessão da segurança em definitivo.

Pleiteia a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Juntou documentos às 15/114.

É o breve relato. Passo a decidir.

A Lei 1.533/51, em seu artigo 1º, estabelece:

*“Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte da autoridade, seja de que categoria for ou sejam quais forem as funções que exerça”.*

Dos elementos colacionados aos autos, ao menos inicialmente, razão possui o impetrante em seu pleito.

Conforme entendimento consolidado na doutrina e na jurisprudência pátrias, a fim de que seja admissível a exigência de aprovação em exame psicológico para a investidura em cargos públicos, são imprescindíveis a previsão legal e a aferição de critérios objetivos dos testes a serem aplicados, a fim de possibilitar ao candidato amplo acesso aos termos de sua avaliação, sob pena de ineficácia do ato.

*In casu*, o exame psicotécnico encontra-se amparado pelo art. 47 da Lei Complementar 055/2001 - Lei Orgânica da Polícia Civil. Por outro lado, porém observando os editais do concurso em tela, verifica-se a ausência de critérios objetivos para a avaliação psicológica dos candidatos.

Desta forma, em se tratando de exames subjetivos, sigilosos, não devem ser aceitos, uma vez que representam sério risco ao desvirtuamento do certame, com evidentes possibilidades de agressão aos princípios constitucionais da administração pública.

Esse é o entendimento unívoco do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima:

**“REEXAME NECESSÁRIO - CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO INSTITUTO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA – EXAME PSICOTÉCNICO – AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS NA PUBLICAÇÃO DO EDITAL – CANDIDATO REPROVADO ILEGALIDADE DEMONSTRADA. ESTADO – CUSTAS JUDICIAIS – ISENÇÃO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. É lícita a exigência de aprovação em exame psicotécnico, para preenchimento de cargo público, desde que previsto em lei. Todavia, sua exigibilidade está condicionada na aferição em critérios objetivos, a fim de possibilitar ao candidato o conhecimento da fundamentação do resultado, possibilitando assim, eventual interposição de recurso. Com isso, é vedada a realização de exame psicotécnico sigiloso e irrecorrível, justamente para evitar arbitrariedades e atos de segregação.

2. *Calcando-se o exame psicotécnico em critérios subjetivos e sigilosos, servindo de fundamento à reprovação de candidato em concurso público, correta é a decisão que declara a nulidade do ato.*

3. *A fazenda pública, por expressa disposição legal, encontra-se isenta do pagamento das custas judiciais”.* (TJRR, T. Cível, Reexame Necessário n.º 039/02, Rel. Juiz Cristóvão Suter – p.: DPJ 07/11/02, VU)

**No mesmo sentido:**

**“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – CONCURSO PÚBLICO – EXAME PSICOTÉCNICO DE CARÁTER ELIMINATÓRIO – NÃO ESPECIFICAÇÃO OBJETIVA DOS FATORES NECESSÁRIOS A PADRONIZAÇÃO DO PERFIL EXIGIDO – ART. 37 DA CF – TRANSGRESSÃO – Contraria o art. 37 da CF/88 a exigência do exame psicotécnico, em caráter eliminatório, em concurso público, sem a especificação prévia, na lei ou no edital, dos critérios objetivos da avaliação, dos testes a serem aplicados, dos responsáveis pela aplicação e aferição dos resultados, sem interferência do estado momentâneo psicossomático de cada examinando, pois do contrário**



*haverá desacato aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade e publicidade. O inciso II do art. 37 da CF condiciona a investidura em cargo ou emprego público à aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, não às avaliações psicológicas realizadas em caráter reservado e sem oportunidade de contradição, garantida no inciso LV da CF. É incompatível com o texto constitucional a adoção de um “perfil psicológico”, em que se devam encaixar todos os candidatos, por violar a necessária objetividade inerente à razão de ser dos princípios da acessibilidade aos cargos públicos, dada a individualidade própria de cada candidato.” (TJMG – EI 000.155.042-5/02 – 1ª C.Cív. – Rel. Des. Orlando Carvalho – J. 16.05.2000)*

**Outro não é o posicionamento do excelso Supremo Tribunal Federal, consoante se pode observar da seguinte transcrição:**

**"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO - EXAME PSICOTÉCNICO DE CARÁTER ELIMINATÓRIO - NÃO ESPECIFICAÇÃO OBJETIVA DOS FATORES NECESSÁRIOS À PADRONIZAÇÃO DO PERFIL EXIGIDO - ART. 37 DA CF - TRANSGRESSÃO. Contraria o art. 37 da CF/88 a exigência do exame psicotécnico, em caráter eliminatório, em concurso público, sem a especificação prévia, na Lei ou no Edital, dos critérios objetivos da avaliação, dos testes a serem aplicados, dos responsáveis pela aplicação e aferição dos resultados, sem interferência do estado momentâneo psicossomático de cada examinando, pois do contrário haverá desacato aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade e publicidade. O inciso II do art. 37 da CF condiciona a investidura em cargo ou emprego público à aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, não às avaliações psicológicas realizadas em caráter reservado e sem oportunidade de contradição, garantida no inciso LV da CF".** (Agravado de Instrumento Nr. 350813; Relator: Min. Celso de Mello; p.: DJ 178-02.10.2001).

**Anote ainda, como asseverado pelo impetrante que os testes psicológicos aplicados não estão em condições de realização, padecendo de aprovação pelo Conselho Federal de Psicologia, nos termos da Resolução 002/2003.**

**Assim sendo, resta manifesto o *fumus boni juris*, decorrente dos argumentos trazidos à baila pelo impetrante, corroborados sobretudo do entendimento inequívoco de nossa jurisprudência acerca do tema.**

Outrossim, evidente o *periculum in mora*, na medida em que, caso não haja expedita resposta jurisdicional, irreparáveis serão os prejuízos impostos ao impetrante, que se verá alijado em seus direitos constitucionais, excluído irregularmente do concurso público.

Posto isto, presentes os pressupostos legais, na forma do art. 7.º, II, da Lei 1.533/51, concedo a medida liminar, determinando à autoridade nominada como coatora a imediata inclusão do impetrante na fase seguinte do concurso.

Concedo os benefícios da justiça gratuita.

Oficie-se na forma estabelecida em lei, remetendo-se ao impetrado cópia integral deste *decisum* para seu imediato cumprimento, a fim de que possa, por igual, prestar as informações que julgar necessárias, no prazo de lei.

Decorrido o respectivo prazo, com ou sem informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público.

Boa Vista, 08 de setembro de 2003.

Des. **ROBÉRIO NUNES** - Relator

**MANDADO DE SEGURANÇA n.º 01003001432-7**

Impetrante: PAULO GENNER DE OLIVEIRA SARMENTO

Advogados.: FRANCISCO ALVES NORONHA

Impetrado: Secretário de Administração do Estado de Roraima

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

**DECISÃO**

PAULO GENNER DE OLIVEIRA SARMENTO, qualificado na inicial de fls. 02, através de advogado legalmente habilitado, impetrou Mandado de Segurança contra ato do Ilmo Sr. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA. O Impetrante alega, em síntese, que ao se submeter a concurso público visando provimento de vaga para o cargo de Agente Carcerário da Polícia Civil do Estado de Roraima, após ter sido aprovado nas provas de conhecimentos gerais e específicos, teria sido vítima de ato ilegal e abusivo, praticado pela autoridade coatora, sendo eliminado irregularmente do certame em virtude da não recomendação em exame psicológico.

Alegando a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, pretende o impetrante a concessão de medida *initio litis*, a fim de que seja reintegrado ao certame seletivo e, no mérito, a concessão da segurança em definitivo.

Pleiteia a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Juntou documentos às fls. 32/109.

É o breve relato. Passo a decidir.

**A Lei 1.533/51, em seu artigo 1º, estabelece :**

*“Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte da autoridade, seja de que categoria for ou sejam quais forem as funções que exerça”.*

Dos elementos colacionados aos autos, ao menos inicialmente, razão possui o impetrante em seu pleito.

Conforme entendimento consolidado na doutrina e na jurisprudência pátrias, a fim de que seja admissível a exigência de aprovação em exame psicológico para a investidura em cargos públicos, são imprescindíveis a previsão legal e a aferição de critérios objetivos dos testes a serem aplicados, a fim de possibilitar ao candidato amplo acesso aos termos de sua avaliação, sob pena de ineficácia do ato.

*In casu*, o exame psicotécnico encontra-se amparado pelo art. 47 da Lei Complementar 055/2001 - Lei Orgânica da Polícia Civil. Por outro lado, porém observando os editais do concurso em tela, verifica-se a ausência de critérios objetivos para a avaliação psicológica dos candidatos.

Desta forma, em se tratando de exames subjetivos, sigilosos, não devem ser aceitos, uma vez que representam sério risco ao desvirtuamento do certame, com evidentes possibilidades de agressão aos princípios constitucionais da administração pública.

Esse é o entendimento unívoco do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima:

**“REEXAME NECESSÁRIO - CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO INSTITUTO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA – EXAME PSICOTÉCNICO – AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS NA PUBLICAÇÃO DO EDITAL – CANDIDATO REPROVADO ILEGALIDADE DEMONSTRADA. ESTADO – CUSTAS JUDICIAIS – ISENÇÃO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. É lícita a exigência de aprovação em exame psicotécnico, para preenchimento de cargo público, desde que previsto em lei. Todavia, sua exigibilidade está condicionada na aferição em critérios objetivos, a fim de possibilitar ao candidato o conhecimento da fundamentação do resultado, possibilitando assim, eventual interposição de recurso. Com isso, é vedada a realização de exame psicotécnico sigiloso e irrecorrível, justamente para evitar arbitrariedades e atos de segregação.
2. *Calcando-se o exame psicotécnico em critérios subjetivos e sigilosos, servindo de fundamento à reprovação de candidato em concurso público, correta é a decisão que declara a nulidade do ato.*
3. *A fazenda pública, por expressa disposição legal, encontra-se isenta do pagamento das custas judiciais”.* (TJRR, T. Cível, Reexame Necessário n.º 039/02, Rel. Juiz Cristóvão Suter – p.: DPJ 07/11/02, VU)

**No mesmo sentido:**

**“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – CONCURSO PÚBLICO – EXAME PSICOTÉCNICO DE CARÁTER ELIMINATÓRIO – NÃO ESPECIFICAÇÃO OBJETIVA DOS FATORES NECESSÁRIOS À PADRONIZAÇÃO DO PERFIL EXIGIDO – ART. 37 DA CF – TRANSGRESSÃO – Contraria o art. 37 da CF/88 a exigência do exame psicotécnico, em caráter eliminatório, em concurso público, sem a especificação prévia, na lei ou no edital, dos critérios objetivos da avaliação, dos testes a serem aplicados, dos responsáveis pela aplicação e aferição dos resultados, sem interferência do estado momentâneo psicossomático de cada examinando, pois do contrário haverá desacato aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade e publicidade. O inciso II do art. 37 da CF condiciona a investidura em cargo ou emprego público à aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, não às avaliações psicológicas realizadas em caráter reservado e sem oportunidade de contradição, garantida no inciso LV da CF. É incompatível com o texto constitucional a adoção de um “perfil psicológico”, em que se devam encaixar todos os candidatos, por violar a necessária objetividade inerente à razão de ser dos princípios da acessibilidade aos cargos públicos, dada a individualidade própria de cada candidato.”** (TJMG – EI 000.155.042-5/02 – 1ª C.Cív. – Rel. Des. Orlando Carvalho – J. 16.05.2000)

**Outro não é o posicionamento do excelso Supremo Tribunal Federal, consoante se pode observar da seguinte transcrição:**

**“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO - EXAME PSICOTÉCNICO DE CARÁTER ELIMINATÓRIO - NÃO ESPECIFICAÇÃO OBJETIVA DOS FATORES NECESSÁRIOS À PADRONIZAÇÃO DO PERFIL EXIGIDO - ART. 37 DA CF - TRANSGRESSÃO. Contraria o art. 37 da CF/88 a exigência do exame psicotécnico, em caráter eliminatório, em concurso público, sem a especificação prévia, na Lei ou no Edital, dos critérios objetivos da avaliação, dos testes a serem aplicados, dos responsáveis pela aplicação e aferição dos resultados, sem interferência do estado momentâneo psicossomático de cada examinando, pois do contrário haverá desacato aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade e publicidade. O inciso II do art. 37 da CF condiciona a investidura em cargo ou emprego público à aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, não às avaliações psicológicas realizadas em caráter reservado e sem oportunidade de contradição, garantida no inciso LV da CF”.** (Agravado de Instrumento Nr. 350813; Relator: Min. Celso de Mello; p.: DJ 178-02.10.2001).

**Anote-se ainda, conforme asseverado pelo impetrante que os testes psicológicos aplicados não estão em condições de realização, padecendo de aprovação pelo Conselho Federal de Psicologia, nos termos da Resolução 002/2003.**

**Assim sendo, resta manifesto o *fumus boni juris*, decorrente dos argumentos trazidos à baila pelo impetrante, corroborados sobre tudo do entendimento inequívoco de nossa jurisprudência acerca do tema.**

Outrossim, evidente o *periculum in mora*, na medida em que, caso não haja expedita resposta jurisdicional, irreparáveis serão os prejuízos impostos ao impetrante, que se verá alijado em seus direitos constitucionais, excluído irregularmente do concurso público.

Posto isto, presentes os pressupostos legais, na forma do art. 7.º, II, da Lei 1.533/51, concedo a medida liminar, determinando à autoridade nominada como coatora a imediata inclusão do impetrante na fase seguinte do concurso.

Concedo os benefícios da justiça gratuita.

Oficie-se na forma estabelecida em lei, remetendo-se ao impetrado cópia integral deste *decisum* para seu imediato cumprimento, a fim de que possa, por igual, prestar as informações que julgar necessárias, no prazo de lei.

Decorrido o respectivo prazo, com ou sem informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público.

Boa Vista, 08 de setembro de 2003.

Des. Robério Nunes - **Relator**

**MANDADO DE SEGURANÇA n.º 01003001426-9**

Impetrante: ANA PAULA BASTOS FERREIRA

Advogados.: ELLEN CARDOSO

Impetrado: Secretário de Administração do Estado de Roraima

Relator: Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

**DECISÃO**

**ANA PAULA BASTOS FERREIRA**, qualificada na inicial de fls. 02, através de advogado legalmente habilitado, impetrou Mandado de Segurança contra ato do Ilmo Sr. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA. A Impetrante alega, em síntese, que ao se submeterem a concurso público visando provimento de vaga para o cargo de Agente de Civil do Estado de Roraima, após ter sido aprovada nas provas de conhecimento gerais e específicos, teria sido vítima de ato ilegal e abusivo, praticado pela autoridade coatora, sendo eliminados irregularmente do certame em virtude da não recomendação em exame psicológico.

Alegando a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, pretende a impetrante a concessão de medida *initio litis*, a fim de que seja reintegrado ao certame seletivo e, no mérito, a concessão da segurança em definitivo.

Juntaram documentos às 24/113.

É o breve relato. Passo a decidir.

A Lei 1.533/51, em seu artigo 1º, estabelece:

*“Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte da autoridade, seja de que categoria for ou sejam quais forem as funções que exerça”.*

Dos elementos colacionados aos autos, ao menos inicialmente, razão possui o impetrante em seu pleito.

Conforme entendimento consolidado na doutrina e na jurisprudência pátrias, a fim de que seja admissível a exigência de aprovação em exame psicológico para a investidura em cargos públicos, são imprescindíveis a previsão legal e a aferição de critérios objetivos dos testes a serem aplicados, a fim de possibilitar ao candidato amplo acesso aos termos de sua avaliação, sob pena de ineficácia do ato.

*In casu*, o exame psicotécnico encontra-se amparado pelo art. 47 da Lei Complementar 055/2001 - Lei Orgânica da Polícia Civil. Por outro lado, porém observando os editais do concurso em tela, verifica-se a ausência de critérios objetivos para a avaliação psicológica dos candidatos.

Desta forma, em se tratando de exames subjetivos, sigilosos, não devem ser aceitos, uma vez que representam sério risco ao desvirtuamento do certame, com evidentes possibilidades de agressão aos princípios constitucionais da administração pública.

Esse é o entendimento unívoco do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima:

**“REEXAME NECESSÁRIO - CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO INSTITUTO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA – EXAME PSICOTÉCNICO – AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS NA PUBLICAÇÃO DO EDITAL – CANDIDATO REPROVADO ILEGALIDADE DEMONSTRADA. ESTADO – CUSTAS JUDICIAIS – ISENÇÃO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. É lícita a exigência de aprovação em exame psicotécnico, para preenchimento de cargo público, desde que previsto em lei. Todavia, sua exigibilidade está condicionada na aferição em critérios objetivos, a fim de possibilitar ao candidato o conhecimento da fundamentação do resultado, possibilitando assim, eventual interposição de recurso. Com isso, é vedada a realização de exame psicotécnico sigiloso e irrecorrível, justamente para evitar arbitrariedades e atos de segregação.
2. *Calcando-se o exame psicotécnico em critérios subjetivos e sigilosos, servindo de fundamento à reprovação de candidato em concurso público, correta é a decisão que declara a nulidade do ato.*
3. *A fazenda pública, por expressa disposição legal, encontra-se isenta do pagamento das custas judiciais”.* (TJRR, T. Cível, Reexame Necessário n.º 039/02, Rel. Juiz Cristóvão Suter – p.: DPJ 07/11/02, VU)

**No mesmo sentido:**

**“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – CONCURSO PÚBLICO – EXAME PSICOTÉCNICO DE CARÁTER ELIMINATÓRIO – NÃO ESPECIFICAÇÃO OBJETIVA DOS FATORES NECESSÁRIOS A PADRONIZAÇÃO DO PERFIL EXIGIDO – ART. 37 DA CF – TRANSGRESSÃO – Contraria o art. 37 da CF/88 a exigência do exame psicotécnico, em caráter eliminatório, em concurso público, sem**

*a especificação prévia, na lei ou no edital, dos critérios objetivos da avaliação, dos testes a serem aplicados, dos responsáveis pela aplicação e aferição dos resultados, sem interferência do estado momentâneo psicossomático de cada examinando, pois do contrário haverá desacato aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade e publicidade. O inciso II do art. 37 da CF condiciona a investidura em cargo ou emprego público à aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, não às avaliações psicológicas realizadas em caráter reservado e sem oportunidade de contradição, garantida no inciso LV da CF. É incompatível com o texto constitucional a adoção de um “perfil psicológico”, em que se devam encaixar todos os candidatos, por violar a necessária objetividade inerente à razão de ser dos princípios da acessibilidade aos cargos públicos, dada a individualidade própria de cada candidato.” (TJMG – EI 000.155.042-5/02 – 1ª C.Cív. – Rel. Des. Orlando Carvalho – J. 16.05.2000)*

**Outro não é o posicionamento do excelso Supremo Tribunal Federal, consoante se pode observar da seguinte transcrição:**

**"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - CONCURSO PÚBLICO - EXAME PSICOTÉCNICO DE CARÁTER ELIMINATÓRIO - NÃO ESPECIFICAÇÃO OBJETIVA DOS FATORES NECESSÁRIOS À PADRONIZAÇÃO DO PERFIL EXIGIDO - ART. 37 DA CF - TRANSGRESSÃO.** *Contraria o art. 37 da CF/88 a exigência do exame psicotécnico, em caráter eliminatório, em concurso público, sem a especificação prévia, na Lei ou no Edital, dos critérios objetivos da avaliação, dos testes a serem aplicados, dos responsáveis pela aplicação e aferição dos resultados, sem interferência do estado momentâneo psicossomático de cada examinando, pois do contrário haverá desacato aos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade e publicidade. O inciso II do art. 37 da CF condiciona a investidura em cargo ou emprego público à aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, não às avaliações psicológicas realizadas em caráter reservado e sem oportunidade de contradição, garantida no inciso LV da CF".* (Agrav. de Instrumento Nr. 350813; Relator: Min. Celso de Mello; p.: DJ 178-02.10.2001).

**Anote ainda, conforme asseverado pela impetrante que os testes psicológicos aplicados não estão em condições de realização, padecendo de aprovação pelo Conselho Federal de Psicologia, nos termos da Resolução 002/2003.**

**Assim sendo, resta manifesto o *fumus boni juris*, decorrente dos argumentos trazidos à baila pelos impetrantes, corroborados sobretudo do entendimento inequívoco de nossa jurisprudência acerca do tema.**

Outrossim, evidente o *periculum in mora*, na medida em que, caso não haja expedita resposta jurisdicional, irreparáveis serão os prejuízos impostos ao impetrante, que se verá aliado em seus direitos constitucionais, excluído irregularmente do concurso público.

Posto isto, presentes os pressupostos legais, na forma do art. 7.º, II, da Lei 1.533/51, concedo a medida liminar, determinando à autoridade nominada como coatora a imediata inclusão da impetrante na fase seguinte do concurso.

Oficie-se na forma estabelecida em lei, remetendo -se ao impetrado cópia integral deste *decisum* para seu imediato cumprimento, a fim de que possa, por igual, prestar as informações que julgar necessárias, no prazo de lei.

Decorrido o respectivo prazo, com ou sem informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público.

Boa Vista, 08 de setembro de 2003.

Des. **ROBÉRIO NUNES** - Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 03 001263-6**

Impetrante: Coema Paisagismo Urbanização e Serviços Ltda

Advogados: **Henrique K. Sadamatsu**

Impetrado: **Secretário de Fazenda do Estado de Roraima**

Relator: **Exmo. Sr. Juiz Convocado Cristóvão Suter**

#### **EMENTA**

**MANDADO DE SEGURANÇA – INDICAÇÃO EQUIVOCADA DA AUTORIDADE COATORA – ILEGITIMIDADE AD CAUSAM PASSIVA – EXTINÇÃO DO WRIT SEM ANÁLISE DO MÉRITO.**

*Constitui dever imposto à parte, sobretudo em tese de ações mandamentais, a indicação escorreita na exordial da pessoa contra quem é dirigida a ação.*

*Desrespeitada tal regra, restando manifesta a ilegitimidade ad causam passiva, a extinção do processo sem análise de mérito se impõe. Unânime.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

Acordam os membros do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, em sua composição plena, em julgar extinto o processo, nos termos do voto do relator, que integra este julgado.

Sala das sessões do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, aos três dias do mês de setembro do ano de 2003.

Des. Ricardo Oliveira – Presidente

Juiz Convocado Cristóvão Suter – Relator

Des. José Pedro – Julgador

Des. Lupercino Nogueira - Julgador

Des. Almiro Padilha – Julgador

Ministério Público Estadual

**SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, BOA VISTA -RR, 9 DE SETEMBRO DE 2003.**

BEL. GLÁUCIO ARTHUR ASSAD  
**Secretário do Tribunal Pleno**

---

## **SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA**

---

**Secretária da Câmara Única**  
BEL.<sup>a</sup> SUANAM NAKAI DE C. NUNES

### **PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**Apelação Cível N.º 0010.03.001319-6 – Boa Vista/RR**

**Apelante:** Real Previdência e Seguros S/A

**Advogado:** Helder F. Pereira

**Apelado:** Francisca Rodrigues de Lima

**Advogado:** José Roceliton Vito Joca

**Relator:** Exmo. Sr. Juiz Convocado Cristóvão Suter

**Revisor:** Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

### **EMENTA**

**APELAÇÃO CÍVEL – SEGURO DE VIDA – RECONHECIMENTO PARCIAL DA PRETENSÃO – ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – APLICAÇÃO DO INSERTO NO ART. 21, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC – TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS – CITAÇÃO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

*1. Na forma do preconizado no Código de Processo Civil, se um litigante decair de parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e honorários.*

*Logo, ainda que beneficiário da justiça gratuita, é devida a condenação ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, ficando, contudo, sobrestada a condenação nos termos do art. 12 da lei 1.060/50.*

*2. Os juros moratórios decorrentes de ilícito contratual são contados a partir da citação (CC, art. 405).*

*3. Recurso parcialmente provido. Unânime.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

**Acordam** os membros da Câmara Única - Turma Cível do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, que integra este julgado.

Sala das sessões do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, aos dois dias do mês de setembro de 2003.

Des. Robério Nunes – Presidente

Juiz Convocado Cristóvão Suter – Relator

Des. José Pedro – Julgador

### **PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**Embargos Declaratórios nas Apelações Cíveis N.º 298 / 0010.03.000987-1 e 299/02 / 0010.03.000988-9**

**Embargantes:** Warner Santos Dias e Outra

**Advogado:** Helder Figueiredo Pereira

**Embargada:** Lucinda Rodrigues Laurentino Barros

**Advogado:** Roberto Guedes de Amorim

**Relator:** Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

**EMENTA - EMBARGOS DECLARATÓRIOS – OMISSÃO INEXISTENTE – SEDE IMPRÓPRIA – NÃO CONHECIMENTO – RECURSO PROTELATÓRIO – IMPOSIÇÃO DE MULTA.**

**Os embargos declaratórios não se prestam para o reexame do quanto foi decidido para modificar o julgado, constituído-se meramente protelatórios, a que se comina multa. Exegese do parágrafo único do artigo 538 do Código de Processo Civil.**

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nas Apelações Cíveis N.º 298 e 299/02 em que são embargantes WARNER SANTOS DIAS e outra e embargadas LUCINDA RODRIGUES LAURENTINO BARROS e outra, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única, em rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do voto do Relator. Boa Vista, sala das sessões da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e três.

DES. ROBÉRIO NUNES - Presidente/Relator

DES. JOSÉ PEDRO - Julgador

DES. CRISTÓVÃO SUTER- Julgador

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**Apelação Cível N.º 0010.03.001163-8 – Boa Vista/RR**

**1º Apelante/2º Apelado:** Arnaldo José Ferreira

**Advogados:** Alexandre Dantas e outros

**1º Apelado/2º Apelante:** Estado de Roraima

**Procurador Judicial:** Edmilson Macêdo de Sousa

**Relator:** Exmo. Sr. Des. Cristóvão Suter (Juiz Convocado)

**Revisor:** Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

**EMENTA**

**APELAÇÕES CÍVEIS. FAZENDA PÚBLICA – INCONFORMISMO APRESENTADO A DESTEMPO – NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. EN TEESTATAL – SERVIÇO DE COMBATE AO FOGO – DEVER DE EFICIÊNCIA – MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – DANOS MATERIAL E MORAL – DEMONSTRAÇÃO – QUANTUM – FINS PEDAGÓGICO E COMPENSATÓRIO – ATENDIMENTO – MANUTENÇÃO DO JULGADO – ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA – PARTE QUE DECAI DA PARTE MÍNIMA DO PEDIDO – APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 21, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC – RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE.**

- 1. Constitui dever imposto às partes atentar fielmente aos prazos estabelecidos em lei, sob pena de não verem conhecidas as suas pretensões. Apresentado a destempo, não se conhece do recurso.*
- 2. Nos termos do estabelecido no art. 37 da Carta Magna, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.*
- 3. A deficiente prestação do serviço, demonstrada de forma eficaz nos autos, obriga o ente estatal a indenizar a vítima dos prejuízos experimentados.*
- 4. Nos termos do disposto em lei, se um litigante decair de parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e honorários.*

*Logo, considerando que nas ações de indenização por danos morais, o valor da causa não guarda pertinência com possíveis valores de tais danos, apontados pelo requerente na inicial, uma vez que o “quantum debeatur” depende de arbitramento criterioso pelo Juiz, não importa a condenação em valor menor do que o apontado na exordial, em sucumbência para o autor.*

*5. Recurso parcialmente provido. Unânime.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

**Acordam** os membros da Câmara Única - Turma Cível do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade de votos, em não conhecer do recurso apresentado pela fazenda pública estadual, dando parcial provimento ao recurso apresentado por ARNALDO JOSÉ FERREIRA, nos termos do voto do relator, que integra este julgado.

Sala das sessões do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, aos dois dias do mês de setembro de 2003.

Des. Robério Nunes – Presidente

Juiz Convocado Cristóvão Suter – Relator

Des. Lupercino Nogueira – Julgador

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**Reexame Necessário N.º 059/02 / 0010 03 001100-0 – Boa Vista/RR**

**Remetente:** Juízo de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista-RR

**Ação:** Mandado de Segurança N.º 001001015839-1

**Impetrante:** Rotel Roraima Telefonia e Representantes Ltda.

**Advogados:** Rodolpho Moraes e outros

**Impetrado:** Presidente da Junta Comercial do Estado de Roraima

**Relator:** Exmo. Sr. Des. Robério Nunes

**EMENTA:** REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA – INOBSERVÂNCIA DO PRAZO PREVISTO NO ART. 43 DA LEI Nº 8.934/94 – SENTENÇA MONOCRÁTICA CONFIRMADA.

Constitui ato abusivo e ilegal a inobservância pela autoridade competente do prazo legal estabelecido no art. 43 da Lei nº 8.934/94, de três dias úteis para promover o arquivamento de alteração contratual, causando, assim, ofensa a direito líquido e certo do interessado. Decisão integrada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Reexame Necessário - proc. n.º 059/02, nos autos do mandado de segurança 001001015839-1 (Impetrante: ROTEL RORAIMA TELEFONIA E REPRESENTANTES LTDA., Impetrado: PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em confirmar a decisão monocrática, nos termos do voto do relator.

Boa Vista, sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e três.

DES. ROBÉRIO NUNES – Presidente em exercício e Relator

DES. JOSÉ PEDRO – Julgador

DES. CRISTÓVÃO SUTER - Julgador

### **PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**Apelação Cível N.º 010.03.000239-7 – Boa Vista/RR**

**Apelante:** J. C. da S.

**Advogado:** Henrique Keisuke Sadamatsu

**Apelados:** J. B. de S – Representado por M. J. B. de S.

**Advogado:** Vincenzo Di Manzo

**Relator:** Exmo. Sr. Des. José Pedro

**Revisor:** Exmo. Sr. Des. Cristóvão Suter (Juiz Convocado)

**EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. EXAME DE “DNA”. IMPRESCINDIBILIDADE. DENEGAÇÃO: CERCEAMENTO DE DEFESA E ÓBICE À BUSCA DA VERDADE REAL. CONVIVÊNCIA, COABITAÇÃO E OUTRAS EVIDÊNCIAS ANÁLOGAS, ATESTADAS TESTEMUNHALMENTE, CONSTITUEM INDÍCIOS OU PRESUNÇÕES, E ATÉ SERVIRAM DE PROVA DE PATERNIDADE EM ÉPOCAS ANTERIORES À DETECTAÇÃO DOS GENES HEREDITÁRIOS. MESMO NA AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO DAS PARTES, O JUIZ DEVERÁ ORDENAR A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA ESPECÍFICA COMO DILIGÊNCIA PARA ESPANCAR EVENTUAL DÚVIDA E, COM ISSO, DISTRIBUIR A VERDADEIRA JUSTIÇA (INTELIGÊNCIA DO ART. 130, CPC). PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO. APELO PROVIDO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA E DA FASE POSTULATÓRIA DERRADEIRA. REFORMA DO SANEADOR, DEFERINDO A REALIZAÇÃO DO REFERIDO EXAME TÉCNICO-PERICIAL.**

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da colenda Câmara Única, por sua Turma Cível, à unanimidade de votos e em harmonia com o parecer ministerial, em conhecer do recurso e lhe conceder provimento, anulando a sentença, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar este julgado.

Boa Vista, 02 de setembro de 2003.

Des. **ROBÉRIO NUNES** – Presidente em exercício

Des. **JOSÉ PEDRO** – Relator

Des. **CRISTÓVÃO SUTER** – Julgador convocado

Esteve presente o Dr. **Sales Eurico Melgarejo Freitas** - Procurador de Justiça.

### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**Recursos Especial e Extraordinário na Apelação Cível N.º 061/99 / 0010.03.000124-1 – Boa Vista/RR.**

**Recorrente:** Telaima Celular S/A.

**Advogado:** Alexander Ladislau Menezes.

**Recorrido:** Diretor da Receita Estadual de Roraima.

**Procurador Fiscal do Estado:** Paulo Marcelo Albuquerque.

### **DECISÃO**

Tratam os autos de recursos especial e extraordinário, interpostos por TELAIMA CELULAR S/A, com fulcro, respectivamente, nos arts. 105, III, “a”, e 102, III, “a”, ambos da CF, contra o v. acórdão de fls. 335/336, mantido em sede de embargos declaratórios (fl. 355).

Alega a recorrente, em síntese:

a) no recurso especial (fls. 389/403): que a decisão vergastada contrariou e/ou negou vigência ao art. 60, *caput* e § 1.º, da Lei n.º

9.472/97, ao art. 2.º, X, da LC n.º 87/96, e ao art. 110 do CTN;

b) no recurso extraordinário (fls. 374/386): que houve afronta ao art. 21, XI, da CF.

Requer, assim, a reforma do julgado.

Em contra-razões (fls. 427/434 e 438/445), o recorrido pugna pelo improvimento dos apelos.

A douta Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer de fl. 448, opina pela admissão dos recursos.

É o relatório. Decido.

Os recursos reúnem condições de admissibilidade.

Em relação ao recurso especial, verifica-se, pela leitura do acórdão recorrido, que a matéria suscitada foi objeto de apreciação por esta Corte, estando, assim, devidamente prequestionada.

A recorrente, por sua vez, explicitou os dispositivos de leis federais que teriam sido violados e/ou deixado de ser aplicados.

Quanto ao recurso extraordinário, constata-se que a suposta ofensa ao dispositivo constitucional invocado restou demonstrada de maneira razoável, inclusive com o necessário prequestionamento.

As questões são de direito, passíveis de revisão pelas instâncias superiores.

ISTO POSTO, em harmonia com o parecer ministerial, dou seguimento a ambos os recursos.  
Subam os autos ao e. Superior Tribunal de Justiça (CPC, art. 543, *caput*).  
Publique-se.  
Boa Vista, 08 de setembro de 2003.

**Des. RICARDO OLIVEIRA**  
**Presidente**

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**Recursos Especial e Extraordinário na Apelação Cível N.º 060/99 / 0010.03.001104-2 – Boa Vista/RR**

**Recorrente:** Telecomunicações de Roraima S/A.

**Advogado:** Alexander Ladislau Menezes.

**Recorrido:** Diretor da Receita Estadual de Roraima.

**Procurador Fiscal do Estado:** Paulo Marcelo Albuquerque.

**DECISÃO**

Tratam os autos de recursos especial e extraordinário, interpostos por TELECOMUNICAÇÕES DE RORAIMA S/A, com fulcro, respectivamente, nos arts. 105, III, “a” e “c”, e 102, III, “a”, ambos da CF, contra o v. acórdão de fls. 288/289, mantido em sede de embargos declaratórios (fl. 317).

Alega a recorrente, em síntese:

- a) no recurso especial (fls. 333/357): que a decisão vergastada contrariou o art. 60, § 1.º, da Lei n.º 9.472/97, o art. 2.º, III, da LC n.º 87/96, o item 74 da Lista de Serviços – LC n.º 56/87, bem como o art. 110 do CTN, além de divergir da interpretação de outros tribunais;
- b) no recurso extraordinário (fls. 359/369): que houve afronta aos arts. 155, II, e 156, III, da CF.

Requer, assim, a reforma do julgado.

Em contra-razões (fls. 385/392 e 396/403), o recorrido pugna pelo improvimento dos apelos.

A douta Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer de fls. 419/422, opina pela admissão dos recursos.

É o relatório. Decido.

Os recursos reúnem condições de admissibilidade.

Em relação ao recurso especial, verifica-se, pela leitura do acórdão recorrido, que a matéria suscitada foi objeto de apreciação por esta Corte, estando, assim, devidamente prequestionada.

A recorrente explicitou os dispositivos de leis federais que teriam sido violados.

O dissídio jurisprudencial, por sua vez, ficou caracterizado.

Quanto ao recurso extraordinário, constata-se que a suposta ofensa aos dispositivos constitucionais invocados restou demonstrada de maneira razoável, inclusive com o necessário prequestionamento.

As questões são de direito, passíveis de revisão pelas instâncias superiores.

ISTO POSTO, em harmonia com o parecer ministerial, dou seguimento a ambos os recursos.

Subam os autos ao e. Superior Tribunal de Justiça (CPC, art. 543, *caput*).

Publique-se.

Boa Vista, 08 de setembro de 2003.

**Des. RICARDO OLIVEIRA**  
**Presidente**

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**Recursos Especial e Extraordinário na Apelação Cível N.º 154/01 / 0010.03.001328-7 – Boa Vista/RR**

**Recorrente:** Estado de Roraima.

**Procuradora Judicial:** Geralda Cardoso de Assunção.

**Recorridos:** Rosa de Almeida Rodrigues e outros.

**Advogado:** Henrique Keisuke Sadamatsu.

**DECISÃO**

Tratam os autos de recursos especial e extraordinário, interpostos pelo ESTADO DE RORAIMA, com fulcro, respectivamente, nos arts. 105, III, “a” e “c”, e 102, III, “a”, ambos da CF, contra o v. acórdão de fls. 57/58.

Alega o recorrente, em síntese:

- a) no recurso especial (fls. 67/104): que a decisão vergastada contrariou o art. 8.º da Lei n.º 1.533/51 e o art. 267, VI, do CPC, bem como violou ou negou vigência ao art. 515, § 3.º, *in fine*, do CPC, além de divergir da interpretação de aresto do e. STF;
- b) no recurso extraordinário (fls. 106/156): que houve afronta aos arts. 2.º, 5.º, *caput* incisos II, XXXIII, LIV, LV e LXIX, 25 e 37, *caput*, todos da CF.

Requer, assim, a reforma do julgado ou a declaração de nulidade de “todo o processado”.

Embora intimados, os recorridos deixaram de oferecer contra-razões (fl. 158).

A douta Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer de fls. 161/162, opina pela admissão dos recursos.

É o relatório. Decido.

Os recursos reúnem condições de admissibilidade.

Em relação ao recurso especial, verifica-se, pela leitura do acórdão recorrido, que as matérias suscitadas foram objeto de apreciação por esta Corte, estando, assim, devidamente prequestionadas.

O recorrente explicitou os dispositivos de leis federais que teriam sido violados e/ou deixado de ser aplicados.

O dissídio jurisprudencial, por sua vez, ficou caracterizado.



Quanto ao recurso extraordinário, constata-se que a suposta ofensa aos dispositivos constitucionais invocados restou demonstrada de maneira razoável, inclusive com o necessário prequestionamento.

As questões são de direito, passíveis de revisão pelas instâncias superiores.

ISTO POSTO, em harmonia com o parecer ministerial, dou seguimento a ambos os recursos.

Subam os autos ao e. Superior Tribunal de Justiça (CPC, art. 543, *caput*).

Publique-se.

Boa Vista, 08 de setembro de 2003.

**Des. RICARDO OLIVEIRA**

**Presidente**

### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**Recurso Especial na Apelação Cível N.º 129/02 / 0010.03.001436-8 – Boa Vista/RR.**

**Recorrente:** Valcira Figueira Silva.

**Advogados:** Pedro Xavier Coelho Sobrinho e Jorge da Silva Fraxe

**Recorrida:** Maria Teresa Saenz Surita Jucá.

**Advogado:** Hindemburgo Oliveira Filho.

### **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, interposto por VALCIRA FIGUEIRA SILVA, com fulcro no art. 105, III, “c” (*rectius* “a”), da CF, contra o v. acórdão de fl. 133, mantido em sede de embargos declaratórios (fl. 144).

Alega a recorrente, em síntese, que a decisão vergastada negou vigência ao art. 27, VIII, da Lei n.º 5.250/67.

Requer, assim, a reforma do julgado.

Em contra-razões (fls. 157/161), a recorrida pugna, em preliminar, pela negativa de seguimento ao recurso e, no mérito, pelo seu improvimento.

É o relatório. Decido.

O recurso não reúne condições de vencer o juízo prévio de admissibilidade.

Esclareço, inicialmente, que o equívoco da recorrente em mencionar a alínea “c”, no lugar da alínea “a”, não lhe traz prejuízo, pois, segundo a jurisprudência, “a indicação errônea do permissivo constitucional em que se funda apelo especial caracteriza mero erro material, não obstando o seu conhecimento” (STJ, RESP 189571, 5.ª Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, j. 24.08.1999, DJ 20.09.1999, p. 077).

Contudo, a pretendida verificação do acerto da decisão recorrida, quanto a ter havido ou não ofensa à honra e abuso no exercício do mandato parlamentar, implica, *data venia*, em **reexame da prova**, o que é vedado pela Súmula 07 do STJ.

Nesse sentido:

“É inadmissível o recurso especial se a sua análise depender do necessário reexame do conjunto fático-probatório dos autos” (STJ, AGA 480373/PR, 3.ª Turma, Rel.ª Min.ª Nancy Andrighi, j. 03.06.2003, DJ 18.08.2003, p. 205).

ISTO POSTO, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 05 de setembro de 2003.

**Des. RICARDO OLIVEIRA**

**Presidente**

### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**Recursos Especial e Extraordinário na Apelação Cível N.º 196/01 / 0010.03.001437-6 – Boa Vista/RR**

**Recorrente:** Estado de Roraima.

**Procuradora Judicial:** Geralda Cardoso de Assunção.

**Recorridos:** Raul Prudente de Moraes Neto e outros.

**Advogado:** Henrique Keisuke Sadamatsu.

### **DECISÃO**

Tratam os autos de recursos especial e extraordinário, interpostos pelo ESTADO DE RORAIMA, com fulcro, respectivamente, nos arts. 105, III, “a” e “c”, e 102, III, “a”, ambos da CF, contra o v. acórdão de fls. 87/88.

Alega o recorrente, em síntese:

a) no recurso especial (fls. 97/137): que a decisão vergastada contrariou os arts. 1.º, 6.º, parágrafo único, e 8.º, todos da Lei n.º 1.533/51, bem como o art. 267, VI, do CPC, além de divergir da interpretação de aresto do e. STF;

b) no recurso extraordinário (fls. 140/192): que houve afronta aos arts. 2.º, 5.º, *caput* incisos II, XXXIII, LIV, LV e LXIX, 25 e 37, *caput*, todos da CF.

Requer, assim, a reforma do julgado.

Embora intimados, os recorridos deixaram de oferecer contra-razões (fl. 194).

É o relatório. Decido.

Os recursos reúnem condições de admissibilidade.

Em relação ao recurso especial, verifica-se, pela leitura do acórdão recorrido, que as matérias suscitadas foram objeto de apreciação por esta Corte, estando, assim, devidamente prequestionadas.

O recorrente explicitou os dispositivos de leis federais que teriam sido violados.

O dissídio jurisprudencial, por sua vez, ficou caracterizado.

Quanto ao recurso extraordinário, constata-se que a suposta ofensa aos dispositivos constitucionais invocados restou demonstrada de maneira razoável, inclusive com o necessário prequestionamento.

As questões são de direito, passíveis de revisão pelas instâncias superiores.

ISTO POSTO, dou seguimento a ambos os recursos.

Subam os autos ao e. Superior Tribunal de Justiça (CPC, art. 543, *caput*).

Publique-se.

Boa Vista, 08 de setembro de 2003.

Des. RICARDO OLIVEIRA

**Presidente**

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**Recurso Especial na Apelação Cível N.º 096/02 / 0010.03.001438-4 – Boa Vista/RR.**

**Recorrente:** Hindemburgo Alves de Oliveira Filho.

**Advogado:** Em causa própria.

**Recorrido:** Banco do Brasil S/A.

**Advogado:** José Arivaldo de Azevedo.

#### **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, interposto por HINDEMBURGO ALVES DE OLIVEIRA FILHO, com fulcro no art. 105, III, “a”, da CF, contra o v. acórdão de fls. 141/142, mantido em sede de embargos declaratórios (fl. 154).

Alega o recorrente, em síntese, que a decisão vergastada negou vigência ao art. 43, § 2.º, da Lei n.º 8.078/90 (CDC).

Requer, assim, a reforma do julgado.

Embora intimado, o recorrido deixou de oferecer contra-razões (fl. 174).

É o relatório. Decido.

O recurso não reúne condições de vencer o juízo prévio de admissibilidade.

A verificação do acerto da decisão recorrida, quanto a ter havido ou não comunicação prévia ao consumidor de sua inscrição no cadastro de proteção ao crédito, nos termos do art. 43, § 2.º, da Lei n.º 8.078/90, implica em **reexame da prova**, o que é vedado pela Súmula 07 do STJ.

Nesse sentido:

“É inadmissível o recurso especial se a sua análise depender do necessário reexame do conjunto fático-probatório dos autos” (STJ, AGA 480373/PR, 3.ª Turma, Rel.ª Min.ª Nancy Andrighi, j. 03.06.2003, DJ 18.08.2003, p. 205).

ISTO POSTO, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 05 de setembro de 2003.

Des. RICARDO OLIVEIRA

**Presidente**

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**Apelação Cível N.º 142/02 / 0010.03.000919-4 – Boa Vista/RR**

**Apelante:** José Jair Praciano.

**Advogados:** Rodolpho Morais e outros.

**Apelado:** Banco da Amazônia S/A.

**Advogado:** Sívirino Pauli.

**Relator:** Exmo. Sr. Des. Ricardo Oliveira.

#### **DESPACHO**

Oficie-se ao MM. Juiz da 6.ª Vara Cível, requisitando os autos da Execução n.º 0010.01.007731-0, nos termos do art. 175, IX, do RITJRR.

Após, conclusos.

Boa Vista, 09 de setembro de 2003.

Des. RICARDO OLIVEIRA

**Relator**

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**Apelação Cível N.º 0010.03.001322-0 – Boa Vista/RR**

**Apelante:** Estado de Roraima

**Procurador Judicial:** Anastase Vaptistis Papoortzis

**Apelada:** Maria Auxiliadora de Souza Horta

**Advogada:** Dircinha Carreira Duarte

**Relator:** Exmo. Sr. Des. Almiro Padilha

#### **DESPACHO**

1 - Encaminhem-se os autos ao Ministério Público de 2º Grau para manifestação;  
2 - Após, voltem-me conclusos.  
3 - Publique-se.  
Boa Vista – RR, 09 de setembro de 2003.

**Des. Almiro Padilha**  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**Conflito Negativo de Competência N.º 0010.03.001388-1 – Boa Vista/RR**

**Suscitante:** Juízo de Direito do 2º Juizado Especial Criminal

**Suscitado:** Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista

**Relator:** Exmo. Sr. Des. Cristóvão Suter (Juiz Convocado)

Autos n.º 1388-1

I – Requisitem-se as informações do Juiz suscitado, encaminhando-lhe, cópias do incidente;

II – Fixo o 2º juizado especial criminal, suscitante, como competente provisoriamente para decidir eventuais medidas urgentes;

III – Decorrido o prazo, com ou sem informações, encaminhem-se ao MP.

Boa Vista, 8 de setembro de 2003.

Juiz Convocado Cristóvão Suter  
Relator

SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA, BOA VISTA, **09 DE SETEMBRO DE 2003.**

BEL.ª SUANAM NAKAI DE C. NUNES  
Secretária da Câmara Única

---

**PRESIDÊNCIA**

---

ATOS DE 09 DE SETEMBRO DE 2003

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**RESOLVE:**

**N.º 238** – Tornar sem efeito a nomeação da candidata **REGEANE DA SILVA** para o cargo de Assistente Judiciário, Código TJ/NM-2, Classe A, Nível I, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Roraima, realizada através do Ato n.º 223, de 22.08.2003, publicado no DPJ n.º 2710, de 23.08.2003, em virtude de ter firmado termo de desistência definitiva.

**N.º 239** – Tornar sem efeito a nomeação da candidata **ELIANA COSTA MELO** para o cargo de Assistente Judiciário, Código TJ/NM-2, Classe A, Nível I, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Roraima, realizada através do Ato n.º 228, de 22.08.2003, publicado no DPJ n.º 2710, de 23.08.2003, em virtude de ter firmado termo de desistência definitiva.

**N.º 240** – Nomear, em caráter efetivo, o candidato **BRUNO PINHO DA SILVA**, aprovado em 71.º lugar no II Concurso Público, para exercer o cargo de Assistente Judiciário, Código TJ/NM-2, Classe A, Nível I, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Roraima.

**N.º 241** – Nomear, em caráter efetivo, o candidato **PAULO SOUTO CAMILO JÚNIOR**, aprovado em 72.º lugar no II Concurso Público, para exercer o cargo de Assistente Judiciário, Código TJ/NM-2, Classe A, Nível I, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Roraima.

**N.º 242** – Nomear, em caráter efetivo, a candidata **IARA RÉGIA FRANCO CARVALHO**, aprovada em 73.º lugar no II Concurso Público, para exercer o cargo de Assistente Judiciário, Código TJ/NM-2, Classe A, Nível I, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Roraima.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Des. RICARDO OLIVEIRA  
Presidente

**PORTARIAS DE 09 DE SETEMBRO DE 2003**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**RESOLVE:**

**N.º 662** – Designar o Juiz Substituto, Dr. **DÉLCIO DIAS FEU**, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela 3.ª Vara Criminal, no período de 11 a 16.09.2003.

**N.º 663** – Designar o Juiz Substituto, Dr. **DÉLCIO DIAS FEU**, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela 2.ª Vara Criminal, no período de 11 a 15.09.2003.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Des. RICARDO OLIVEIRA  
Presidente

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**REPUBLICAÇÃO DE DECISÃO, EM VIRTUDE DE INCORREÇÃO**

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 1532/03.

Origem: Gleysiane da Silva Matos (Assistente Judiciário)/Comarca de Mucajaí.

Assunto: Solicita sua remoção para a Comarca de Boa Vista.

**DECISÃO**

Adotando, como razão de decidir, a manifestação da Diretoria-Geral (fl.10), indefiro o pedido.

Publique-se.

Boa Vista, 05 de setembro de 2003.

Des. RICARDO OLIVEIRA  
Presidente

GABINETE DAPRESIDÊNCIA, BOA VISTA-RR, 09 DE SETEMBRO DE 2003.

**CLARETE APARECIDA CASTRALI**

---

**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

---

PORTARIA N.º. 065/2003

O **Desembargador ALMIRO PADILHA**, Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Roraima, no uso das suas atribuições legais e

**CONSIDERANDO** o teor dos Acordos nº 003, 004 e 005/03, celebrados respectivamente entre esta Corregedoria-Geral e Boa Vista Energia S.A – BOVESA, Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – CAER, Companhia Energética de Roraima – CER e o Tribunal Regional Eleitoral – TRE;

**CONSIDERANDO** que os referidos Acordos tem a finalidade de conferir maior agilidade e rapidez na consulta dos nomes e endereços constantes no banco de dados dessas instituições, evitando a de mora e o desperdício na obtenção de dados necessários ao andamento dos serviços jurisdicionais, através de ofícios;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Determinar a todas as Varas do Interior e Capital, que enviem as solicitações referentes a nomes e endereços de réus ou testemunhas não encontradas para esta Corregedoria-Geral, através de e-mail ([enderecoscgj@tj.rr.gov.br](mailto:enderecoscgj@tj.rr.gov.br)).

**Art. 2º.** – Fica vedada a solicitação destas informações, diretamente à BOVESA, CER, CAER e TRE-RR.

**Art. 3º.** – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Boa Vista, 09 de setembro de 2003.

**Des. Almiro Padilha**  
Corregedor-Geral de Justiça

PORTARIA N.º. 066/2003

O **Desembargador ALMIRO PADILHA**, Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Roraima, no uso das suas atribuições legais e

**CONSIDERANDO** que o ato correicional visa aprimorar e melhorar a execução dos serviços judiciários em geral, a fim de que os feitos cíveis e criminais tenham impulso processual célere e eficaz, além de detectar e corrigir eventuais irregularidades nos serviços judiciários;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Instaurar as correições gerais ordinárias a serem realizadas no corrente ano, conforme o quadro abaixo:

Setor	Data
Cartório Distribuidor	15 e 16 de setembro
Contadoria Judicial	17 e 18 de setembro
Central de Mandados	19 de setembro

**Art. 2º.** - Designar os servidores **ERICH VICTOR AQUINO COSTA**, Assessor Jurídico da CGJ, **ALESSANDRA DE ANDRADE RUSSO**, Digitadora da CGJ, e **GLEIDE NADIJA LISBOA SANTOS**, Secretária do Gab. do Des. Almiro Padilha, para auxiliarem nos trabalhos correicionais instaurados.

**Art. 3º.** - Cientifiquem-se os setores interessados, bem como o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Roraima, do teor deste ato.

**Art. 4º.** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se, autue-se e cumpra-se.

Boa Vista, 09 de setembro de 2003.

**Des. Almiro Padilha**  
Corregedor-Geral de Justiça

PROVIMENTO Nº 063/2003

**O Desembargador ALMIRO PADILHA, Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Roraima**, no uso de suas atribuições legais e

**CONSIDERANDO** o teor do art.2º da Resolução nº 021/03, que determinou a utilização do selo holográfico de autenticidade no âmbito do Poder Judiciário deste Estado e indica os documentos que os selos serão apostos;

**CONSIDERANDO** a indicação através de Ofício nº 1238 da Vara da Infância e da Juventude de documentos que necessitam de selo holográfico;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** – Alterar o art.1º do Provimento nº 062/03, incluindo as alíneas “c”, “d” e “e”, que passa a ter o seguinte teor:

“**Art.1º** - (...)

- a) alvarás de soltura;
- b) alvarás de levantamento de valores;
- c) via principal das guias de internação e desinternação (equivalente ao mandado de prisão e alvará de soltura);
- d) autorização de viagens para o exterior;
- e) termos de guarda/tutela.”

**Art. 2º** – Este provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Boa Vista-RR, 09 de setembro de 2003.

**DES. ALMIRO PADILHA**  
Corregedor-Geral de Justiça

---

**DIRETORIA GERAL**

---

**Diretor-Geral**  
Augusto Monteiro

Expediente do dia 09/09/03

Procedimento Administrativo nº 1581/03  
Origem: Victor Mateus de Oliveira Tobias  
Assunto: Solicita pagamento de diárias

Despacho: (...) Com fulcro no art. 1º, IX, da Portaria GP 590/2003, autorizo o pagamento das diárias correspondentes (...). BVB, 09.09.2003. Augusto Monteiro – Diretor Geral – TJ/RR

Procedimento Administrativo nº 1531/03  
Origem: Dante Roque Martins Bianeck  
Assunto: Solicita transporte e diárias.

**Diário do Poder Judiciário    Ano VII – EDIÇÃO 2722    Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

Despacho: (...) Com fulcro no art. 1º, IX, da Portaria GP 590/2003, autorizo o pagamento das diárias correspondentes (...). BVB, 09.09.2003. Augusto Monteiro – Diretor Geral – TJ/RR

Procedimento Administrativo nº 1562/03

Origem: Comissão Permanente de Sindicância

Assunto: Solicita pagamento de diárias em favor do servidor Luiz Saraiva Botelho – oficial de justiça.

Despacho: (...) com fulcro no art. 1º, IX, da Portaria GP 590/2003, autorizo o pagamento das diárias correspondentes (...). BVB, 09.09.2003. Augusto Monteiro – Diretor Geral – TJ/RR

Procedimento Administrativo nº 1537/03

Origem: Liduína Ricarte Bezerra Amâncio e Agenor da Silva Corrêa.

Assunto: Solicita pagamento de horas extras.

Despacho: (...) Com fulcro no art. 1º, X, da Portaria GP 590/2003, autorizo o pagamento de adicional por serviço extraordinário aos servidores. (...). BVB, 09.09.2003. Augusto Monteiro – Diretor Geral – TJ/RR

---

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE	
<b>Nº DO P.A.:</b>	1515/2003
<b>ASSUNTO:</b>	Solicita autorização para participar, com ônus para o TJRR, do "IV Congresso Brasileiro de Direito de Família", em Belo Horizonte - MG, no período de 24 a 27.09.2003.
<b>FUND. LEGAL:</b>	art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei n.º 8.666/93
<b>CONTRATADA:</b>	Instituto Brasileiro de Direito de Família
<b>VALOR:</b>	R\$350,00
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO	
EXTRATOS DE CONTRATOS	
<b>Nº DO CONTRATO:</b>	023/2003
<b>CONTRATADA:</b>	Jane da Silva Amorim
<b>OBJETO:</b>	Prestação de serviço de tradução de documentos e depoimentos de português para espanhol e vice-versa.
<b>VIGÊNCIA:</b>	06 meses contados do recebimento da NE
<b>DATA:</b>	Boa Vista, 01 de setembro de 2003.
<b>Nº DO CONTRATO:</b>	022/2003
<b>CONTRATADO:</b>	Lourival Novais Neto
<b>OBJETO:</b>	Prestação de serviço de tradução de documentos e depoimentos de português para inglês e vice-versa.
<b>VIGÊNCIA:</b>	06 meses contados do recebimento da NE
<b>DATA:</b>	Boa Vista, 01 de setembro de 2003.

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**

---

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

Procedimento Administrativo n.º **1583/03**

Origem: **Juízo da 5.<sup>a</sup> Vara Criminal**

Assunto: **Solicita Cancelamento do período de férias do servidor Alex Sandro da Costa**

DECISÃO:

Acolho a manifestação da Divisão de Desenvolvimento e Controle de Recursos Humanos (fls. 08).

Via de consequência, defiro o pleito, ficando as férias para serem usufruídas no período de 05.01 a 03.02.2004.

Publique-se.

Boa Vista (RR), 09 de setembro de 2003.

Bel.<sup>a</sup> LÍGIA SIMONE ARAÚJO DE FARIAS  
Diretora

---

## **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

---

### AVISO DE EDITAL

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2003

**TIPO: TÉCNICA E PREÇO**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A CGJ.

ABERTURA: 14.10.2003 ÀS 9:30 HORAS.

**LOCAL: SALA DA C.P.L., NA SEDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, SITO A PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, S/N - BOA VISTA – RR.**

Os interessados poderão obter cópia do Edital e informações na Comissão Permanente de Licitação do TJ/RR, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone 624 1512, 621 2649 ou 624-2600, ramal 2649, no horário das 8:00h às 14:00h .

Boa Vista(RR), 09 de setembro de 2003.

Mário Jonas da Silva Matos  
Presidente da C.P.L.

---

## **COMARCA DE BOA VISTA**

---

---

## **COMARCA DE BOA VISTA JUSTIÇA COMUM**

---

---

## **CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**

---

1A VARA CÍVEL

Juiz(íza): Luiz Fernando Castanheira Mallet

ALIMENTOS - PEDIDO

00042 - 001003069179-3

Requerente: W.M.R. e outros; Requerido: A.M.R. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 3.240,00. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

00043 - 001003069181-9

Requerente: M.R.S.; Requerido: M.R.S. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 4.320,00. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz.

ALVARÁ JUDICIAL

00044 - 001003069191-8

Requerente: Constantino Souza e Silva e outros => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 5.000,82. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante.

ARROLAMENTO/INVENTÁRIO

00045 - 001003069163-7

Inventariante: Maria das Graças Lopes Soares; Inventariado: Francisca de Souza Lima => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 10.000,00. Adv - Chistianne Gonzales Leite.

EXONER.PENSÃO ALIMENTÍCIA

00046 - 001003069178-5

**Diário do Poder Judiciário    Ano VII – EDIÇÃO 2722    Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

Autor: E.C.F.M.; Réu: M.G.W.R. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 2.880,00. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

**INVEST.PATERN / ALIMENTOS**

00047 - 001003069083-7

Requerente: A.K.S.C.B.; Requerido: B.S.R. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 2.880,00. Adv - Oleno Inácio de Matos.

**RECONHECIM. UNIÃO ESTÁVEL**

00048 - 001003069164-5

Autor: W.F.C.; Réu: M.A.F.S. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 4.700,00. Adv - Chistianne Gonzales Leite.

**SEPARAÇÃO LITIGIOSA**

00049 - 001003069159-5

Requerente: M.L.U.V.; Requerido: I.F.V. => Distribuição por Dependência em 08/09/2003. Audiência Conciliação: Dia 10/09/2003 às 08:00 Horas. Adv - Chistianne Gonzales Leite.

**2A VARA CÍVEL**

Juiz(íza): Rommel Moreira Conrado

**EMBARGOS DEVEDOR**

00020 - 001003069212-2

Embargante: O Estado de Roraima; Embargado: Valentina Wanderley de Mello e outros => Distribuição por Dependência em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**EXECUÇÃO**

00021 - 001003069217-1

Exeqüente: Valentina Wanderley de Mello e outros; Executado: O Estado de Roraima => Distribuição por Dependência em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s) .

**INDENIZAÇÃO**

00022 - 001003069144-7

**Autor: Moises Dourado; Réu: O Estado de Roraima => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 200.000,00. Adv - José Fábio Martins da Silva.**

**3A VARA CÍVEL**

Juiz(íza): Jefferson Fernandes da Silva

**FALÊNCIA**

00007 - 001001019656-5

Requerente: Banco do Brasil S/A; Requerido: Alimbrás Alimentos do Brasil Ltda => Transferência Realizada em 08/09/2003. Adv - Paulo Sérgio Brígida.

**PRECATÓRIA CÍVEL**

00008 - 001003069186-8

Requerente: Renata Estevao Pinto e outros; Requerido: Floriano Pinto Sobrinho => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 120,00. Adv - Claudia Jeane T. Barbirato.

00009 - 001003069188-4

Requerente: Ivan da Silva; Requerido: Ivanildo Luiz da Silva => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**REGISTRO CIVIL**

00010 - 001003069148-8

Requerente: Odivaldo Rodrigues dos Santos => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 240,00. Adv - José João Pereira dos Santos.

00011 - 001003069149-6

Requerente: Samara Silva de Jesus => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - José João Pereira dos Santos.



00012 - 001003069151-2

Requerente: Elen Carla Macedo Medeiros => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 240,00. Adv - José João Pereira dos Santos.

00013 - 001003069152-0

Requerente: Gloriane da Silva => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 240,00. Adv - Sheila Alves Ferreira, José João Pereira dos Santos.

00014 - 001003069154-6

Requerente: Rosildo da Silva Miguel de Lima => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - José João Pereira dos Santos.

#### RETIFICAÇÃO REG. CIVIL

00015 - 001003069147-0

Requerente: Dalzira Souza dos Anjos => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 240,00. Adv - Sheila Alves Ferreira, José João Pereira dos Santos.

00016 - 001003069153-8

Requerente: Abadias dos Santos Alves => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 240,00. Adv - José João Pereira dos Santos.

00017 - 001003069157-9

Requerente: Manuel Marcolino Vieira => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Sheila Alves Ferreira, José João Pereira dos Santos.

00018 - 001003069158-7

Requerente: Jozivania Andrade da Silva => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 240,00. Adv - José João Pereira dos Santos.

00019 - 001003069162-9

Requerente: Antonio Pedro Alves Ferreira => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 378,00. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz.

#### 4A VARA CÍVEL

**Juiz(íza): Cristovão José Suter Correia da Silva**

#### EXECUÇÃO

**00001 - 001002028053-2**

Exeqüente: Elcio Andrade da Silva; Executado: Bas Serviços Ltda => Transferência Realizada em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 26.241,78. Adv - José Ribamar Abreu dos Santos.

#### 5A VARA CÍVEL

Juiz(íza): Mozarildo Monteiro Cavalcanti

#### AÇÃO DE COBRANÇA

00002 - 001003069143-9

Autor: Boa Vista Energia S/A; Réu: Antônio Feitosa da Silva => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 15.317,11. Adv - José Jerônimo Figueiredo da Silva, Charles Sganzerla Grazziotin.

#### EMBARGOS DE TERCEIROS

00003 - 001003069183-5

Embargante: Waldimir Pereira de Araújo => Distribuição por Dependência em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 10.000,00 - Audiência Conciliação: Dia 10/09/2003, às 08:00 Horas. Adv - José Rogério de Sales.

#### EMBARGOS DEVEDOR

00004 - 001003069167-8

Embargante: Eliane Barbosa Guerreiro; Embargado: Banco do Brasil S/A => Distribuição por Dependência em 08/09/2003. Adv - José Pedro de Araújo.

#### ORDINÁRIA

00005 - 001003069176-9

Requerente: Escritorio Central de Arrecadação Distribuição-ecad; Requerido: Fecec Fundação de Educação Ciência e Cultura de Roraima => Distribuição por Dependência em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 11.756,79. Adv - Félix de Melo Ferreira.

**6A VARA CÍVEL**

Juiz(íza): Angelo Augusto Graça Mendes

**AÇÃO DE COBRANÇA**

00006 - 001003069142-1

Autor: Boa Vista Energia S/A; Réu: Pigalle Lancheteria Ltda => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 11.467,68.  
Adv - José Jerônimo Figueiredo da Silva, Charles Sganzerla Grazziotin.

**7A VARA CÍVEL**

Juiz(íza): Paulo Cézar Dias Menezes

**ALIMENTOS - PEDIDO**

00050 - 001003069156-1

Requerente: L.S.V.; Requerido: S.C.V. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 3.393,00. Adv - Chistianne Gonzales Leite.

00051 - 001003069182-7

Requerente: H.H.S.F. e outros; Requerido: I.V.F. e outros => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 7.200,00. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz.

**ALVARÁ JUDICIAL**

00052 - 001003068923-5

Requerente: F.P. e outros => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 763,38. Adv - Maria das Graças Barbosa de Moura.

**DISSOLUÇÃO SOCIEDADE**

00053 - 001003069161-1

Autor: A.N.S.; Réu: F.P.S. => Distribuição por Dependência em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 4.000,00. Adv - Chistianne Gonzales Leite.

**INVEST.PATERN / ALIMENTOS**

00054 - 001003068863-3

Requerente: B.C.L.S.; Requerido: E.P.O. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 5.760,00. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

**SEPARAÇÃO LITIGIOSA**

00055 - 001003069132-2

Requerente: V.G.L.S.; Requerido: J.C.S.M.S. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 240,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**8A VARA CÍVEL**

Juiz(íza): Cesar Henrique Alves

**INDENIZAÇÃO**

00023 - 001003069208-0

Autor: Wailan Malheiro Sobral; Réu: O Estado de Roraima => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 1.000,00.  
Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante.

**1A VARA CRIMINAL**

Juiz(íza): Leonardo Pache de Faria Cupello

**CRIME C/ PESSOA - JÚRI**

00033 - 001001012136-5

Réu: Erismar Duran da Silva e outros => Transferência Realizada em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00034 - 001001012150-6

Réu: Erismar Duran da Silva => Transferência Realizada em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**LIBERDADE PROVISÓRIA**

00035 - 001003069169-4

Requerente: Raimundo Ferreira Mota => Distribuição por Dependência em 08/09/2003. Adv - Evamar Mesquita de Figueiredo.

**2A VARA CRIMINAL**

Juiz(íza): Alcir Gursen de Miranda

**HABEAS CORPUS**

00032 - 001003069185-0

Paciente: Idinaldo Cardoso da Silva => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Jaeder Natal Ribeiro.

**3A VARA CRIMINAL**

Juiz(íza): Euclides Calil Filho

**PRECATÓRIA CRIME**

00036 - 001003069171-0

Réu: Francisco das Chagas Camilo Barbosa => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00037 - 001003069172-8

Réu: Riordania Silva do Nascimento => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00038 - 001003069173-6

Réu: Rejane Vasconcelos Martins => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00039 - 001003069174-4

Réu: Junior Vieira Santos => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00040 - 001003069184-3

Réu: Werbeth Moreira Gomes => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**EXECUÇÃO PENAL**

00041 - 001003068939-1

Sentenciado: Erismar Duran da Silva => Inclusão Automática No Siscom em 08/09/2003. Inclusão Automática No Siscom em 08/09/2003. Inclusão Automática No Siscom em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**4A VARA CRIMINAL**

Juiz(íza): Jésus Rodrigues do Nascimento

**CRIME C/ PATRIMÔNIO**

00024 - 001001012134-0

Réu: Erismar Duran da Silva e outros => Transferência Realizada em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00025 - 001001012486-4

Réu: Erismar Duran da Silva e outros => Transferência Realizada em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00026 - 001003069193-4

Indiciado: A.A. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00027 - 001003069198-3

Indiciado: C.A.R.M. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**LIBERDADE PROVISÓRIA**

00028 - 001003069177-7

Requerente: Emerson Souza Moura => Distribuição por Dependência em 08/09/2003. Adv - Elias Bezerra da Silva.

**PRISÃO EM FLAGRANTE**

00029 - 001003069170-2

Autuado: Lorna Vania La Rose e outros => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**5A VARA CRIMINAL**

Juiz(iza): Antônio Augusto Martins Neto

CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA

00030 - 001003069203-1

Indiciado: A.A. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00031 - 001003069137-1

Indiciado: G.C.S.Q. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Juiz(iza): Graciete Sotto Mayor Ribeiro

ALVARÁ JUDICIAL

00304 - 001003062173-3

Requerente: I.D.A. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CONSELHO TUTELAR

00305 - 001003062175-8

Terceiro: F.A. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

Juiz(iza): Parima Dias Veras

CONSELHO TUTELAR

00306 - 001003062174-1

Terceiro: J.B.T.N. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

EXECUÇÃO DE MEDIDA

00307 - 001003062170-9

Infrator: A.C.S.S. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Ernesto Halt.

RELATÓRIO ATO INFRACIONAL

00308 - 001003062172-5

Infrator: E.B.P. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00309 - 001003062176-6

Infrator: C.O.S. e outros => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

## **PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**

---

**1A VARA CÍVEL**

**Expediente de 08/09/2003**

**JUIZ(A) TITULAR:**

**Luiz Fernando Castanheira Mallet**

**PROMOTOR(A) :**

**Alexandre Moreira Tavares dos Santos**

**Isaias Montanari Júnior**

**Valdir Aparecido de Oliveira**

**ESCRIVÃO(Ã) :**

**Liduina Ricarte Beserra Amâncio**

**ALIMENTOS - PEDIDO**

00056 - 001001002131-8

Requerente: K.M.B. e outros; Requerido: T.A.B. => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 267 do CPC. Dessa forma, extingo o processo, nos termos do art. 267,III do CPC.Sem custas e honorários.P.R.I.A. Adv - Aline Dionisio Castelo Branco.

00057 - 001002042867-7

## **Diário do Poder Judiciário      Ano VII – EDIÇÃO 2722      Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

Requerente: B.A.M.A.; Requerido: A.S.A. => Aguarda providência oficial a central. DESPACHO: Certifique-se o cumprimento do mandado de fls. 37. Boa Vista/RR, 27/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Neuza Maria V. Oliveira de Castilho.

00058 - 001003060704-7

Requerente: T.N.L. e outros; Requerido: J.L.L.S. => Intimação ordenado(a). DESPACHO: Defiro fls. 25. Boa Vista/RR, 27/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Chistianne Gonzales Leite, Fernando Pinheiro dos Santos.

00059 - 001003063856-2

Requerente: C.R.S.; Requerido: R.F.S.J. => Aguarda providência oficial fonte pagad.. DESPACHO: Defiro fls. 35/36. Boa Vista/RR, 27/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Maria Emília Brito Silva Leite, Liliana Regina Alves.

00060 - 001003066965-8

Requerente: G.M.A.; Requerido: J.A.S. => DECISÃO: 01 - Segredo de Justiça. 02 - Justiça Gratuita. 03 - Considerando o binômio necessidade/possibilidade; Considerando que aos pais incumbe o dever de contribuir para o sustento dos filhos; Fixo alimentos provisórios em 01 (um salário mínimo), mensal, devendo ser pago mediante depósito bancário até o dia 10 do mês subsequente ao vencido, em nome da representante do menor. 04 - Designo o dia 24/11/03, às 10:30 horas, para audiência de conciliação, instrução e julgamento. 05 - Cite-se. 06 - Intimações necessárias. 07 - A parte autora regularize sua representação postulatória. Boa Vista/RR, 31/07/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Erivaldo Sérgio da Silva.

### **ALVARÁ JUDICIAL**

00061 - 001003059910-3

Requerente: Alcinôra dos Santos Aguiar => Vista ao autor. DESPACHO: Manifestem-se os autores acerca do ofício de fls. 43/46. Boa Vista/RR, 27/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Ednaldo Gomes Vidal.

00062 - 001003063895-0

Requerente: José Ribamar Pereira => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. Isto posto, defiro o pedido determinando a expedição de Alvará Judicial em nome do requerente JOSÉ RIBAMAR PEREIRA, para levantamento junto a GRA/MF/RR, Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em Roraima, os valores referente ao passivo de 28,86% (vinte e oito virgula oitenta e seis por cento) devido à servidora MARIA JOSÉ DA SILVA PEREIRA. Recolham-se as custas. P.R.I.A. Adv - Josenildo Ferreira Barbosa.

00063 - 001003065683-8

Requerente: Aldinez Aparecida dos Santos => Vista ao autor. DECISÃO: Tratam os presentes autos de causa complexa, haja vista o valor e a existência de outros herdeiros. O ilustre representante do Ministério Público manifestou-se pelo processamento de inventário. Assim, entendo certo o parecer ministerial, devendo a requerente proceder na forma de inventário. Diga a parte autora. Boa Vista/RR, 26/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Antônio Cláudio de Almeida.

00064 - 001003067826-1

Requerente: Kaio Machiori Pacífico => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. Isto posto, defiro o pedido determinando a expedição de Alvará Judicial em nome da representante do requerente KALIUA ABGAIL MACHIORI TEIXEIRA, para levantamento junto a Caixa Econômica Federal, desta capital, dos valores referentes ao FGTS pertencente ao falecido FRANCISCO DE ASSIS GONZAGA. Sem custas. PRIA. Adv - Neuza Silva Oliveira.

### **ARROLAMENTO DE BENS**

00065 - 001001002166-4

Requerente: S.Y.L.P. e outros; Requerido: E.S.P. => Intimação ordenado(a). DESPACHO: O Cartório cobre o cumprimento do mandado de f. 130 e, pagas as custas, archive-se, caso contrário, expeça-se a certidão para inscrição em dívida ativa. No mais, intime-se as partes dos documentos de fls. 132/146 e, posteriormente, arquivem-se autos. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 03/09/03. Dr. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Jaeder Natal Ribeiro, Antonieta Magalhães Aguiar.

### **ARROLAMENTO/INVENTÁRIO**

00066 - 001002029720-5

Inventariante: Amélia de Araújo Souto e outros; Inventariado: Francisco Germiniano de Almeida => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. Isto posto, julgo por sentença o plano de partilha apresentado às fls. 87/88, atribuindo a cada herdeiro o respectivo quinhão, ressalvados os direitos de terceiros. Após os pagamentos das custas processuais, expeçam-se os formais de partilha. P.R.I. e archive-se após as cautelas legais.. Adv - Bernardino Dias de S. C. Neto, José Duarte Simões Moura, Francisco Alves Noronha, Emerson Luis Delgado Gomes.

### **CURATELA/INTERDIÇÃO**

00067 - 001003058928-6

Requerente: J.E.M.S.; Interditado: J.T.M. => SENTENÇA: Interdição de direitos decretada. Assim, à vista do contido nos autos, decreto a INTERDIÇÃO de JOSÉ TACIONEI MARTINS, nomeando-lhe como sua curadora JOSEFA ELIETE MARTINS SILVA que deverá representá-lo nos atos da vida civil. Adotem-se as providências do art. 1.184 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I.A. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz.

00068 - 001003068604-1

Requerente: S.F.L.; Interditado: E.D.F.L. => Citação ordenado(a). DESPACHO: Segredo de Justiça. Justiça Gratuita. Deixo para apreciar o pedido de tutela em audiência. Designo o dia 20/11/03 às 10:00 horas, para audiência de interrogatório. Cite-se. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 04/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

**DIVÓRCIO LITIGIOSO**

00069 - 001001002679-6

Requerente: M.N.S.; Requerido: F.I.P.S. => Vista ao autor. DESPACHO: A parte autora especifique as provas. Boa Vista/RR, 28/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Rosângela Pereira de Araújo, Natanael de Lima Ferreira.

00070 - 001001002695-2

Requerente: E.M.N.; Requerido: M.N.P.N. => Aguarda providência manifest.do autor. DESPACHO: Permaneçam os autos em Cartório pelo prazo de 30 dias. Nada requerido, retornem os autos ao arquivo. Boa Vista/RR, 22/08/03. Dr. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito substituto da 1A Vara Cível. Adv - Bernardino Dias de S. C. Neto, Francisco Alves Noronha, Emerson Luis Delgado Gomes.

00071 - 001002055422-5

Requerente: D.R.S.B.F.; Requerido: J.B.P.F. => Aguarde-se realização da audiência prevista para 20/11/2003. DESPACHO: 01 - Processo em ordem. Defiro as provas requeridas. 02 - Designo o dia 20/11/03, às 10:10 horas para audiência de conciliação, instrução e julgamento. 03 - Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 27/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Thaumaturgo Cezar Moreira do Nascimento.

00072 - 001003060344-2

Requerente: M.S.S.; Requerido: M.S.F. => Intimação ordenado(a). DESPACHO: 01 - Processo em ordem. Defiro as provas requeridas. 02 - Designo o dia 24/11/03 às 10:00 horas, para audiência de conciliação, instrução e julgamento. 03 - Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 27/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Natanael de Lima Ferreira.

00073 - 001003068190-1

Requerente: E.C.R.L.; Requerido: V.I.G.L. => Citação ordenado(a). DESPACHO: Segredo de Justiça. Designo o dia 26/11/03 às 10:10 horas, para audiência de conciliação. Cite-se. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 25/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Rogenilton Ferreira Gomes.

00074 - 001003068839-3

Requerente: C.B.S. => Vista ao autor. DESPACHO: 01 - Emende a inicial no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, autenticando os documentos de fls. 07/11. 02 - Quanto aos alimentos, devem vir em termos próprios, pois obedecem rito diverso. Boa Vista/RR, 05/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Scyla Maria de Paiva Oliveira.

**DIVÓRCIO POR CONVERSÃO**

00075 - 001002055103-1

Requerente: M.M.O.; Requerido: F.E.O. => Aguarda providência oficial cart. regist. DESPACHO: Oficie-se o Cartório de registro. Boa Vista/RR, 27/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Emira Latife Lago Salomão.

**EXECUÇÃO**

00076 - 001001005754-4

Exeqüente: I.H.S.M. e outros; Executado: A.B.M. => Vista ao(s) exeqüentes prazo de dia(s). DESPACHO: Manifestem-se os exeqüentes acerca da planilha de fls. 88. Boa Vista/RR, 27/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Pedro de A. D. Cavalcante, Luiz Fernando Menegais, Margarida Beatriz Oruê Arza.

00077 - 001001020576-2

Exeqüente: G.K.C.S.; Executado: E.S.R. => DECISÃO: Prisão revogado(a). 01 - Revogo a prisão. 02 - suspendo o feito pelo prazo de 30 (trinta) dias. Após diga a parte autora acerca do cumprimento do acordo. Boa Vista/RR, 27/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Maria Luiza da Silva Coelho.

00078 - 001002021443-2

Exeqüente: G.K.C.S.; Executado: E.S.R. => Vista ao(s) à parte exeqüente prazo de dia(s). DESPACHO: Dê-se vista à parte exeqüente acerca do recibo de fls. 30. Boa Vista/RR, 28/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Maria Luiza da Silva Coelho.

00079 - 001002026666-3

Exeqüente: J.A.M.L. e outros; Executado: J.A.S.L. => Vista ao autor. DESPACHO: Defiro fls. 25v°. Após, diga a parte autora. Boa Vista/RR, 08/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Walkíria de Azevedo Tertulino.

00080 - 001003059963-2

## **Diário do Poder Judiciário      Ano VII – EDIÇÃO 2722      Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

Exeqüente: J.A.M.L. e outros; Executado: J.A.S.L. => Vista ao autor. DESPACHO: Manifeste-se a parte autora acerca da certidão de fls. 13/14 versos. Boa Vista/RR, 08/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - James Pinheiro Machado.

00081 - 001003062738-3

Exeqüente: W.F.R.; Executado: W.R.S. => Vista ao réu. DESPACHO: Defiro fls. 17. Boa Vista/RR, 27/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Oleno Inácio de Matos.

00082 - 001003063878-6

Exeqüente: R.S.M.; Executado: J.Q.M. => Vista ao(s) à dpe/rr prazo de dia(s). DESPACHO: Dê-se vista à DPE/RR. Boa Vista/RR, 26/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Juliane de Menezes Onety Pinheiro.

00083 - 001003066890-8

Exeqüente: E.R.C.; Executado: C.C.A. => Citação ordenado(a). DESPACHO: 01 - Segredo de justiça. 02 - Cite-se. 03 - Fixo honorários em 10%, salvo embargos. Boa Vista/RR, 22/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Edir Ribeiro da Costa.

### **EXECUÇÃO PROVISÓRIA**

00084 - 001003059711-5

Exeqüente: Evandro Furtado Santos; Executado: Sabastiao Pereira dos Santos => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 267 do CPC. (...) Denota-se que a presente ação foi proposta bem antes da citação. Logo, nesse momento, ainda não há interesse de agir. Dessa forma, extingo o processo sem análise de mérito, nos moldes do art. 267 VI do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I.A. Adv - Vilmar Francisco Maciel, Francisco Alves Noronha.

### **GUARDA DE MENOR**

00085 - 001001015433-3

Requerente: J.R.; Requerido: I.S. => Intimação ordenado(a). DESPACHO: Defiro fls. 90. Boa Vista/RR, 27/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Vanir César Martins Nogueira, Olivânia Moraes Melo.

00086 - 001003067729-7

Requerente: M.M.F.; Requerido: J.R.C. => Citação ordenado(a). DESPACHO: Segredo de Justiça. Justiça Gratuita. Designo o dia 26/11/03 às 10:30 horas, para audiência de conciliação. Cite-se. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 04/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Oleno Inácio de Matos.

00087 - 001003067831-1

Requerente: M.P.A.; Requerido: D.F.S. => Citação ordenado(a). DESPACHO: 01 - Segredo de justiça. 02 - Justiça gratuita. 03 - Nesse momento, não há provas suficientes que autorizem o deferimento de pedido liminar. 04 - Designo o dia 24/11/03 às 10:20 horas, para audiência de conciliação (caráter emergencial). 05 - Cite-se. 06 - Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 08/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

### **HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO**

00088 - 001003068744-5

Requerente: F.M.S. e outros => Vista ao(s) ao mp prazo de dia(s). DESPACHO: 01 - segredo de justiça. 02 - Justiça gratuita. 03 - Dê-se vista ao Ministério Público. Boa Vista/RR, 05/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz.

### **INVEST.PATERN / ALIMENTOS**

00089 - 001002051877-4

Requerente: G.C.C.; Requerido: J.E.S.S. => DECISÃO: Alimentos provisionais arbitrados. 01-Tendo em vista o resultado do teste de paternidade apontando a probabilidade de 99,99% de ser o réu o pai biológico do autor, fixo alimentos provisórios em 01 (um) salário mínimo depositado em conta bancária, em nome da representante do menor, até o dia 05 do mês subsequente ao vencido. 02 - Designo o dia 20/11/03, às 11:10 horas para audiência de instrução e julgamento. 03-Intimações necessárias. 04 - Oficie-se para abertura de conta. Boa Vista/RR, 29/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A V.C Adv - Paulo Augusto do Carmo Gondim, Jaildo Peixoto da Silva.

### **SEPARAÇÃO DE CORPOS**

00090 - 001003063945-3

Requerente: L.M.N.O.; Requerido: S.J.S.M. => Citação ordenado(a). DESPACHO: 01 - Não há provas suficientes para concessão de liminar. 02 - Designo o dia 24/11/03 às 10:10 horas, para audiência de justificação. 03 - Cite-se conforme requerido às fls. 20, fazendo constar o ponto referencial mencionado na exordial. 04 - Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 14/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Thaumaturgo Cezar Moreira do Nascimento.

### **SEPARAÇÃO LITIGIOSA**

00091 - 001001002160-7

**Diário do Poder Judiciário      Ano VII – EDIÇÃO 2722      Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

Requerente: E.S.P.; Requerido: N.L.P. => DESPACHO: Defiro o pedido de f. 156, ficando a parte intimada para ciência dos documentos juntados nos autos nº 0010 01 002166-4, medida cautelar, às fls. 132/146. De outro lado, sobre o Cartório o cumprimento do mandado de f. 155 e, pagas as custas e observadas as providências acima, arquivem-se os autos, caso não haja pagamento, expeça-se certidão para inscrição em dívida ativa. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 03/09/03. Dr. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1ª Vara Cível. Adv - Henrique Keisuke Sadamatsu, Antonieta Magalhães Aguiar.

00092 - 001001002500-4

Requerente: I.R.M.; Requerido: T.A.S.J. => Intimação ordenado(a). DESPACHO: Intime-se por edital com prazo de 30 (trinta) dias. Boa Vista/RR, 27/08/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível. Adv - Mário Junior Tavares da Silva.

**TUTELA**

00093 - 001003068899-7

Tutelante: N.C.L.A. => Vista ao(s) ao mp prazo de dia(s). DESPACHO: 01 - Segredo de justiça. 02 - Justiça gratuita. 03 - Dê-se vista ao Ministério Público. Boa Vista/RR, 05/09/03. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**2ª VARA CÍVEL**

**Expediente de 08/09/2003**

**JUIZ(A) TITULAR:**

**Rommel Moreira Conrado**

**PROMOTOR(A) :**

**Luiz Antonio Araújo de Souza**

**ESCRIVÃO(A) :**

**Hudson Luis Viana Bezerra**

**AÇÃO DE COBRANÇA**

00123 - 001002038039-9

Autor: Drogaria Center Ltda; Réu: O Município do Cantá => DESPACHO: Vista ao M.P. Boa Vista, 01.09.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Mamede Abrão Netto, Milton César Pereira Batista.

**DESAPROPRIAÇÃO**

00124 - 001001019693-8

Expropriante: Cerâmica Vitória Indústria e Comércio Ltda; Expropriado: O Estado de Roraima e outros => DESPACHO: Manifeste-se a parte autora, em 48hs, sob pena de extinção. Int. pessoal. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - João Pujucan P. Souto Maior, Paulo Marcelo A. Albuquerque, Dalva Maria Machado.

**EMBARGOS DEVEDOR**

00125 - 001001019615-1

Embargante: Antonio Batista dos Santos; Embargado: O Município de Boa Vista => DESPACHO: Resguardando o contraditório, manifeste-se o embargante acerca de fls. 91/100. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - José Demontê Soares Leite, João Felix de Santana Neto, Severino do Ramo Benício, Luiz Fernando Menegais.

00126 - 001002037014-3

Embargante: O Estado de Roraima; Embargado: Eleide Gomes Mota => FINAL DE SENTENÇA: Isto Posto, extingo o processo com julgamento do mérito, com fulcro no art. 269, I, CPC, julgando improcedentes os Embargos à Execução. Condene o Embargante ao pagamento de honorários advocatícios que fixo, tendo em vista o disposto no § 4º do art. 20 do CPC, e considerando especialmente o valor da execução e o trabalho desenvolvido, em R\$ 3.000,00 (três mil reais). Decorrido o prazo recursal, em cumprimento ao disposto nos itens 2 e 6, remetam-se os autos ao contador para efetuar o seguinte cálculo: os valores devidos a título de danos morais e materiais (fls. 12) com correção monetária calculada pelos índices utilizados pelo Poder Judiciário Estadual e juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, anualmente capitalizados, desde 16/10/96 até novembro de 2000. Sentença não sujeita ao reexame necessário. P.R.I. Boa Vista, 05 de setembro de 2003. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Antônio Oneildo Ferreira, Alessandra Andréia Miglioranza, Cleusa Lúcia de Souza Lima.

00127 - 001002045795-7

Embargante: Araújo & Coelho Ltda; Embargado: O Município de Boa Vista => DESPACHO: Não há necessidade de produção de outras provas que não as constantes nos autos, sendo hipótese de julgamento antecipado da lide. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Vivaldo Barbosa de Araújo Filho, Severino do Ramo Benício.

00128 - 001002047131-3

Embargante: Importadora Grande Roraima Ltda e outros; Embargado: O Estado de Roraima => DESPACHO: Encaminhem-se os autos ao Eg. TJRR. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Ronaldo Mauro Costa Paiva, Paulo Marcelo A. Albuquerque, Anastase Vaptistis Papoortzis.

00129 - 001002052720-5



## **Diário do Poder Judiciário      Ano VII – EDIÇÃO 2722      Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

Embargante: Oliveira e Souza Ltda; Embargado: O Estado de Roraima => DESPACHO: Manifeste-se o Embargado acerca do pagamento referido se tais valores são referentes ao débito cobrado. Boa Vista, 29.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Stélio Dener de Souza Cruz, Anastase Vaptistis Papoortzis, Geralda Cardoso de Assunção .

00130 - 001003066758-7

Embargante: O Município de Boa Vista; Embargado: Marinei do Carmo Vasconcelos Cavalcante => DESPACHO: Manifeste-se o embargante acerca da impugnação. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício, Dircinha Carreira Duarte.

### **EXECUÇÃO**

00131 - 001001003969-0

Exeqüente: Msa do Brasil Equip e Instrum de Seg Ltda; Executado: O Estado de Roraima => DESPACHO: O exequente comprove o recolhimento das custas finais deste processo. Com a prova de tal pagamento, defiro o desentranhamento requerido às fls. 30. Boa Vista, 25.09.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Luciano Alves de Queiroz.

### **EXECUÇÃO DE SENTENÇA**

00132 - 001001003684-5

Exeqüente: Cleusa Lúcia de Souza Lima e outros; Executado: Amazonas Brasil => DESPACHO: Cabe ao exequente diligenciar visando a localização de bens penhoráveis, In Casu, indicando, pelo menos, em qual (is) banco(s) o executado possui conta. Boa Vista, 01.09.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Cleusa Lúcia de Souza Lima, Azilmar Paraguassu Chaves, Anastase Vaptistis Papoortzis.

00133 - 001001019694-6

Exeqüente: Adrian de Souza Oliveira e outros; Executado: O Município de Boa Vista => DESPACHO: Trata-se de execução não embargada, em fase da Fazenda Pública Municipal. Desta forma, nos termos do art. 730, I, CPC, requesite-se o pagamento através de precatório, por intermédio do Presidente do Egrégio TJRR, esclarecendo que se trata, IN CASU, de débito de natureza alimentícia (art. 100 §1º, I, CF). Boa Vista, 05.09.03. Rommel Moreira Conrado - Juiz de Direito. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, José João Pereira dos Santos, Lúcia Pinto Pereira.

00134 - 001003060114-9

Exeqüente: Adrian de Souza Oliveira e outros; Executado: O Município de Boa Vista => DESPACHO: Trata-se de execução contra a Fazenda Pública em relação a qual não foram a postos embargos. Desta forma, nos termos do art. 730, I, CPC, requesite-se o pagamento, por precatório, por intermédio do presidente do Eg. TJRR. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, Lúcia Pinto Pereira.

### **EXECUÇÃO FISCAL**

00135 - 001001000181-5

Exeqüente: O Município de Boa Vista; Executado: Ivacir Centenario => FINAL DE SENTENÇA: Isto Posto, declaro extinta a execução fiscal semestabelcer condenação em custas judiciais e honorários advocatícios, de acordo com o art. 26 da Lei nº 6.830/80. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Boa Vista, 22 de agosto de 2003. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício.

00136 - 001001003028-5

Exeqüente: O Município de Boa Vista; Executado: José Alírio Rodrigues => despacho: Defiro a suspensão do processo de acordo com o requerido às fls. 25 a contar da data da petição. Decorrido o prazo, manifeste-se o exequente para se manifestar. Boa Vista, 29.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício.

00137 - 001001003146-5

Exeqüente: O Município de Boa Vista; Executado: Cleide da Silva Alves => DESPACHO: Encaminhe-se ao arquivo provisório (art. 40, § 3º da Lei 6.830/80). Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00138 - 001001003187-9

Exeqüente: O Município de Boa Vista; Executado: Free Shopping Ltda => DESPACHO: Defiro a suspensão do processo de acordo com o requerido às fls. 17 a contar da data da petição. Decorrido o prazo, intime-se o exequente para se manifestar. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício.

00139 - 001001003231-5

Exeqüente: O Município de Boa Vista e outros => DESPACHO: Defiro o requerido às fls. 27. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00140 - 001001003241-4

Exeqüente: O Município de Boa Vista; Executado: Lp Bonfim => DESPACHO: Defiro o requerido às fls. 16. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Adv - Severino do Ramo Benício.

00141 - 001001003269-5

Exeqüente: O Estado de Roraima; Executado: Francisco de Assis Rebouças e outros => DESPACHO: O exequente forneça o endereço do executado haja vista que o recente parcelamento do débito fls. 35 - leva a presumir, por óbvio, o conhecimento do local em que pode

## **Diário do Poder Judiciário      Ano VII – EDIÇÃO 2722      Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

ser encontrado o devedor. Boa Vista, 01.09.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque, Roberto Guedes Amorim, Geralda Cardoso de Assunção , Anastase Vaptistis Papoortzis.

00142 - 001001003424-6

Exeqüente: O Município de Boa Vista; Executado: Minotto Terraplenagens e Copnstruções Ltda => DESPACHO: O executado traga aos autos um dos títulos penhorados a fim de ser analisado. Boa Vista, 25.09.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00143 - 001001003460-0

Exeqüente: O Município de Boa Vista; Executado: José Saraiva de Araújo => FINAL DE SENTENÇA: Isto Posto, declaro extinta a execução fiscal semestabelcer condenação em custas judiciais e honorários advocatícios, de acordo com o art. 26 da Lei nº 6.830/80. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Boa Vista, 22 de agosto de 2003. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício.

00144 - 001001003572-2

Exeqüente: O Estado de Roraima; Executado: Automoto Ltda e outros => DESPACHO: Tendo em vista a petição - fls. 71/72, suspendo o leilão designado. Após, cls. Boa Vista, 05.09.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque, Geralda Cardoso de Assunção , Anastase Vaptistis Papoortzis, Henrique Keisuke Sadamatsu.

00145 - 001001003637-3

Exeqüente: O Estado de Roraima; Executado: Mc da Silva Mendes e outros => DESPACHO: O exequente diligencie visando a localização de bens penhoráveis, ainda mais em face da certidão de fls. 31. Do exposto, indefiro o requerido às fls. 38/39. Boa Vista, 01.09.03 . Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque, Geralda Cardoso de Assunção , Anastase Vaptistis Papoortzis.

00146 - 001001003757-9

Exeqüente: O Estado de Roraima; Executado: Constubo Fábrica de Estrutura Pré Moldada Ltda e outros => DESPACHO: Indefiro a penhora do automóvel - fls. 31v - posto que alienado fiduciariamente. Penhora-se o lote de terras referido - fls. 31v- intimando o devedor da penhora e prazo para embargos. Expeça-se mandado de penhora da pessoa jurídica e citação dos demais devedores ainda não localizados. Boa Vista, 01.09.03. Rommel Moreira Conrado. Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque, Geralda Cardoso de Assunção , Anastase Vaptistis Papoortzis.

00147 - 001001003897-3

Exeqüente: O Município de Boa Vista; Executado: Roraima Construção Ltda Roraima Construção e Comércio => FINAL DE SENTENÇA: Isto Posto, com base no art. 174, do CTN, c/c o art. 269, IV, CPC, extingo a presente execução fiscal com julgamento do mérito, sem ônus (custas e honorários) para ambas as partes. Após o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00148 - 001001003948-4

Exeqüente: O Município de Boa Vista; Executado: Salim Dib => DESPACHO: Designe-se data para hasta pública. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício.

00149 - 001001003962-5

Exeqüente: O Município de Boa Vista; Executado: Ra Mota do Nascimento => FINAL DE SENTENÇA: Isto Posto, com base no art. 174, do CTN, c/c o art. 269, IV, CPC, extingo a presente execução fiscal com julgamento do mérito, sem ônus (custas e honorários) para ambas as partes. Após o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício.

00150 - 001002036829-5

Exeqüente: O Município de Boa Vista; Executado: Josué Rodrigues da Silva => despacho: Defiro a suspensão do processo de acordo com o requerido às fls. 23 a contar da data da petição. Decorrido o prazo intime-se o exequente para manifestar. Boa Vista, 29.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00151 - 001002038763-4

Exeqüente: O Município de Boa Vista; Executado: Sônia Araújo Rodrigues => FINAL DE SENTENÇA: Isto Posto, declaro extinta a execução fiscal sem estabelecer condenação em custas judiciais e honorários advocatícios, de acordo com o art. 26 da Lei nº 6.830/80. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Boa Vista, 22 de agosto de 2003. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00152 - 001002046187-6

Exeqüente: O Município de Boa Vista; Executado: Sebastiao Leci da Silva => DESPACHO: Designe-se data para hasta pública. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

### **INCIDENTE PROCESSUAL**

00153 - 001001019676-3

Requerente: Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista; Requerido: Tribunal de Justiça do Estado de Roraima => DESPACHO: Manifeste-se a parte credora acerca do cumprimento do acordo. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00154 - 001003058869-2

Requerente: Juízo de Direito da 2A Vara Cível da Comarca de Boa Vista e outros; Requerido: Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e outros => DESPACHO: Encontrando -se o processo de execução pertinente no juízo da 8A Vara Cível, remetam-se os presentes autos aquele juízo, com nossos cumprimentos. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Valentina Wanderley de Mello, Ana Luciola Vieira Franco.

#### INDENIZAÇÃO

00155 - 001001003729-8

Autor: Auriene Batalha Reis; Réu: O Estado de Roraima => DESPACHO: Designar data para oitiva das testemunhas arroladas às fls. 379. Intimem-se pessoalmente as testemunhas e pelo DPI, as partes. Sem embargo dos itens anteriores, vista ao M.P. para se manifestar acerca de eventual interesse na causa. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque, Vincenzo Di Manso, Anastase Vaptistis Papoortzis, Cleusa Lúcia de Souza Lima.

00156 - 001001003959-1

Autor: Wanderson Bernardes de Sousa; Réu: O Município de Boa Vista => DESPACHO: Desentranhar fls. 122/140, registrando-os e autuando-os como processo de execução. As fls. 141/160 devem, igualmente, serem desentanhadas pois se tratam de cópias da inicial da execução. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Jaime Brasil Filho, José João Pereira dos Santos.

00157 - 001003060534-8

Autor: O Município de Normandia; Réu: Gelb Pereira => DESPACHO: Designar audiência de Conciliação. Intimem-se as partes, que deverão comparecer pessoalmente ou através de procurador com poderes para transigir. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Jaildo Peixoto da Silva, Juscelino Kubitschek Pereira.

#### ORDINÁRIA

00158 - 001001003815-5

Requerente: O Ministério Público do Estado de Roraima; Requerido: Cecylia Brasil e outros => DESDESPACHO: Manifeste-se o autor acerca das contestações. Boa Vista, 25.08.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Ednaldo Gomes Vidal, Alci da Rocha, Grece Maria da Silva Matos, Agenor Veloso Borges, Henrique Keisuke Sadamatsu.

#### USUCAPIÃO

00159 - 001001019621-9

Autor: Maria de Nazaré da Silva Viana; Réu: José Marcos de Almeida Formighieri => DESPACHO: Manifeste-se a parte autora acerca de fls. 207/249. Boa Vista, 01.09.03. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Helder Figueiredo Pereira.

### 7A VARA CÍVEL

**Expediente de 08/09/2003**

**JUIZ(A) TITULAR:**

**Paulo César Dias Menezes**

**PROMOTOR(A) :**

**Ademar Loiola Mota**

**ESCRIVÃO(Ã) :**

**Anderson Ricardo Souza da Silva**

#### ADJUDICAÇÃO

00094 - 001002050705-8

Requerente: Espólio de Francisco Paulo de Andrade; Requerido: José Basílio Cavalcante e outros => Custas finais aguarda pagamento. INTIMAÇÃO: Intimação das partes para o pagamento das custas finais. Boa Vista/RR, 08 de setembro de 2003. Adv - Sívirino Pauli.

#### AGRAVO

00095 - 001002024629-3

Agravante: A.M.S.S.; Agravado: J.F.S. => Custas finais aguarda pagamento. INTIMAÇÃO: Intimação das partes para o pagamento das custas finais. Boa Vista/RR, 08 de setembro de 2003. Adv - Elcení Diogo da Silva.

#### ALIMENTOS - PEDIDO

00096 - 001001008866-3

Requerente: A.S.S.; Requerido: A.C.S. => Aguarde-se realização da audiência prevista para 22/10/2003. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: A audiência de Conciliação e Julgamento, foi designada para o dia 22/10/2003, às 10:45 horas, neste juízo. Boa Vista/RR, 20 de agosto de 2003. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz.

00097 - 001002056418-2

Requerente: L.P.V. e outros; Requerido: J.C.V. => Aguarde-se realização da audiência prevista para 17/10/2003. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: A audiência de Conciliação e Julgamento, foi designada para o dia 17/10/2003, às 10:45 horas, neste juízo. Boa Vista/RR, 20 de agosto de 2003. Adv - José Fábio Martins da Silva.

**Diário do Poder Judiciário      Ano VII – EDIÇÃO 2722      Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

00098 - 001002056647-6

Requerente: A.M.G. e outros; Requerido: V.M.G. => Expeça-se mandado. DESPACHO: Intime-se o autor, pessoalmente, para, em 48 horas, dar andamento ao feito, sob pena de extinção. Se for o caso, intime-se por edital, caso esteja em local incerto e não sabido para o mesmo fim. Boa Vista/RR, 03 de setembro de 2003. Elvo Pigari Júnior - Juiz de Direito Substituto. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza, Marcos Antonio Demezio dos Santos.

00099 - 001003060365-7

Requerente: H.P.C.; Requerido: O.L.C. => Expeça-se mandado. DESPACHO: Pague o réu em 10 dias as custas constantes de fl. 29, sob pena de inscrição em dívida ativa, o que deverá ser feito diante do contracheque de fl.38. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 03 de setembro de 2003. Elvo Pigari Júnior - Juiz de Direito Substituto. Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira, Alexander Ladislau Menezes, Margarida Beatriz Oruê Arza.

00100 - 001003064228-3

Requerente: F.V.O. e outros; Requerido: R.N.O. => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) .. DESPACHO: A decisão que fixou alimentos em sede liminar é provisória podendo sofrer modificação se os fatos evidenciarem mudança na situação econômica das partes. III. O valor inicial foi fixado levando em consideração as informações do autor, que até prova em contrário presumem-se idôneas, e de boa fé. IV. Entretanto, a fim de cumprir a bilateralidade processual e o princípio do contraditório, hei por bem reservar-me a apreciação do pedido do réu após a manifestação do autor e do MP. V. Intime-se. Após, conclusos. Boa Vista/RR, 05 de Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

**ALVARÁ JUDICIAL**

00101 - 001001000748-1

Requerente: Samuel dos Anjos Santos => Custas finais aguarda pagamento. INTIMAÇÃO: Intimação das partes para o pagamento das custas finais. Boa Vista/RR, 08 de setembro de 2003. Adv - Josenildo Ferreira Barbosa.

00102 - 001003064198-8

Requerente: Maria dos Anjos da Silva Dias => Custas finais aguarda pagamento. INTIMAÇÃO: Intimação das partes para o pagamento das custas finais. Boa Vista/RR, 08 de setembro de 2003. Adv - Dircinha Carreira Duarte.

**ARROLAMENTO/INVENTÁRIO**

00103 - 001002027706-6

Inventariante: Maria Esmeralda Rodrigues; Inventariado: Luiz Rodrigues Barros => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) .. DESPACHO: Diga a peticionante de fl. 266, requerendo o arquivamento, se for caso. Intime-se. Boa Vista/RR, 03 de setembro de 2003. Elvo Pigari Júnior - Juiz de Direito Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro.

**CAUTELAR INOMINADA**

00104 - 001002027390-9

Requerente: A.M.S.S.; Requerido: J.F.S. => Custas finais aguarda pagamento. INTIMAÇÃO: Intimação das partes para o pagamento das custas finais. Boa Vista/RR, 08 de setembro de 2003. Adv - Elcení Diogo da Silva, Angela Di Manso.

00105 - 001003066775-1

Requerente: Natalia de Freitas Costa; Requerido: Bradesco Vida e Previdência => Expeça-se mandado. FINAL DE DECISÃO: Dessa forma, respeitando o duto parecer ministerial, mas dele divergindo, fica indeferido o pedido, devendo a requerente emendar a inicial nos termos do artigo 284, em 10 dias, sob pena de indeferimento, conforme parágrafo único do mesmo artigo. Intime-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 25 de agosto de 2003. Elvo Pigari Júnior - Juiz de Direito Adv - Margarida Beatriz Oruê Arza.

**CURATELA/INTERDIÇÃO**

00106 - 001002021151-1

Requerente: H.R.M. e outros; Interditado: I.M.M.B. => Custas finais aguarda pagamento. INTIMAÇÃO: Intimação das partes para o pagamento das custas finais. Boa Vista/RR, 08 de setembro de 2003. Adv - Adriane Libich Gigante.

**DIVÓRCIO POR CONVERSÃO**

00107 - 001003057189-6

Requerente: A.M.F.R. e outros => Custas finais aguarda pagamento. INTIMAÇÃO: Intimação das partes para o pagamento das custas finais. Boa Vista/RR, 08 de setembro de 2003. Adv - Elias Bezerra da Silva, Elias Bezerra da Silva.

**EMBARGOS DE TERCEIROS**

00108 - 001002027704-1

Embargante: R.G.N.; Embargado: B.B. => Expeça-se mandado. DESPACHO: Intime-se pessoalmente a embargante para manifestação, sobre despacho de fl. 90. Após, conclusos. Boa Vista/RR, 03 de setembro de 2003. Elvo Pigari Júnior - Juiz de Direito Adv - José Arivaldo de Azevedo.

**GUARDA DE MENOR**

00109 - 001002027358-6

**Diário do Poder Judiciário      Ano VII – EDIÇÃO 2722      Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

Requerente: A.F.S.; Requerido: C.L.F.S. e outros => Aguarde-se realização da audiência prevista para 23/10/2003. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: A audiência de Instrução e Julgamento, foi designada para o dia 23/10/2003, às 09:45 horas, neste juízo. Boa Vista/RR, 20 de agosto de 2003. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz, Vicenzo Di Manso.

00110 - 001003059648-9

Requerente: A.M.M.; Requerido: F.J.S. => Expeça-se mandado. FINAL DE DECISÃO: Posto isso, INDEFIRO a liminar pleitada. Contudo, ressalvo o direito de visita prevista na legislação civil a mãe, e para tanto defiro o exercício deste direito na seguinte forma: poderá a mãe visitar a menor em finais de semana alternados, das 8h de sábado às 18h de domingo. Cite-se. P.I. Boa Vista/RR, 21 de agosto de 2003. Arnon José Coelho Júnior - Juiz de Direito Substituto. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz.

**INVENTÁRIO NEGATIVO**

00111 - 001002027632-4

Inventariante: Irlene Maria Matão Bonfim => Custas finais aguarda pagamento. INTIMAÇÃO: Intimação das partes para o pagamento das custas finais. Boa Vista/RR, 08 de setembro de 2003. Adv - Denise Silva Gomes.

00112 - 001002027634-0

Inventariante: J.R.B. => Custas finais aguarda pagamento. INTIMAÇÃO: Intimação das partes para o pagamento das custas finais. Boa Vista/RR, 08 de setembro de 2003. Adv - Nílter da Silva Pinho.

00113 - 001002054302-0

Inventariante: Antonia Sousa Andrade => Expeça-se mandado. DESPACHO: Cumpra-se o despacho de fl. 384. Intime-se pessoalmente. Boa Vista/RR, 01 de setembro de 2003. Délcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Sívirino Pauli.

**INVESTIGAÇÃO PATERNIDADE**

00114 - 001002055181-7

Requerente: M.H.R.S.; Requerido: A.M.R. e outros => Expeça-se mandado. DESPACHO: Providencie o Cartório a citação do réu S.A.A. Intimação necessária. Boa Vista/RR, 03 de setembro de 2003. Elvo Pigari Júnior - Juiz de Direito Substituto. Adv - José João Pereira dos Santos.

**INVEST. PATERN / ALIMENTOS**

00115 - 001001000842-2

Requerente: D.X.V.S.; Requerido: Z.V. => Aguarde-se realização da audiência prevista para 23/10/2003. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: A audiência de Instrução e Julgamento, foi designada para o dia 23/10/2003, às 09:15 horas, neste juízo. Boa Vista/RR, 20 de agosto de 2003. Adv - Marta da Rocha C. Garcia, Terezinha Muniz de Souza Cruz.

00116 - 001002029176-0

Requerente: T.M.S.B.; Requerido: D.M.C. => Aguarde-se realização da audiência prevista para 24/10/2003. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: A audiência de Instrução e Julgamento, foi designada para o dia 24/10/2003, às 09:00 horas, neste juízo. Boa Vista/RR, 20 de agosto de 2003. Adv - Grece Maria da Silva Matos.

00117 - 001002036170-4

Requerente: C.L.E.; Requerido: S.S. => Aguarde-se realização da audiência prevista para 22/10/2003. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: A audiência de Instrução e Julgamento, foi designada para o dia 22/10/2003, às 09:00 horas, neste juízo. Boa Vista/RR, 20 de agosto de 2003. Adv - Grece Maria da Silva Matos, Stélio Dener de Souza Cruz, José Carlos Barbosa Cavalcante.

**ORDINÁRIA**

00118 - 001002054306-1

Requerente: Espólio Francisco Paulo de Andrade; Requerido: Faustino Basília Pena Marcião => Expeça-se mandado. DESPACHO: Cumpra-se o despacho de fls. 31 observando o autor o artigo 12, V do CPC. Boa Vista/RR, 01 de setembro de 2003. Délcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Sívirino Pauli.

**REVISIONAL DE ALIMENTOS**

00119 - 001001008027-2

Requerente: V.D.S.M.; Requerido: A.D.S. => Aguarde-se realização da audiência prevista para 23/10/2003. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: A audiência de Instrução e Julgamento, foi designada para o dia 23/10/2003, às 09:00 horas, neste juízo. Boa Vista/RR, 20 de agosto de 2003. Adv - Samuel Weber Braz, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Maria Eliane Marques de Oliveira.

**SEPARAÇÃO CONSENSUAL**

00120 - 001003059058-1

Requerente: W.L.F. e outros => Custas finais aguarda pagamento. INTIMAÇÃO: Intimação das partes para o pagamento das custas finais. Boa Vista/RR, 08 de setembro de 2003. Adv - Jaildo Peixoto da Silva.

**SEPARAÇÃO DE CORPOS**

00121 - 001003059744-6

Requerente: L.S.O.M.; Requerido: A.A.L.M. => Aguarde-se realização da audiência prevista para 14/10/2003. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: A audiência de Instrução e Julgamento, foi designada para o dia 14/10/2003, às 09:45 horas, neste juízo. Boa Vista/RR, 20 de agosto de 2003. Adv - Daniel José Santos dos Anjos.

**SEPARAÇÃO LITIGIOSA**

00122 - 001002027392-5

Requerente: A.M.S.S.; Requerido: J.F.S. => Custas finais aguarda pagamento. INTIMAÇÃO: Intimação das partes para o pagamento das custas finais. Boa Vista/RR, 08 de setembro de 2003. Adv - Elceni Diogo da Silva, Angela Di Manso.

**8ª VARA CÍVEL**

**Expediente de 08/09/2003**

**JUIZ(A) TITULAR:**

**Cesar Henrique Alves**

**PROMOTOR(A) :**

**Luiz Antonio Araújo de Souza**

**ESCRIVÃO(A) :**

**Eliana Palermo Guerra**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

00160 - 001003067792-5

Requerente: O Ministério Público do Estado de Roraima; Requerido: O Município de Amajari => Expeça-se citação. Analisarei o pedido de Tutela antecipada, após a contestação do Município. Cite-se o para tanto. Boa Vista 06 de agosto de 2003. César Henrique Alves. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**EMBARGOS DEVEDOR**

00161 - 001002037259-4

Embargante: O Estado de Roraima; Embargado: O Ministério Público do Estado de Roraima => Expeça-se ofício p/ promotores. 1- Oficie-se os Promotores relacionados às fls. 73, à exceção do Dr. Aliz Liberato, já ouvida por Carta Precatório a fim de que designe dia e hora para serem ouvidos, se possível neste juízo, a respeito dos fatos constantes nos autos. 2- Isto feito, designe-se audiência de Instrução e Julgamento, intimando-se as demais testemunhas arroladas às fls. 73 e 77. Boa Vista 25 de agosto de 2003. César Henrique Alves. Adv - Cleusa Lúcia de Souza Lima.

00162 - 001003061098-3

Embargante: Unimed Boa Vista Cooperativa de Trabalho Médico; Embargado: O Município de Boa Vista => Aguarda providência manifestação perito. RH. 01 - Defiro as provas apresentadas pela parte autora e pela parte requerida. 02- Intime-se o Sr. Josenaldo Bezerra de oliveira - Contador - para atuar no feito e apresentar proposta de honorários. Boa Vista, 22 de agosto de 2003. César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Rommel Luiz Paracat Lucena, Severino do Ramo Benício.

**EXECUÇÃO FISCAL**

00163 - 001001009219-4

Exeqüente: O Município de Boa Vista; Executado: Renato Matos da Silva => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 269 do CPC. Isto Posto, e tudo o que mais consta dos autos, julgo extinta a execução fiscal pela satisfação da dívida, sem estabelecer condenação em custas judiciais e honorários advocatícios, em face do art. 26 da Lei nº 6830/80. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista, 21 de agosto de 2003 - César Henrique Alves. Adv - Severino do Ramo Benício.

00164 - 001001009470-3

Exeqüente: O Estado de Roraima; Executado: Alarmatel Comércio e Serviço Ltda e outros => SENTENÇA: Processo extinto. Baixe-se e arquite-se. Isto Posto, e tudo o que mais consta dos autos, julgo extinta a execução fiscal pela liquidação da dívida, condenando porém o executado a pagar as custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento). P.R.I.C. Boa Vista, 14 de agosto de 2003 - César Henrique Alves. Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque.

00165 - 001001009562-7

Exeqüente: O Estado de Roraima; Executado: Rodoviária do Norte Ltda e outros => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 269 do CPC. Isto Posto, e tudo o que mais consta dos autos, julgo extinta a execução fiscal pela satisfação da dívida, sem estabelecer condenação em custas judiciais e honorários advocatícios, em face do art. 26 da Lei nº 6830/80. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C. Boa Vista, 18 de agosto de 2003 - César Henrique Alves. Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque.

00166 - 001001009749-0

Exeqüente: O Estado de Roraima; Executado: Drml de Souza e outros => SENTENÇA: Processo extinto. Baixe-se e arquite-se. Isto Posto, e tudo o que mais consta dos autos, julgo extinta a execução fiscal pela liquidação da dívida, condenando porém o executado a pagar as custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento). P.R.I.C. Boa Vista, 14 de agosto de 2003 - César Henrique Alves. Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque, Geralda Cardoso de Assunção .

00167 - 001001015051-3

Exeqüente: O Estado de Roraima; Executado: J Rodrigues Sobrinho => SENTENÇA: Processo extinto. Baixe-se e archive-se. Isto Posto, e tudo o que mais consta dos autos, julgo extinta a execução fiscal pela liquidação da dívida, condenando porém o executado a pagar as custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento). P.R.I.C. Boa Vista, 14 de agosto de 2003 - César Henrique Alves.  
Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque.

00168 - 001001015621-3

Exeqüente: O Estado de Roraima; Executado: Retífica Mirage Ltda => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 269 do CPC. Isto Posto, e tudo o que mais consta dos autos, julgo extinta a execução fiscal pela satisfação da dívida, condenando o executado a pagar as custas honorários que fixo em 10%. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista, 22 de agosto de 2003 - César Henrique Alves.  
Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque.

00169 - 001001019067-5

Exeqüente: O Estado de Roraima; Executado: S dos Santos Medeiros e outros => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 269 do CPC. Isto Posto, e tudo o que mais consta dos autos, julgo extinta a execução fiscal pela liquidação da dívida, condenando porém o executado a pagar as custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento). P.R.I.C. Boa Vista, 14 de agosto de 2003 - César Henrique Alves.  
Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque.

00170 - 001001019069-1

Exeqüente: O Estado de Roraima; Executado: Fm Tabosa e outros => SENTENÇA: Processo extinto. Baixe-se e archive-se. Isto Posto, e tudo o que mais consta dos autos, julgo extinta a presente execução fiscal por ter ocorrido o fenômeno da litispendência, sem pagamento de custas e honorários advocatícios. Desapensem-se os autos nº 15706-2 e após, venham conclusos. Arquivem-se os autos nº 19069-1. Boa Vista, 19 de agosto de 2003 - César Henrique Alves. Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque.

00171 - 001002037536-5

Exeqüente: O Município de Boa Vista; Executado: Francisca Ferreira da Silva => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 269 do CPC. Isto Posto, e tudo o que mais consta dos autos, julgo extinta a execução fiscal pela satisfação da dívida, sem estabelecer condenação em custas judiciais e honorários advocatícios, em face do art. 26 da Lei nº 6830/80. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista, 21 de agosto de 2003 - César Henrique Alves.  
Adv - Severino do Ramo Benício.

00172 - 001002046127-2

Exeqüente: O Município de Boa Vista; Executado: Aam dos Santos e outros => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 269 do CPC. Isto Posto, e tudo o que mais consta dos autos, julgo extinta a execução fiscal pela satisfação da dívida, sem estabelecer condenação em custas judiciais e honorários advocatícios, em face do art. 26 da Lei nº 6830/80. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista, 21 de agosto de 2003 - César Henrique Alves. Adv - Severino do Ramo Benício.

00173 - 001002046155-3

Exeqüente: O Município de Boa Vista; Executado: Rorserc Roraima Serviços e Comércio Ltda e outros => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 269 do CPC. Isto Posto, e tudo o que mais consta dos autos, julgo extinta a execução fiscal pela satisfação da dívida, sem estabelecer condenação em custas judiciais e honorários advocatícios, em face do art. 26 da Lei nº 6830/80. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista, 21 de agosto de 2003 - César Henrique Alves.  
Adv - Severino do Ramo Benício.

00174 - 001002054337-6

Exeqüente: O Município de Boa Vista; Executado: R Neivar Sousa e outros => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 269 do CPC. Isto Posto, e tudo o que mais consta dos autos, julgo extinta a execução fiscal pela satisfação da dívida, sem estabelecer condenação em custas judiciais e honorários advocatícios, em face do art. 26 da Lei nº 6830/80. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C. Boa Vista, 18 de agosto de 2003 - César Henrique Alves.  
Adv - Severino do Ramo Benício.

#### **IMPUGNAÇÃO VALOR DA CAUSA**

00175 - 001001009434-9

Impugnante: O Estado de Roraima; Impugnado: Conrad Hall => Diante do exposto, hei por bem em julgar improcedente a presente impugnação ao valor da causa, mantendo-se o valor atribuído à Ação Ordinária pelo autor. Sem custas. Honorários, que fixo em R\$ 500,00 (Quinhentos reais), pelo impugnante. Transitado em julgado, sem apresentação de recurso voluntário, arquivem-se os autos. Sentença não sujeita a reexame necessário, ateor do contido no parágrafo 2º do Artigo 475 do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei 10352/01. P.R.I. Boa Vista, 15 de agosto de 2003 - César Henrique Alves. Adv - Anastase Vaptistis Papoortzis, Paulo Sérgio Brígila, Margarida Beatriz Oruê Arza.

#### **INDENIZAÇÃO**

00176 - 001001015008-3

Autor: Glauco André de Oliveira Bezerra; Réu: O Estado de Roraima => Diante de todo o exposto, julgo parcialmente procedente os pedidos do autor e condeno o Estado de Roraima a pagar à parte autora o equivalente a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) à título de dano moral, declarando a nulidade da Portaria/Sefaz/Gab. nº 248/01, que afastou o autor de suas funções e da Sindicância nº 0375/01-50, com efeito "ex tunc" na qual condenou a autor à pena de suspensão, excluindo-se ainda, da ficha funcional do autor, as penas de repreensão e suspensão aplicadas. Com relação aos honorários advocatícios, fixo em 10% (dez por cento) que deverão incidir sobre o valor total da indenização. P.R.I.C. Após o prazo recursal, com ou sem ele, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com nossas homenagens, para reexame necessário. Boa Vista, 27 de agosto de 2003 - César Henrique Alves. Adv - Anastase Vaptistis Papoortzis, Stélio Dener de Souza Cruz.

**MANDADO DE SEGURANÇA**

00177 - 001003058546-6

Impetrante: Ariangelo de Aquino Teixeira; Autor. Coatora: Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima => Diante de todo o exposto, face a presença dos requisitos que a autorizam, concedo a segurança, confirmando a liminar requerida nos limites do pedido, consoante já explicitado acima, devendo a autoridade coatora permitir o acesso aos quadros da Polícia Militar de Roraima, garantindo-lhe a inscrição e participação no curso no qual foi aprovado. Transitado em julgado, sem manifestação, encaminhe-se ao Egrégio Tribunal de Justiça, com nossas homenagens, para reexame necessário. Sem honorários. Custas pelo impetrado. Notifique-se o impetrado nominalmente identificado na exordial para que cumpra esta decisão. Boa Vista, 19 de agosto de 2003 - César Henrique Alves. Adv - Antônio Agamenon de Almeida, Pedro Xavier Coelho Sobrinho.

**ORDINÁRIA**

00178 - 001001009411-7

Requerente: José Ínima Peres; Requerido: O Estado de Roraima => Autos remetidos ao Tribunal de Justiça. Encaminhe-se ao Egrégio Tribunal de Justiça, como já determinava o despacho de fls. 177. Boa Vista, 07 de Agosto de 2003 - César Henrique Alves Adv - Marcos Antonio Jóffily, Maria José N de Araújo, Cleusa Lúcia de Souza Lima.

00179 - 001001015798-9

Requerente: G Móveis Ind Madeireira de Roraima Ltda; Requerido: O Município de Boa Vista => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 267 do CPC. Tendo em vista a inércia da parte autora em promover os atos de sua competência, extingo a presente ação sem julgamento do mérito, com base no art. 267, § 1º do Código de Processo Civil. Determino ao Cartório que, com as formalidades legais, arquivem-se os autos. Custas pelo requerente. P.R.I.C. Boa Vista, 20 de agosto de 2003 - César Henrique Alves. Adv - Wagner José Saraiva da Silva.

**REQUERIMENTO JUDICIAL**

00180 - 001003066760-3

Réu: Havana Comercio e Representação Ltda => ações financeiras em moeda estrangeiras e cautelas de metais e pedras preciosas, bem como para que noticie este juízo acerca da existência de movimentação financeira nos idos de 1998 a 2002, para apreciação e ulteriores providências, tudo isso a ser fornecido no prazo de 15 (quinze dias) úteis a este juízo, sob pena de incursão em crime de desobediência e no capitulado no art. 10 da Lei Federal n. 7347/85; Determino também que seja REQUISITADAS as cópias de todos os cheques emitidos nas contas encontradas e a identificação dos seus destinatários (com vistas a saber o destino de eventuais desvios das verbas públicas), assim como quaisquer outras autorizações de saques, ambos com valores superiores a R\$ 1.000,00, tudo no período 1998 até o fim do ano de 2002, a serem enviadas pelo Banco no prazo de 20 (vinte) dias úteis, sob pena de incursão em crime de desobediência e no capitulado no art. 10 da Lei Federal nº 7.347/85. Tendo em vista o decreto da quebra do sigilo fiscal, determino por consequência, que seja requisitada à Delegacia da Receita Federal (Estados do Amazonas e Roraima), as declarações de bens e rendimentos dos últimos cinco anos (1998/2002) da pessoa jurídica HAVANA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, constando da requisição os dados identificadores da requerida e de seus sócios, que se encontram no preâmbulo desta petição inicial, principalmente C.P.F. e C.N.P.J., bem assim a situação cadastral atual da referida empresa. Determino ainda, aos Cartórios de Notas e de Títulos e Documentos desta capital e da cidade de Manaus, para que procedam busca e informem a existência de procurações ou instrumentos de mandato outorgados pela requerida ou seus sócios. Tudo em busca da transparência, da probidade e da lisura com a coisa pública. Cumpra-se. Intime-se. Expeça-se o necessário. Após, com as respostas, conclusos para apreciação de eventuais requerimentos, despachos de impulsos ou extinção do procedimento, se for caso. Boa Vista, 04 de agosto de 2003. Arnon José Coelho Júnior Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**1ª VARA CRIMINAL**

**Expediente de 08/09/2003**

**JUIZ(A) TITULAR:**

**Leonardo Pache de Faria Cupello**

**PROMOTOR(A) :**

**Carlos Paixão de Oliveira**

**Cláudia Parente Cavalcanti**

**João Xavier Paixão**

**ESCRIVÃO(A) :**

**Glaysen Alves da Silva**

**ESCREVENTE PAUTA :**

**Cezar da Silva Carneiro Júnior**

**Márcia Andréa de Souza Santos**

**CRIME C/ PESSOA - JÚRI**

00270 - 001001010017-9

Réu: Rosenildo Simão => Final de Sentença: Decido. Inicialmente, vejo necessário decretar extinta a punibilidade do inculpaado, pela prescrição, em razão da acusação do crime cometido contra sua genitora. É que de acordo com os laudos de fls.35 e 69 as lesões sofridas por Cleonice Simão foram leves e, uma vez recebida a denúncia em 22/07/97, mais de seis anos já se passaram até o presente momento, expirando-se o prazo prescricional contido no art.109,V, da lei material penal. Assim, forte no dispositivo citado, somado ao art. 107,IV, ainda do CPB, declaro extinta a punibilidade de ROSENILDO SIMÃO quanto às lesões corporais leves em tese provocadas na sua



genitora. No que tange ao homicídio, na modalidade tentada, vejo que o órgão ministerial tem razão no pedido formulado na fase do art.406 do CPPB, porquanto, segundo as declarações prestadas por Luiz Ambrósio e Cleonice Simão, fls.116v. e 117, respectivamente, bem como pelo inculpação quando interrogado em juízo, não foi demonstrada nos autos a formação de crime doloso contra a vida, mas sim, e essa capitulação, advirta-se, não significa julgamento antecipado, o delito de lesão corporal de natureza grave, conforme laudo de fl.68. De acordo com provas apuradas nos autos sob o crivo do contraditório em momento algum percebe-se a real intenção do acusado de matar seu próprio pai. Nesta senda, estando este juízo incompetente para julgar o presente feito, declino da competência, ex vi do art. 410 do CPP, e determino a remessa dos presentes autos para a Distribuição que, por sua vez, os encaminhará para uma das Varas Criminais de competência genérica. Baixas, anotações e expedientes regulares. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Boa Vista, 08 de setembro de 2003. Breno Jorge Portela Silva Coutinho. Juiz Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00271 - 001001015100-8

Réu: Francisco de Lima => Intimação ordenado(a). Intime-se o ilustre advogado para que apresente alegações preliminares. Adv - Euflávio Dionísio Lima.

00272 - 001003067008-6

Réu: Ronisson Alves Carreiro => Aguarde-se realização da audiência prevista para 16/09/2003. às 08:30 Adv - Luiz Augusto Moreira.

**2A VARA CRIMINAL**

**Expediente de 08/09/2003**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Alcir Gursen de Miranda**  
**PROMOTOR(A) :**  
**Isaias Montanari Júnior**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Djagir Raimundo de Sousa**

**CRIME DE TÓXICOS**

00273 - 001001011442-8

Réu: Raimundo Rodrigues Veloso => (...) O réu RAIMUNDO RODRIGUES VELOSO, portanto, fica condenado a pena de 06 (seis) meses de detenção e ao pagamento de 20 dias multa, a razão de 1/30 do salário mínimo cada dia. À teor da Lei dos Juizados Especiais Federais, c/c, a Lei dos Juizados Especiais, não se imporá prisão em flagrante e nem haverá pena restritiva de liberdade ao usuário de droga. A nova sistemática processual, no âmbito penal, criada com a Lei 10.259, de 12 de junho de 2001 (Lei dos Juizados Federais), por força do parágrafo único, do artigo 2º, remete o ilícito penal tipificado pelo artigo 16, da Lei 6.368/76, ao procedimento da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais). (...) Desta forma, com fundamento no artigo 44, e seguintes, do Código Penal Brasileiro, substituo a pena imposta e, condeno o réu RAIMUNDO RODRIGUES VELOSO, a: Prestar serviços a uma Instituição indicada pela CEAPA por um período de 60h; Apresentar-se ao Centro Estadual de Apoio e Acompanhamento das Penas e Medidas Alt Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00274 - 001001011522-7

Réu: Manoel de Almeida Gomes => Intimação ordenado(a). audiência de instrução e julgamento designada para o dia 20/10/2003, às 11h00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00275 - 001001011722-3

Réu: Samuel Silva de Lima e outros => Aguarda apresentação de . Alegações finais Adv - Osmar Pereira de Matos.

00276 - 001002047213-9

Réu: Adelson Moraes de Alencar => Co mo requer o MP, ás fls. 270, Oficie-se. BV(RR), em 26.08.2003 Adv - Euflávio Dionísio Lima.

00277 - 001003063137-7

Réu: Maria Cristina da Silva => Encaminhe-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, com as nossa homenagens. Ciente o Ministério Público. Intime-se. Comarca de Boa Vista (RR), em 05 de setembro de 2003. Gursen De Miranda Juiz de Direito Titular da 2.A Vara Criminal. Adv - Euflávio Dionísio Lima.

00278 - 001003065970-9

Indiciado: A. => DECISÃO: Desta forma, face ao exposto, acato a douta cota Ministerial, e com fundamento no artigo 24, do Código de Processo Penal, determino o imediato arquivamento do Inquérito Policial nº 0010 03 066918-7. Providências de Praxe. Baixas Necessárias. Ciente o Ministério Público. P.R.I e C. Comarca de Boa Vista(RR), em 03 de setembro de 2003. Gursen De Miranda - Juiz de Direito, Titular da 2A Vara Criminal Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00279 - 001003066918-7

Indiciado: A.A. => DECISÃO: Desta forma, face ao exposto, acato a douta cota Ministerial, e com fundamento no artigo 24, do Código de Processo Penal, determino o imediato arquivamento do Inquérito Policial nº 0010 03 066918-7. Providências de Praxe. Baixas Necessárias. Ciente o Ministério Público. P.R.I e C. Comarca de Boa Vista(RR), em 03 de setembro de 2003. Gursen De Miranda - Juiz de Direito, Titular da 2A Vara Criminal Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00280 - 001003067917-8

Indiciado: A.E.F.S. e outros => Autos remetidos à delegacia. PARA DILIGÊNCIAS \*\*AVERBADO\*\* Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**HABEAS CORPUS**

00281 - 001003065524-4

Paciente: Gilberto Martins Pereira => SENTENÇA: (...) Impetrado o presente remédio heróico, ficou caracterizada a ilegal prisão. Com efeito, após determinada a soltura do Paciente, não há nos autos motivo aparente para a reforma do decisum. Isto, posto, no mérito, mantenho a decisão. Após o lapso temporal, sem eventual recurso, archive-se. Sem custas (CPP: art. 653). Ciente o Ministério Público. P.R.I.C Comarca de Boa Vista (RR), em 03 de setembro de 2003 - Gursen De Miranda - Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal Adv - Elias Bezerra da Silva.

00282 - 001003068932-6

Paciente: Jean Cristian Guimaraes Souza => Resguardando o Juízo, entendo haver necessidade de se ouvir a autoridade apontada coatora. Requistem-se informações ao Delegado da Delegacia Geral de Crime Contra o Patrimônio, apontado como autoridade coatora. Prazo de 48 horas. Encaminhe-se cópia da inicial e do presente despacho. Junte o Cartório certidão de antecedentes criminal do Paciente. Publique-se. Comarca de Boa Vista (RR), em 05 de setembro de 2003. Gursen De Miranda Juiz de Direito Titular da 2.A Vara Criminal Adv - Elias Bezerra da Silva.

00283 - 001003069091-0

Paciente: Crisanto Nelys da Silva Sampaio => Resguardando o Juízo, entendo necessidade de se ouvir a autoridade apontada coatora. Requistem-se informações ao Delegado da Delegacia de Entorpecentes desta capital, apontado como autoridade coatora. Prazo legal de 48 horas. Encaminhem-se cópia da inicial e do presente despacho. Junte o Cartório certidão de antecedentes criminal do paciente. Publique-se. Comarca de Boa Vista (RR), em 05 de setembro de 2003. Gursen De Miranda Juiz de Direito Titular da 2.A Vara Criminal Adv - Agrinaldo Clarindo Carvalho.

00284 - 001003069093-6

Paciente: Jean Carlos Barreto Lima => Resguardando o Juízo, entendo necessidade de se ouvir a autoridade apontada coatora. Requistem-se informações ao Delegado da Delegacia Geral de Crime Contra o Patrimônio, apontado como autoridade coatora. Prazo legal de 48 horas. Encaminhem-se cópia da inicial e do presente despacho. Junte o Cartório certidão de antecedentes criminal do paciente. Publique-se. Comarca de Boa Vista (RR), em 05 de setembro de 2003. Gursen De Miranda Juiz de Direito Titular da 2.A Vara Criminal Adv - Agenor Veloso Borges.

**LIBERDADE PROVISÓRIA**

00285 - 001003067069-8

Requerente: Osmário Carlos do Nascimento => DESPACHO: COMO REQUER O MP, FLS. 27V - BV/RR, em 08SET2003 Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**RESTITUIÇÃO COISA APREEND**

00286 - 001001011049-1

Autor: José Bezerra Sobrinho => Arquivamento ordenado(a). Adv - Ednaldo Gomes Vidal.

**3A VARA CRIMINAL**

**Expediente de 08/09/2003**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Euclides Calil Filho**  
**PROMOTOR(A) :**  
**Ricardo Fontanella**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Nazaré Daniel Duarte**

**PRECATÓRIA CRIME**

00287 - 001002032784-6

Réu: Luiz Eduardo Figueiredo Filho e outros => Audiência de INTERROGATÓRIO designada para o dia 28/04/2004 às 10:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**4A VARA CRIMINAL**

**Expediente de 08/09/2003**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Jésus Rodrigues do Nascimento**  
**PROMOTOR(A) :**  
**Carla Cristiane Pipa**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Francivaldo Galvão Soares**

**CRIME C/ COSTUMES**

00288 - 001002022070-2

Réu: Osmar Ramos de Souza => Aguarde-se realização da audiência prevista para 17/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00289 - 001002022337-5

Réu: Antônio Conceição => Intime-se a defesa para Audiência de Testemunha de acusação designada para o dia 18/09/2003 às 17h. Adv - Clodoci Ferreira do Amaral, Hindenburgo Alves de O. Filho.

00290 - 001002023121-2

Réu: Olavo Pereira da Silva => Aguarde-se realização da audiência prevista para 24/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME C/ PATRIMÔNIO**

00291 - 001002022028-0

Réu: Wesley Rodrigo de Sousa e outros => Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida na denúncia para condenar MARCOS PAULO DA SILVA e WESLEY RODRIGO DE SOUZA como incurso nas sanções do artigo 157, §2º, I e II, do Código Penal. Ocorrem as causas de aumento da pena relativas ao emprego de arma e ao concurso de pessoas, pelo que a elevo em dois quintos para tornar definitiva a condenação do réu MARCOS PAULO DA SILVA em 8(oito)anos, 4(quatro)meses e 24(vinte e quatro) dias de reclusão e 168(cento e sessenta e oito)dias-multa. Nos termos do artigo 33, §2º, “a”, do Código Penal, determino seja iniciado o cumprimento da pena em regime fechado. Incabível a suspensão da pena e também sua suspensão condicional. Por último, passo a dosar a pena a ser aplicada ao réu WESLEY RODRIGO DE SOUZA em estrita observância do que dispõem os artigos 59 e 68, do Código Penal. Ocorrem as causas de aumento da pena relativas ao emprego de arma e ao concurso de pessoas, pelo que a elevo em dois quintos para tornar definitiva a condenação do réu WESLEY RODRIGO DE SOUZA 8(oito) anos, 4(quatro) meses e 24(vinte e quatro) dias de reclusão e 168(cento e sessenta e oito) dias-multa. Nos termos do artigo 33, § 2º “a” do Código Penal, determino seja iniciado o cumprimento da pena em regime fechado. Incabível a substituição da pena e também sua suspensão condicional. Custas pelos réus. Após o trânsito em julgado, lancem-se os nomes dos réus no rol dos culpados, façam-se as anotações e comunicações pertinentes, expeça-se carta de sentença à Vara de Execuções Penais e arquivem-se. P.R.I Boa Vista, RR, 29 de agosto de 2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00292 - 001002022289-8

Réu: Ulisses José Ribamar Correa Dantas => Intime-se a defesa para audiência designada para o dia 15/09/2003 às 9h. Adv - Roberto Guedes Amorim.

00293 - 001002022541-2

Réu: Fábio Adriano da Silva => Aguarde-se realização da audiência prevista para 17/09/2003. Adv - Walquíria Tertulino.

00294 - 001002023153-5

Réu: Mauro Sarmento da Silva e outros => Aguarde-se realização da audiência prevista para 17/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00295 - 001002023992-6

Réu: Márcio Parente Fagundes => Audiência de testemunha de defesa designada para 11/09/03 às 15:00hs. Adv - Carlos Alberto Meira.

**CRIME C/ PESSOA**

00296 - 001001013221-4

Réu: Maria Edoína Gomes Guedes => Aguarde-se realização da audiência prevista para 17/09/2003. Adv - Arquimedes Eloy de Lima, Ednaldo Gomes Vidal.

00297 - 001002022274-0

Réu: Martinho Bernardes Silva => Aguarde-se realização da audiência prevista para 17/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME DE TRÂNSITO - CTB**

00298 - 001002048025-6

Indiciado: E.J.C.A. => Audiência PRELIMINAR DESIGNADA para o dia 05/11/2003 às 17:00 horas Lei 9.099/95. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME PORTE ILEGAL ARMA**

00299 - 001002022177-5

Réu: Digival de Jesus Souza => Aguarde-se realização da audiência prevista para 17/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**5ª VARA CRIMINAL**

**Expediente de 08/09/2003**

**JUIZ(A) TITULAR:**

**Antônio Augusto Martins Neto**

**PROMOTOR(A) :**

**Janaína Carneiro Costa Menezes  
ESCRIVÃO(Á) :  
Álvaro de Oliveira Júnior**

**CRIME C/ PATRIMÔNIO**

00300 - 001003068611-6

Réu: Eduardo Bento Moraes => Expeça-se publicação decisão. FINAL DE DECISÃO O: ... Isto posto, nos termos do art. 5º, LXV, da CF/88, RELAXO A PRISÃO de EDUARDO BENTO MORAIS, expeça-se incontinenti o Alvará de Soltura. Retire-se o nome do indiciado LEANDRO THOMAZ, no registro e na capa dos autos, devido o mesmo ser menor de idade. P.R. Intimem-se. Boa Vista/RR, 05 de setembro de 2003. Antônio Augusto Martins Neto/Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME C/ PESSOA**

00301 - 001002036047-4

Indiciado: J.S.S. => DECISÃO: Pedido Deferido. Alvará de Carteira de Motorista Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**LIBERDADE PROVISÓRIA**

00302 - 001003068765-0

Requerente: Idinaldo Cardoso da Silva => Expeça-se publicação decisão. FINAL DE DECISÃO:“(…)Isto posto, com supedâneo no art. 310, parágrafo único do CPP, concedo LIBERDADE PROVISÓRIA ao indiciado IDNALDO CARDOSO DA SILVA. Expeça-se de imediato ALVARÁ DE SOLTURA e alerte-se ao indiciado sobre as hipóteses de revogação do benefício, colhendo -se sua assinatura em termo de compromisso. Publique-se, registre-se e intimem-se, inclusive o Ministério Público“. Boa Vista, 1º de setembro de 2003. Dr. Antônio Augusto Martins Neto - Juiz de Direito. Adv - Alexsander Rodrigues Wanderley.

**RELAXAMENTO DE PRISÃO**

00303 - 001003068874-0

Requerente: Santienison Fernandes de Souza e outros => DECISÃO: Pedido Deferido. FINAL DE DECISÃO:“(…)Isto posto, alicerçado nos artigos 311, 312 e 313, I, do CPP, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DE MÁRCIO PEREIRA GAMA, DANIEL TEODÓSIO TAVARES e JONATHAS MENDES DOS SANTOS. Expeçam-se os MANDADOS, encaminhando -se aos órgãos competentes, para cumprimento urgente, dando-se ciência a este Juízo. Registre -se e Intime -se o MP“.Boa Vista-RR, 08 de setembro de 2003. Dr. Antônio Augusto Martins Neto- Juiz de Direito. Adv - Luiz Augusto Moreira.

**JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

**Expediente de 08/09/2003**

**JUIZ(A) TITULAR:  
Graciete Sotto Mayor Ribeiro  
PROMOTOR(A) :  
Jeanne Christhine Fonseca Sampaio  
Luiz Carlos Leitão Lima  
Márcio Rosa da Silva  
ESCRIVÃO(Á) :  
Cláudia Luiza Pereira Nattrodt  
Walter Menezes**

**ADOÇÃO C/C GUARDA**

00310 - 001003061891-1

Requerente: E.D. e outros => Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 08/09/2003 às 10:00 horas. DESPACHO: Em razão de, por ora, não estar convocado que a solução indicada no parecer de fls. 16/18 nos autos do Procedimento de Conselho Tutelar em apenso, atenda melhor aos interesses da criança, designo audiência de Justificação prévia para oitiva dos requerentes e da requerida, nos termos da cota ministerial de fls. 28, para o dia 18.09.2003, às 10horas. Intimem-se. Boa Vista/RR, 08 de setembro de 2003. Dr. Parima Dias Veras, Juiz Substituto do Juizado da Infância e da Juventude. Adv - Dircinha Carreira Duarte.

**ADOÇÃO/DEST. PÁTRIO PODER**

00311 - 001003062131-1

Requerente: D.F.A. e outros; Requerido: A.R.S. => oferecendo como elementos de identificação os nomes desta e da mãe biológica; d- Ao Setor Interprofissional para estudo de caso. Publique -se. Registre-se. Intime-se, observando -se as cautelas do segredo de justiça.Boa Vista/RR, 08 de setembro de 2003. Dr. Parima Dias Veras, Juiz Substituto do Juizado da Infância e da Juventude. Adv - Ernesto Halt.

**ALVARÁ JUDICIAL**

00312 - 001003062173-3

Requerente: I.D.A. => Aguarda providência preparo. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CONSELHO TUTELAR**

00313 - 001003062174-1

Terceiro: J.B.T.N. => Aguarda providência preparo. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00314 - 001003062175-8

Terceiro: F.A. => Aguarda providência preparo. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### EXECUÇÃO DE MEDIDA

00315 - 001003062170-9

Infrator: A.C.S.S. => Aguarda providência preparo. Adv - Ernesto Halt.

#### RELATÓRIO ATO INFRACIONAL

00316 - 001003062098-2

Infrator: F.M.S.J. => e, caso reincida, poderá trazer sérios prejuízos para o seu futuro, pela dificuldade que terá para obter emprego e recuperar a confiança das pessoas com quem costuma ter contato e que o descumprimento da lei compromete a paz social, por estimular a delinquência e desmoralizar os órgãos estatais de prevenção e repressão, afora o comprometimento da sua própria imagem junto a comunidade onde vive, além de certamente ter trazido transtorno para os seus familiares. Deverá, diante disso, repensar aquela sua atitude a fim de que, no futuro, se abstenha de agir de modo contrário aos ditames legais e morais, de modo a se tornar um adulto respeitável, capaz de contribuir para o bem estar social. Oficie-se a SEMDES para encaminhar o adolescente para tratamento de dependência química. Após o trânsito em julgado lance-se o nome do adolescente no livro competente de remissão c/c medida sócio-educativa, dando-se as baixas legais. Anote-se. Custas pelo Estado. Publique-se. Registre-se. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00317 - 001003062106-3

Infrator: R.M.S. => . O adolescente fica cientificado que o descumprimento da medida ensejará em sancionatória de internação. Expeça-se a carta de execução para formação do respectivo processo. Após o trânsito em julgado lance-se o nome do adolescente no livro competente de remissão c/c medida sócio-educativa e archive-se dando-se as baixas legais. Anote-se. Custas pelo Estado. Expeça-se a guia de P.S.C. e L.A. à SEMDES. Oficie-se à Escola Profª Raimunda Nonato para que realize a matrícula do adolescente, independentemente da existência de vaga, sob pena de desobediência. Dou as partes por intimadas nesta audiência. Publique-se. Registre-se. O adolescente fica cientificado que deverá comparecer à SEMDES no dia 05/09/03. Designo ainda o dia 16/09/03 às 10:30h para audiência de fixação de critérios e compromisso de Orientador. Partes saem devidamente intimadas. Boa Vista, 04 de setembro de 2003. Dr. Parima Dias Veras - Juiz Substituto do Juizado da Infância e da Juventude. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00318 - 001003062113-9

Infrator: T.R.C. => SENTENÇA: Medida sócio educativa aplicada. SENTENÇA: Remissão c/c medida sócio educativa aplicada. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00319 - 001003062115-4

Infrator: H.R.S. => SENTENÇA: Remissão homologada. SENTENÇA: Remissão homologada. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00320 - 001003062117-0

Infrator: A.A.S. => SENTENÇA: Remissão homologada. SENTENÇA: Remissão homologada. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00321 - 001003062118-8

Infrator: A.C.O.V. => SENTENÇA: Medida sócio educativa aplicada. Isto Posto, homologo por sentença a remissão ajustada pelo Ministério Público a A.C.O.V., já qualificada nos autos, para excluí-la do processo, julgando extinto o mesmo, com julgamento de mérito, e aplico a medida sócio-educativa de Prestação de Serviço à Comunidade, na forma do art. 117 ECA. Determino, ainda, por não interessar mais ao presente procedimento, em consonância com a r. cota Ministerial, a restituição apreendida, sem prejuízos de eventuais sanções administrativas que possam ser aplicadas pelo DETRAN-RR. SENTENÇA: Remissão c/c medida sócio educativa aplicada. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00322 - 001003062120-4

Infrator: M.C.S.F. => SENTENÇA: Remissão homologada. Após o trânsito em julgado lance-se o nome do adolescente no livro competente de remissão c/c advertência, dando-se as baixas legais. Anote-se. Custas pelo Estado. Dou as partes por intimadas nesta audiência. Publique-se. Registre-se. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00323 - 001003062172-5

Infrator: E.B.P. => Aguarda providência preparo. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00324 - 001003062176-6

Infrator: C.O.S. e outros => Aguarda providência preparo. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**COMARCA DE BOA VISTA  
JUIZADOS ESPECIAIS**

---

---

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**

---

JESP 1A CÍVEL

**Juiz(íza): Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz**

**HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO**

**00001 - 001003069305-4**

Requerente: Leontino Nunes Mourao; Requerido: Iracilda Cardoso da Silva => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 934,98. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**00002 - 001003069312-0**

Requerente: Clodomir de Sousa Fonseca; Requerido: Nilmar Brito Queiroz => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 2.200,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**INDENIZAÇÃO**

**00003 - 001003069286-6**

Autor: Rogerio Mesquita de Souza; Réu: Marlene Alencar Rodrigues => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 4.255,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**MONITÓRIA**

**00004 - 001003069296-5**

Autor: Raimundo Nonato Furtado de Vasconcelos; Réu: Alice da Silva Vieira Martins => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 211,20. Adv - Helaine Maise de Moraes, Silene Maria Pereira Franco.

**00005 - 001003069297-3**

Autor: Raimundo Nonato Furtado de Vasconcelos; Réu: Lissandra Costa de Pinho => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 140,65. Adv - Helaine Maise de Moraes, Silene Maria Pereira Franco.

**00006 - 001003069302-1**

Autor: Raimundo Nonato Furtado de Vasconcelos; Réu: Nernaine Cleber Oliveira dos Santos => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 101,05. Adv - Helaine Maise de Moraes, Silene Maria Pereira Franco.

**00007 - 001003069306-2**

Autor: Mariana Alves Cortes Moreira; Réu: Rogerio de A Passos => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 800,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**REQUERIMENTO JUDICIAL**

**00008 - 001003069308-8**

Requerente: Francisco Edvanio Pinto Viana; Réu: Ananias de Tal => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 3.500,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

JESP 2A CÍVEL

**Juiz(íza): Erick Cavalcanti Linhares Lima**

**AÇÃO DE COBRANÇA**

**00009 - 001003069288-2**

Autor: Silvana Regina de Oliveira; Réu: Rosi Mery de Souza Moura => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 596,24. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO**

**00010 - 001003069310-4**

Requerente: Geania A Viana; Requerido: Mauro Cabral Icassatti => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 972,50. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**00011 - 001003069327-8**

Requerente: Jackson Luis Vogel Cadore; Requerido: Xavier Sarmento Avelino => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 1.008,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**MONITÓRIA**

**00012 - 001003069300-5**

Autor: Raimundo Nonato Furtado de Vasconcelos; Réu: Francisco Romeu Magalhaes Bona => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 195,05. Adv - Helaine Maise de Moraes, Silene Maria Pereira Franco.

**Diário do Poder Judiciário      Ano VII – EDIÇÃO 2722      Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

00013 - 001003069303-9

Autor: Raimundo Nonato Furtado de Vasconcelos; Réu: Lourdes de Moura Moreira => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 194,05. Adv - Helaine Maise de Moraes, Silene Maria Pereira Franco.

**REQUERIMENTO JUDICIAL**

00014 - 001003069314-6

Requerente: Ademacir Paes Prata; Réu: Chekenay - Comercio e Representações Ltda => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 434,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**JESP 3A CÍVEL**

Juiz(iza): Elaine Cristina Bianchi

**AÇÃO DE COBRANÇA**

00015 - 001003069325-2

Autor: Maria Luiza Pereira; Réu: Franklin Gutemberg => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 4.820,00. Adv - Miriam Di Manso, Rogenilton Ferreira Gomes.

**BUSCA E APREENSÃO**

00016 - 001003069307-0

Requerente: Manoel Canuto da Silva; Requerido: Sullivan Medeiros Sarmento => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 4.500,00. Adv - Edir Ribeiro da Costa.

**EXECUÇÃO**

00017 - 001003069295-7

Exeqüente: Agostinho Pedro Faccio; Executado: Daniel Alves de Mesquita => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 1.000,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00018 - 001003069309-6

Exeqüente: Henrique Peixoto Neto; Executado: Valdemar de Souza Lima => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 240,00. Adv - Marcos Antônio C de Souza, Milson Douglas Araújo Alves, Franciele Coloniese Bertoli.

**HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO**

00019 - 001003069304-7

Requerente: Raimundo Reis da Silva; Requerido: George Bruno Lima Santos => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 210,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00020 - 001003069329-4

Requerente: Francisco Expedito dos Santos Lima; Requerido: Mericel Comercio e Serviço Ltda => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**INDENIZAÇÃO**

00021 - 001003069294-0

Autor: Vagner Tarciso; Réu: Banco Real Abn Amro Bank => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 376,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**MONITÓRIA**

00022 - 001003069298-1

Autor: Raimundo Nonato Furtado de Vasconcelos; Réu: Ana Paula Ferreira => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 657,85. Adv - Helaine Maise de Moraes, Silene Maria Pereira Franco.

00023 - 001003069299-9

Autor: Raimundo Nonato Furtado de Vasconcelos; Réu: Maíza Ferreira Valverdes Matia => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 108,35. Adv - Helaine Maise de Moraes, Silene Maria Pereira Franco.

00024 - 001003069301-3

Autor: Raimundo Nonato Furtado de Vasconcelos; Réu: Jose Mario Alves Barros => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 475,30. Adv - Helaine Maise de Moraes, Silene Maria Pereira Franco.

**PRECATÓRIA CÍVEL**

00025 - 001003068420-2

Requerente: Francisco de Assis Araujo; Requerido: Andrade Galvão Engenharia Ltda => Distribuição por Sorteio em 02/09/2003. Valor da Causa: R\$ 2.650,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**REQUERIMENTO JUDICIAL**

00026 - 001003069292-4

Requerente: Glaubério Bezerra Sales; Réu: Clemildes Braga => Distribuição por Dependência em 08/09/2003. Valor da Causa: R\$ 578,79. Adv - Marco Antônio da Silva Pinheiro.

**JESP 1A CRIMINAL**

Juiz(íza): Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz

**CRIME C/ MEIO AMBIENTE**

00027 - 001003069268-4

Indiciado: F.H.S. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME C/ PESSOA**

00028 - 001003068497-0

Indiciado: V.L.R. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00029 - 001003068537-3

Indiciado: E.M.L. e outros => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00030 - 001003068569-6

Indiciado: F.C.R.S. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00031 - 001003069233-8

Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

00032 - 001003069237-9

Indiciado: E.H.D.C. e outros => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00033 - 001003069258-5

Indiciado: B.S.M. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00034 - 001003069269-2

Indiciado: G.P.B. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00035 - 001003069270-0

Indiciado: R.N.P.L. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00036 - 001003069289-0

Indiciado: E.C.P. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00037 - 001003069291-6

Indiciado: R.B.G. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME DE TÓXICOS**

00038 - 001003069263-5

Indiciado: D.J.S. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00039 - 001003069274-2

Indiciado: E.A.S.F. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME PORTE ILEGAL ARMA**

00040 - 001003068582-9

Indiciado: V.F.S. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00041 - 001003069282-5

Indiciado: E.C.S. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**JESP 2A CRIMINAL**

Juiz(íza): Erick Cavalcanti Linhares Lima

**CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA**



**Diário do Poder Judiciário      Ano VII – EDIÇÃO 2722      Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

00042 - 001003069267-6

Indiciado: V.M.O. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00043 - 001003069366-6

Indiciado: M.A.S. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME C/ MEIO AMBIENTE**

00044 - 001003068466-5

Indiciado: A.A.L. => Distribuição por Sorteio em 03/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME C/ PESSOA**

00045 - 001003068495-4

Indiciado: R.M.S. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00046 - 001003068505-0

Indiciado: W.A.L. => Distribuição por Sorteio em 04/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00047 - 001003068560-5

Indiciado: E.J.L.A. e outros => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00048 - 001003069236-1

Indiciado: J.H.L.P. e outros => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00049 - 001003069238-7

Indiciado: A.D.S. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00050 - 001003069242-9

Indiciado: L.G.M. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00051 - 001003069249-4

Indiciado: F.L.M. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00052 - 001003069250-2

Indiciado: D.A.L. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00053 - 001003069271-8

Indiciado: L.B.P. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00054 - 001003069277-5

Indiciado: E.C.A. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME DE TÓXICOS**

00055 - 001003069234-6

Indiciado: A.S.S. e outros => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado (s) cadastrado(s).

**CRIME PORTE ILEGAL ARMA**

00056 - 001003069244-5

Indiciado: C.L.D. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**JESP 3A CRIMINAL**

Juiz(íza): Elaine Cristina Bianchi

**CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA**

00057 - 001003068562-1

Indiciado: E.S.M. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME C/ PATRIMÔNIO**

00058 - 001003068578-7

Indiciado: H.T.L. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00059 - 001003068580-3

Indiciado: J.A.S. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00060 - 001003069273-4

**Diário do Poder Judiciário      Ano VII – EDIÇÃO 2722      Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

Indiciado: P.L.S. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME C/ PESSOA**

00061 - 001003068496-2

Indiciado: K.G.C. => Distribuição por Sorteio em 04/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00062 - 001003068501-9

Indiciado: D.V.G. e outros => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00063 - 001003068567-0

Indiciado: B.P.M.F. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00064 - 001003068576-1

Indiciado: H.A.R. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00065 - 001003068587-8

Indiciado: H.G.S. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00066 - 001003069235-3

Indiciado: C.J.S.C. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00067 - 001003069253-6

Indiciado: J.A.G. => Distribuição por Sorteio em 05/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00068 - 001003069262-7

Indiciado: A.S.F. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00069 - 001003069264-3

Indiciado: W.M.S. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00070 - 001003069280-9

Indiciado: O.S.C. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME DE TRÂNSITO - CTB**

00071 - 001003068503-5

Indiciado: M.O.C. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00072 - 001003069283-3

Indiciado: S.S. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME PORTE ILEGAL ARMA**

00073 - 001003069275-9

Indiciado: E.F.L. => Distribuição por Sorteio em 08/09/2003. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**

---

**JESP 1A CÍVEL**

**Expediente de 08/09/2003**

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**

**Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz**

**ESCRIVÃO(Ã) :**

**Flávio Dias de Souza Cruz Júnior**

**AÇÃO DE COBRANÇA**

00074 - 001001017140-2

Autor: Bento Portela da Costa; Réu: Sotecon Sociedade Técnica de Engenharia e Consultoria Ltda => SENTENÇA: Execução extinta nos termos do art. 794 do CPC. Final de Sentença: ...IV - Assim, como a Novação extinguiu e substituiu a dívida anterior, impõe-se a extinção deste feito, cabendo ao credor as providências que julgar pertinentes quanto ao novo título. V - De outra banda, como o credor alterou a verdade dos fatos, nos termos do art. 17, II, do CPC, reputo-o litigante de má-fé e, consequentemente, aplico-lhe multa de um por cento (1%) sobre o valor da causa, forte no art. 18 do CPC. P.R.I. e C. Boa Vista, 21 de agosto de 2003. (a) Tânia Maria Vasconcelos Dias - Juíza de Direito. Adv - Valter Mariano de Moura, James Pinheiro Machado.

**COMINATÓRIA OBRIG. FAZER**

00075 - 001003067269-4

Requerente: Adeilson de Campos Santos; Requerido: Telemar Telecomunicações de Roraima S/A => Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 24/09/2003 às 09:00 horas. Adv - Miriam Di Manso, Rogenilton Ferreira Gomes, Samuel Weber Braz, Alexander Ladislau Menezes .

**EMBARGOS DE TERCEIROS**

00076 - 001003067395-7

Embargante: Aziz Ata Muhd Mustafa; Embargado: Alberto Araújo de Souza => DESPACHO: Recebo os embargos para discussão, determinando a suspensão do processo principal (art. 1.052, CPC). Certifique-se. Cite-se o Embargado para, querendo, contestar os embargos, em 10 dias. Cumpra-se. Boa Vista, 20/08/2003. (a) Luiz Alberto Morais Junior - Juiz de Direito Substituto. Adv - Francisco das Chagas Batista, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Rodolpho César Maia de Moraes, Helaine Maise de Moraes, Hindenburgo Alves de O. Filho.

**REQUERIMENTO JUDICIAL**

00077 - 001003067289-2

Requerente: Luely Guivara; Réu: Maria Jose de Oliveira => Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 01/10/2003 às 11:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**JESP 2A CÍVEL**

**Expediente de 08/09/2003**

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):  
Erick Cavalcanti Linhares Lima  
ESCRIVÃO(Ã) :  
Luciana Silva Callegário  
Marcos André de Souza Prill**

**EXECUÇÃO**

00078 - 001003058427-9

Exeqüente: Débora Cristina Pinheiro dos Reis; Executado: Alessandra Souza Vieira => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 26/09/2003 às 11:00 horas. Adv - Scyla Maria de Paiva Oliveira.

**INDENIZAÇÃO**

00079 - 001003067379-1

Autor: Maria Sebastiana Oliveira da Silva; Réu: Univolks Ltda => Aguarda resposta de ar. Adv - Alexander Ladislau Menezes , Samuel Weber Braz.

**REQUERIMENTO JUDICIAL**

00080 - 001003062443-0

Requerente: Maria Marli Dias Gois; Réu: Ausledio Torquato dos Santos e outros => Aguarda resposta tirar xerox. Adv - Lucas Noberto Fernandes de Queiroz.

**JESP 3A CÍVEL**

**Expediente de 08/09/2003**

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):  
Elaine Cristina Bianchi  
ESCRIVÃO(Ã) :  
Alexandre Martins Ferreira**

**AÇÃO DE COBRANÇA**

00081 - 001003060216-2

Autor: Juliana Cristina Ferreira; Réu: R S Mangabeira => Expedição efetivada de mandado e publ. DESPACHO: I. Atualize-se o valor da obrigação; II. Intime-se o (a) devedor(a) para pagamento ou nomeação de bens à penhora em 24 horas; III. Decorrido o prazo sem manifestação, proceder a penhora na forma da lei e intimar para embargos. IV. Diligências necessárias. Intime-se e cumpra-se. Boa Vista, 05/08/2003 (a) Elaine Cristina Bianchi - Juíza de Direito. Adv - José Ribamar Abreu dos Santos, Antônio Oneildo Ferreira.

**INDENIZAÇÃO**

00082 - 001003058313-1

Autor: Maria de Lourdes Duarte Fernandes; Réu: Banco do Brasil S/A => Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido exordial e, consequentemente, extingo o processo, com julgamento de mérito, com fundamento no art. 269, I, do CPC. Sem custas e

honorários advocatícios. Transitada em julgado, arquivem-se, observadas as formalidades legais. P.R.I. Boa Vista, 15 de agosto de 2003.  
ELAINE CRISTINA BIANCHI - Juíza de Direito Adv - Rogenilton Ferreira Gomes.

00083 - 001003065149-0

Autor: Juliana Soares Amorim; Réu: Banco Real Abn Amro Bank => Expedição efetivada de mandado e publ.. DESPACHO: I. Defiro o pleito de fls. 49; II. Designe-se nova data, intimando-se as partes e seus advogados. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: DIA 25 de setembro de 2003 às 10:30 hs. Boa Vista, 01/09/2003 (a) Tânia Maria Vasconcelos Dias - Juíza de Direito. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Francisco das Chagas Batista, Rodolpho César Maia de Moraes, Sívirino Pauli.

#### MONITÓRIA

00084 - 001002044594-5

Autor: Deodônio Costa Padilha; Réu: Luis Francisco Pereira => SENTENÇA: Execução extinta nos termos do art. 794 do CPC. Tendo a parte devedora satisfeito a obrigação, conforme fls. 65, JULGO EXTINTO o Processo de Execução, com fundamento no art. 794, I, do Código de Processo Civil. Observadas as formalidades legais, arquivem-se. P.R.I. BOA VISTA, em 03/09/2003. Luiz Alberto Moraes Júnior - Juiz de Direito Substituto Adv - Vanderley Oliveira, Helder Figueiredo Pereira.

00085 - 001003066197-8

Autor: Raimundo Furtado de Vasconcelos; Réu: Maria do Perpetuo Socorro S de Lima => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 267 do CPC. Desse modo, ausentes os pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo, JULGO EXTINTO o presente feito sem julgamento do mérito, com fundamento no dispositivo contido no artigo 267, IV, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. P.R.I. Boa Vista, em 03 de setembro de 2003. Luiz Alberto Moraes Júnior. MM. Juiz de Direito Substituto Adv - Helaine Maise de Moraes, Silene Maria Pereira Franco.

00086 - 001003066257-0

Autor: M A Araujo Gomes - Me; Réu: Maria Iozilete Coimbra Santos => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 267 do CPC. Desse modo, ausentes os pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo, JULGO EXTINTO o presente feito, sem julgamento do mérito, com fundamento no dispositivo contido no artigo 267, IV, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. P.R.I. BOA VISTA/RR, em 03 de setembro de 2003. Luiz Alberto Moraes Júnior. MM. Juiz de Direito. Adv - Helaine Maise de Moraes, Silene Maria Pereira Franco.

00087 - 001003067609-1

Autor: Cléia Bonfim da Conceição; Réu: Denilse Lessa de Almeida Lima => Expedição efetivada de mandado. DESPACHO: I. cite-se para pagamento ou embargos em 15 dias, sob pena de execução forçada. Boa Vista 11/08103 (a) César Henrique Alves - Juiz de Direito. Adv - Scyla Maria de Paiva Oliveira.

---

### 1ª VARA CÍVEL

---

#### EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO COM PRAZO DE 20(vinte) DIAS

O DOUTOR LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLETT JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RORAIMA

*FAZ SABER:* a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório se processam os autos da ação de **Interdição nº 02 042436-1** em que é requerente **ANA LÚCIA GALVÃO CAMARÃO** e requerido **WASHINGTON CÉSAR GALVÃO CAMARÃO**, e que o MM. Juiz decretou a interdição desta, conforme sentença a seguir transcrita. **FINAL DE SENTENÇA** ...Ante o exposto, **decreto a interdição** do requerido, declarando -o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, inciso II, do Código Civil, e, de acordo com o art. 1775, §1º, do Código Civil, nomeio-lhe curadora a requerente. Em obediência ao disposto no art. 1184 do Código de Processo Civil e no art. 9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Sem custas face a gratuidade de justiça. P. R. I. C., após, certificado o trânsito em julgado, cumpridas as formalidades legais e processuais, archive-se. Boa Vista, 06 de junho de 2003. **(a) Dr. Elvo Pigari Júnior – Juiz de Direito.** E, para que ninguém possa alegar ignorância o MM. Juiz mandou expedir o presente edital, que será publicado 03 (três) vezes pela imprensa local, com intervalo de 10 (dez) dias e afixado no local público de costume na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e três. E, para constar Eu, Maria Cristina Chaves Viana (Assistente Judiciário) o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial) de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduina Ricarte Beserra Amâncio  
Escrivã Judicial

#### EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO COM PRAZO DE 20(vinte) DIAS

O DOUTOR LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLETT JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RORAIMA

*FAZ SABER:* a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório se processam os autos da ação de **Interdição nº 02 038730-3** em que é requerente **CLEONICE MARIA DA SILVA SANTOS** e requerida **MARIA DAS DORES CONCEIÇÃO RODRIGUES**, e que o MM. Juiz decretou a interdição desta, conforme sentença a seguir transcrita. **FINAL**

**DE SENTENÇA** ...Ante o exposto, decreto a **INTERDIÇÃO** da **requerida**, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, inciso II, do Código Civil, e, de acordo com o art. 1775, §1º, do Código Civil, nomeio-lhe curadora a requerente. Em obediência ao disposto no art. 1184 do Código de Processo Civil e no art. 9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Sem custas e honorários. P. R. I. C., após, certificado o trânsito em julgado, cumpridas as formalidades legais e processuais, archive-se. Boa Vista, 04 de junho de 2003. **(a) Dr. Elvo Pigari Júnior– Juiz de Direito.** E, para que ninguém possa alegar ignorância o MM. Juiz mandou expedir o presente edital, que será publicado 03 (três) vezes pela imprensa local, com intervalo de 10 (dez) dias e afixado no local público de costume na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e três. E, para constar Eu, Maria Cristina Chaves Viana (Assistente Judiciário) o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial) de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduina Ricarte Beserra Amâncio  
Escrivã Judicial

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO COM PRAZO DE 20(vinte) DIAS**

O DOUTOR LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RORAIMA

**FAZ SABER:** a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório se processam os autos da ação de **Interdição nº 02 050401-4** em que é requerente **JOSÉ FERREIRA ROCHA** e requerido **FRANCISCO DO NASCIMENTO ROCHA**, e que o MM. Juiz decretou a interdição deste, conforme sentença a seguir transcrita. **FINAL DE SENTENÇA** ...Assim, à vista do contido nos autos, decreto a **INTERDIÇÃO** de **FRANCISCO DO NASCIMENTO ROCHA**, nomeando-lhe como seu Curador **JOSÉ FERREIRA ROCHA** que deverá representá-lo nos atos da vida civil. Adotem-se as providências do art. 1184 do CPC. Sem custas e honorários. P. R. I. A.. Boa Vista, 13 de maio de 2003. **(a) Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet– Juiz de Direito.** E, para que ninguém possa alegar ignorância o MM. Juiz mandou expedir o presente edital, que será publicado 03(três) vezes pela imprensa local, com intervalo de 10(dez) dias e afixado no local público de costume na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e três. E, para constar Eu, Maria Cristina Chaves Viana o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial) de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduina Ricarte Beserra Amâncio  
Escrivã Judicial

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO COM PRAZO DE 20(vinte) DIAS**

O DOUTOR LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RORAIMA

**FAZ SABER:** a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório se processam os autos da ação de **Interdição nº 02 032269-8** em que é requerente **INÁCIA MARIA DE AMORIM** e requerido **HELVÍDIO FERREIRA DE AMORIM**, e que o MM. Juiz decretou a interdição deste, conforme sentença a seguir transcrita. **FINAL DE SENTENÇA** ...Assim, à vista do contido nos autos, decreto a **INTERDIÇÃO** de **HELVÍDIO FERREIRA DE AMORIM**, nomeando-lhe curadora **INÁCIA MARIA DE AMORIM**, que deverá representá-lo nos atos da vida civil. Adotem-se as providências do art. 1184 do CPC. Sem custas e honorários. **PRIA..** Boa Vista, 30 de junho de 2003. **(a) Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet.** E, para que ninguém possa alegar ignorância o MM. Juiz mandou expedir o presente edital, que será publicado 03(três) vezes pela imprensa local, com intervalo de 10(dez) dias e afixado no local público de costume na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e três. E, para constar Eu, Maria Cristina Chaves Viana (Assistente Judiciário) o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial) de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduina Ricarte Beserra Amâncio  
Escrivã Judicial

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS**

O DOUTOR **LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET** – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

**CITAÇÃO DE:** **ANTÔNIO CARLOS ALVES**, brasileiro, casado, filho de José Péricles Alves e Francisca de Sousa Alves, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

**FINALIDADE:** Para tomar conhecimento dos termos do Processo. n.º 03 068092-9, Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, em que são partes M.I.S.A., contra A.C.A., ficando ciente que terá o prazo de 15 dias para apresentar contestação, sob pena de revelia.

**SEDE DO JUÍZO:** 1ª Vara Cível – Fórum Adv. Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, s/n – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 621 2721.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos oito dias do mês de setembro de dois mil e três. E, para constar, Eu, Maria Cristina Chaves Viana (Assistente Judiciário) o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial), de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduina Ricarte Beserra Amâncio  
Escrivã Judicial

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS**

O DOUTOR **LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET** – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

**CITAÇÃO DE: JOÃO GOMES DE MOURA**, brasileiro, casado, filho de Alberlino Gomes de Moura e Dolores Pires de Moura, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: Para tomar conhecimento dos termos do Processo. n.º 03 068164-6, Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, em que são partes R.S.M., contra J.G.M., ficando ciente que terá o prazo de 15 dias para apresentar contestação, sob pena de revelia.

SEDE DO JUÍZO: 1ª Vara Cível – Fórum Adv. Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, s/n – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 621 2721.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos oito dias do mês de setembro de dois mil e três. E, para constar, Eu, Maria Cristina Chaves Viana (Assistente Judiciário) o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial), de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduina Ricarte Beserra Amâncio  
Escrivã Judicial

**EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS**

O DOUTOR **LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET** – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

**CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE: JOÃO AZEVEDO DE AGUIAR**, brasileiro, casado, motorista, filho de Antônio Ferreira de Aguiar e Francisca Azevedo de Aguiar, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: Para tomar conhecimento dos termos do Processo. n.º 03 065866-9, Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, em que são partes M.G.M.A., contra J.A.A. e ciência de comparecer a **audiência** designada para o dia **25 de novembro de 2003 às 10h e 30min**, na sede deste Juízo, acompanhado de advogado(s) e testemunha(s), a partir da qual correrá o prazo de 15 dias para apresentar contestação, sob pena de revelia.

SEDE DO JUÍZO: 1ª Vara Cível – Fórum Adv. Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, s/n – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 621 2721.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos oito dias do mês de setembro de dois mil e três. E, para constar, Eu, Maria Cristina Chaves Viana (Assistente Judiciário) o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial), de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduina Ricarte Beserra Amâncio  
Escrivã Judicial

**EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS**

O DOUTOR **LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET** – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

**CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE: HILTON PINTO FERREIRA**, brasileiro, casado, autônomo, filho de Jenuca Pinto Ferreira, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: Para tomar conhecimento dos termos do Processo. n.º 03 065703-4, Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, em que são partes V.F.F., contra H.P.F. e ciência de comparecer a **audiência** designada para o dia **25 de novembro de 2003 às 11h e 20min**, na sede deste Juízo, acompanhado de advogado(s) e testemunha(s), a partir da qual correrá o prazo de 15 dias para apresentar contestação, sob pena de revelia.

SEDE DO JUÍZO: 1ª Vara Cível – Fórum Adv. Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, s/n – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 621 2721.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos oito dias do mês de setembro de dois mil e três. E, para constar, Eu, Maria Cristina Chaves Viana (Assistente Judiciário) o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial), de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduina Ricarte Beserra Amâncio  
Escrivã Judicial

**EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS**

O DOUTOR **LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET** – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

*INTIMAÇÃO DE: FRANCISCO PEREIRA GOMES*, brasileiro, casado, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

**FINALIDADE:** Para no prazo de 05(cinco) dias, efetuar o pagamento das Custas Finais referente ao processo nº 02 052749-4, ação de Divórcio Litigioso, em que são partes A.M.V.G. e F.P.G., no valor R\$ 50,00 (cinquenta reais), sob pena de inscrição da Dívida Ativa do Estado.

SEDE DO JUÍZO: 1ª Vara Cível – Fórum Adv. Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, s/n – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 621 2721.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e dois. E, para constar, Eu, Maria Cristina Chaves Viana (Assistente Judiciário) o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial), de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduina Ricarte Beserra Amâncio  
Escrivã Judicial

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS

O DOUTOR **ELVO PIGARI JÚNIOR** – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

*CITAÇÃO DE: UBIRATAN TELES TEODÓSIO*, brasileiro, solteiro, motorista, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

**FINALIDADE:** Para tomar conhecimento dos termos do Processo. n.º 03 068029-1, Ação de INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE, em que são partes D.R.A.S. contra U.T.T., ficando ciente que terá o prazo de 15 dias para apresentar contestação, sob pena de revelia.

SEDE DO JUÍZO: 1ª Vara Cível – Fórum Adv. Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, s/n – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 621-2721.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos oito dias do mês de setembro de dois mil e três. E, para constar, Eu, Maria Cristina Chaves Viana (Assistente Judiciário) o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial), de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduina Ricarte Beserra Amâncio  
Escrivã Judicial

EDITAL DE ARRECADAÇÃO DE BENS

O DOUTOR LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLETT – JUIZ DE DIREITO TITULAR A 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

FAZ SABER : a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório se processam os autos da ação de Declaração de Ausente nº 02 050845 em que é requerente MARIA DA PENHA VERAS ALCÂNTARA e requerido DEOCLÉCIO DE SOUZA CALDAS. Pelo presente citar DEOCLÉCIO DE SOUZA CALDAS, brasileiro, demais dados ignorados, estando em local incerto e não sabido, para entrar na posse de seus bens, nos termos e de acordo a sentença a seguir transcrita: SENTENÇA. Vistos etc. Maria da Penha Veras Alcântara, veio requerendo Declaração de ausência de DEOCLÉCIO DE SOUZA CALDAS. O processo de declaração de ausência inicia-se com a nomeação de um curador, neste caso, legitimado para cuidar dos bens do desaparecido. O Ministério Público indicou a requerente. Penso que a indicação é correta nos termos da lei. Dessa forma, nomeio Maria da Penha Veras Alcântara curadora de DEOCLÉCIO DE SOUZA CALDAS, cabendo-lhe a incumbência de gerir seus bens durante o processo de declaração de ausência. Publique-se a sentença, na forma do art. 1161 do CPC. Sem custas e honorários. Sentença publicada em audiência. Registre-se. Após o trânsito em julgado, arquite-se. Boa Vista 09 de dezembro de 2002.(a) Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet – Juiz de Direito. E, para que ninguém possa alegar ignorância o MM. Juiz mandou expedir o presente edital, que será publicado e afixado no local de costume na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e três. Eu Maria Cristina Chaves Viana, Assistente Judiciário, o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio, Escrivã Judicial, de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduina Ricarte Amâncio  
Escrivã Judicial

EDITAL DE ARRECADAÇÃO DE BENS

O DOUTOR LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLETT – JUIZ DE DIREITO TITULAR A 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

FAZ SABER : a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório se processam os autos da ação de Declaração de Ausente nº 01 002767-9 em que é requerente RAIMUNDA AMÉRICO MOTA e requerido JOSIMAR FERREIRA MOTA. Pelo presente **citar JOSIMAR FERREIRA MOTA**, brasileiro, casado, natural de Olho D'água do Manoel Luiz, Município de

**Diário do Poder Judiciário      Ano VII – EDIÇÃO 2722      Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

*Vitorin o Freire/MA, nascido no dia 15 de dezembro de 1949, filho de Inês Ferreira Mota, demais dados ignorados, estando em local incerto e não sabido, para entrar na posse de seus bens, nos termos e de acordo a despacho a seguir transcrito: DESPACHO: Torno sem efeito o despacho de fs. 19. Justiça gratuita. Nomeio a requerente Curadora Especial, nos termos do art. 466 do Código Civil, devendo prestar compromisso em 10 dias. Publique-se editais na forma do art. 1161 do CPC.. Intime-se a DAJ. Boa Vista 14 de novembro de 2000. (a) Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet – Juiz de Direito. E, para que ninguém possa alegar ignorância o MM. Juiz mandou expedir o presente edital, que será publicado e afixado no local de costume na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e três. Eu Maria Cristina Chaves Viana, Assistente Judiciário, o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio, Escrivã Judicial, de ordem do MM. Juiz o assinou.*

*Liduina Ricarte Amâncio  
Escrivã Judicial*

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS**

**ODOUTOR LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA**

**CITAÇÃO DE: ROBERTO MACIEL LISBOA, ROSÂNGELA MACIEL LISBOA e RONALDO MACIEL LISBOA**, brasileiros, solteiros, filhos de Jacinto Poscina de Lisboa e Aldanoza Maciel de Santana, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

**FINALIDADE:** Para tomar conhecimento dos termos do Processo. n.º 01 002151-6, Ação de Exoneração de Pensão, em que são partes J.P.L., contra R.M.L., R.M.L. e R.M.L. e ciência do ônus de apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de não o fazendo, presumirem-se como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial.

**SEDE DO JUÍZO:** 1ª Vara Cível – Fórum Adv. Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, s/n – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 62 2721.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos oito dias do mês de setembro de dois mil e três. E, para constar, Eu, Maria Cristina Chaves Viana, Assistente Judiciário o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial), de ordem do MM. Juiz o assinou.

*Liduina Ricarte Beserra Amâncio  
Escrivã Judicial*

**EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS**

**ODOUTOR LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA**

**CITAÇÃO:** A.S.A., A.S.A e A.R.S.A., menores rep. por MARGARETE DE SOUZA ARAÚJO, brasileira, viúva, demais dados ignorados residente e domiciliada na Alameda Itália, 227 – MANAUS/AM.

**FINALIDADE:** Para tomarem conhecimento dos Temos da ação de Inventário, processo 03 059354-4, em que são partes S.M.P.A. contra o Espólio de MARIA PAIVA DE ARAÚJO, na forma do art. 999 do CPC.

**SEDE DO JUÍZO:** 1ª Vara Cível – Fórum Adv. Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, s/n – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 621-2721.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos oito dias do mês de setembro de dois mil e três. E, para constar, Eu, Maria Cristina Chaves Viana (Assistente Judiciário) o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial), de ordem do MM. Juiz o assinou.

*Liduina Ricarte Beserra Amâncio  
Escrivã Judicial*

**EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS**

**ODOUTOR LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA**

**INTIMAÇÃO DE: ADRIANA SILVA DE SOUZA**, brasileira, solteira, doméstica, portador do RG nº 175.910 SSP/RR e CPF nº 696.371.562-91, estando em lugar incerto e não sabido.

**FINALIDADE:** Para no prazo de **48(quarenta e oito) horas**, manifestar-se nos autos do Processo. n.º 02 038156-1, Ação de Dissolução de Sociedade de Fato, em que são partes A.S.S., contra R.N.S.B., sob pena de arquivamento do feito.

**SEDE DO JUÍZO:** 1ª Vara Cível – Fórum Adv. Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, s/n – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 621 2721.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos oito dias do mês de setembro de dois mil e três. E, para constar, Eu, Maria Cristina Chaves Viana (Assistente Judiciário) o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial), de ordem do MM. Juiz o assinou.



Liduína Ricarte Beserra Amâncio  
Escrivã Judicial

EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS

O DOUTOR **LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET** – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

**INTIMAÇÃO DE: SANDRO ROBERTO CRESTANI**, brasileiro, casado, eletricitista, portador do RG nº 103.479 SSP/RR e CPF nº 382.229.142-00, estando em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: Para no prazo de **48(quarenta e oito) horas**, manifestar-se nos autos do Processo. n.º 01 002553-3, Divórcio Direto, em que são partes S.R.C., contra I.D.S.C., sob pena de arquivamento do feito.

SEDE DO JUÍZO: 1ª Vara Cível – Fórum Adv. Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, s/n – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 621 2721.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos oito dias do mês de setembro de dois mil e três. E, para constar, Eu, Maria Cristina Chaves Viana (Assistente Judiciário) o digitei e Liduína Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial), de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduína Ricarte Beserra Amâncio  
Escrivã Judicial

---

## **2ª VARA CÍVEL**

---

EDITAL DE CITAÇÃO  
(NO PRAZO DE 30 DIAS)

Juiz de Direito : Dr. Rommel Moreira Conrado

AÇÃO CIVIL PÚBLICA  
Processo nº 0010 03 068016-8  
Autor : **O Ministério Público do Estado de Roraima**  
Réu: **O Município de Boa Vista e outros**

FINALIDADE : Citar **Maria Lúcia Andrade Pinto, Syanara Monteiro de Alencar, Rosimeire Monteiro de Alencar, Sorahyda Monteiro de Alencar, Symone Monteiro de Alencar, Nixon Pimentel Bonfim, Lucimar Sarmento Menezes, Marluce Lucena de Souza e Antônia Leite da Silva** para tomar conhecimento dos termos da ação acima, que tramita perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR e ciência do ônus de contestar no prazo de 15 dias, sob pena de presumirem-se aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo(a) autor(a) na inicial.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO - 2º andar, Praça do Centro Cívico s/n, Centro, Boa Vista- RR

Boa Vista, 19.08.03

Hudson L. V. Bezerra  
Escrivão Judicial

EDITAL DE CITAÇÃO  
(NO PRAZO DE 30 DIAS)

Juiz : Dr. **Rommel Moreira Conrado** - Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível.

EXECUÇÃO FISCAL  
Processo nº 0010 01 019738-1  
Exequente: O Estado de Roraima  
Executado(a)(s)/CGC/CPF: J. Clemente dos Santos, 84.015.105/0001-95.  
Endereço do Executado(a)(s): Rua presidente Costa e Silva, 445, São Pedro, Boa Vista.  
Quantia Devida: R\$ 9.164,99  
Natureza da Dívida: Fiscal  
Data e número de inscrição no Registro da dívida ativa: 03.06.97, nº 3.386.

FINALIDADE : CITAR o(a)(s) Executado(a)(s), para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS imediatamente, tantos bens quantos bastem ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não ser(em) encontrado(a)(s) o(a) Executado(a)(s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo supra.  
Cumpra-se, na forma da lei. E para constar, eu, **Hudson Luis Viana Bezerra** (Escrivão Judicial) mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO - 1º andar, Cartório da 2ª Vara Cível, Praça do Centro Cívico s/n, Centro, Boa Vista-RR.

Boa Vista, 12 de Agosto de 2003.

**Hudson L. V. Bezerra**  
Escrivão Judicial

---

#### **4.<sup>a</sup> VARA CÍVEL**

---

##### **EDITAL DE LEILÕES**

*O DR. DÉLCIO DIAS FEU, MM. JUIZ DE DIREITO DA 4.<sup>a</sup> VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA, ESTADO DE RORAIMA, NA FORMA DA LEI ETC...*

**FAZ SABER** a todos, que será levado à arrematação em primeiro ou segundo leilão, os bens penhorados nos autos n.º 01005066-3, ação de EXECUÇÃO, em que é exequente **JOSÉ NICODEMOS DE GÓES** e executado **ANABEL MOTA DA SILVA**, na seguinte forma:

**PRIMEIRO LEILÃO:** Dia 08/10/03, às 09:00h, para venda por preço não inferior ao da avaliação.

**SEGUNDO LEILÃO:** Dia 23/10/03, às 09:00h, para quem mais der, não sendo aceito preço vil.

**LOCAL:** Átrio do Edifício Fórum Sobral Pinto, sito na Praça do Centro Cívico s/n.º, nesta Capital.

**PROCESSO:** Autos n.º 01 005066-3, ação de Execução.

**DESCRIÇÃO DO(S) BEM(ES):** 01 (um) aparelho de som, marca Aiwa, modelo Z-2100 Karaokê, com capacidade para 05(cinco) CD's, toca-disco de vinil, dois toca fitas e rádio, c/ duas caixas de som, em bom estado de conservação, estando funcionando regularmente apenas o rádio, avaliado em R\$ 200,00(duzentos reais); 01(um) aparelho de som, marca Kenwood, modelo XD750, em bom estado de conservação, estando funcionando regularmente apenas o rádio, avaliado em R\$ 150,00(cento e cinquenta reais); 01(um) cofre de aço, tipo armário, marca Pandim, avaliado em R\$300,00(trezentos reais); 01(um) aparelho frigobar, cor branca, marca Consul, em estado regular de conservação e perfeito funcionamento, avaliado em R\$150,00(cento e cinquenta reais); 01(um) forno microondas, cor branca, marca Sharp, em bom estado de conservação e perfeito funcionamento, avaliado em R\$ 200,00(duzentos reais); 01(um) jogo de móveis de sala de jantar, em madeira laqueada, cor vinho, composto de 01(uma) mesa com tampo de vidro, 06(seis) cadeiras estofadas, 01(um) armário e 01(uma) moldura com espelho de parede, em bom estado de conservação, avaliado em R\$700,00(setecentos reais); 01(um) receptor de TV a cabo, em bom estado de conservação e perfeito funcionamento, avaliado em R\$ 200,00(duzentos reais); 01(uma) escrivaninha c/ 03 gavetas, em bom estado de conservação, avaliado em R\$150,00(cento e cinquenta reais); 02(dois) vasos decorativos de cerâmicas, em bom estado de conservação, avaliados em R\$ 15,00(quinze reais) a unidade, totalizando R\$30,00(trinta reais); 01(um) sofá estampado c/ capacidade para três lugares, cor amarelo/laranja, em bom estado de conservação, avaliado em R\$ 200,00(duzentos reais); 02(dois) sofás, com capacidade para dois assentos, com estofamento de cor azul, em bom estado de conservação, avaliados em R\$ 150,00(cento e cinquenta reais) a unidade, totalizando R\$300,00(trezentos reais); 01(um) aparelho de TV de 24", marca Phillips, em bom estado de conservação e perfeito funcionamento, avaliado em R\$400,00(quatrocentos reais); 01(uma) mesa de centro, laqueada, c/ tampo de madeira, em bom estado de conservação, avaliada em R\$80,00(oitenta reais); 01(uma) mesa de centro triangular, em madeira laqueada, com tampo de vidro, em bom estado de conservação e perfeito funcionamento, avaliado em R\$80,00 (oitenta reais); 01(um) aparelho condicionador de ar, marca Springer de 10.000 BTU's, modelo Mundial Eletronic, em bom estado de conservação e perfeito funcionamento, avaliado em R\$250,00(duzentos e cinquenta reais); 02(duas) cadeiras de sala, estilo colonial, em madeira laqueada, com estofamento de cor bege, em bom estado de conservação, avaliado em R\$ 150,00(cento e cinquenta reais) a unidade, totalizando R\$300,00(trezentos reais); 01(uma) poltrona giratória para escritório, cor cinza, com estofamento, encosto alto e rodinhas, em bom estado de conservação, avaliado em R\$150,00(cento e cinquenta reais); 01(uma) cadeira para escritório estofada, cor cinza, avaliada em R\$ 80,00(oitenta reais); 04(quatro) cadeiras de ferro, cor bege, com assento estofado, em bom estado de conservação, avaliado em R\$30,00(trinta reais) a unidade, totalizando R\$120,00(cento e vinte reais); 01(um) jogo para jardim composto de 04(quatro) cadeiras e 01(uma) mesa, estilo colonial, confeccionado em ferro, em bom estado de conservação, avaliado em R\$150,00(cento e cinquenta reais); 01(uma) poltrona, cor vinho, em bom estado de conservação, avaliada em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais); 01(uma) mesa de cabeceira, em ferro, cor preta, com dois vãos, em bom estado de conservação, avaliada em R\$50,00(cinquenta reais); 02(dois) criado mudo, confeccionado em ferro, com 02(dois) vãos e 01(uma) gaveta, em bom estado de conservação, avaliado a unidade em R\$50,00(cinquenta reais), totalizando em R\$ 100,00(cento reais); 01(uma) mesa para computador, com três vãos, em bom estado de conservação, avaliado em R\$ 100,00(cento reais); 01(um) freezer horizontal, modelo H30, danificado, avaliado em R\$50,00(cinquenta reais); 01(uma) estante tubular, confeccionada em ferro, de cor bege, com prateleiras de vidro, em regular estado de conservação, avaliado em R\$100,00(Cem reais); 01(um) closed montado em madeira, embutido na parede, avaliado em R\$700,00(setecentos reais), uso e guarda do executado, total avaliado R\$ 5.440,00 (Cinco mil, quatrocentos e quarenta reais).

**DEPÓSITO:** Em poder do **Anabel Mota e Silva**.

**TOTAL DA AVALIAÇÃO:** R\$ 5.440,00 (cinco mil, quatrocentos e quarenta reais), conforme avaliação feita em 01/11/2001.

**VALOR DA DÍVIDA:** R\$ 19.180,00 (Dezenove mil, cento e oitenta reais) em 30/10/2002.

**INTIMAÇÃO:** Fica desde logo intimado o executado **ANABEL MOTA E SILVA**, se por ventura não for encontrado para intimação pessoal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente edital, que será afixado no local de costume, no Fórum Advogado Sobral Pinto, e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 09 (nove) dias do mês de setembro ano de dois mil e três.

**MARIA DO PERPÉTUO S. N. DE QUEIROZ**  
Escrivã

---

**TURMA RECURSAL**

---

PORTARIA N.º 002/03-TR    BOA VISTA-RR, 09 de setembro de 2003.

O Doutor **Jefferson Fernandes da Silva**, Juiz Presidente da Turma Recursal da Comarca de Boa Vista/RR, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto na PORTARIA CGJ/TJ N.º01/97, de 17/01/97, alterada pela Portaria 028/98 de 30/09/98, segundo a qual nos casos de ausência, impedimentos e férias dos escrivães titulares dos cartórios judiciários, suas atribuições serão desempenhadas preferencialmente pelos técnicos judiciários que atuam junto ao Cartório respectivo como substitutos naturais, ou por outro servidor do Cartório que melhor atenda aos interesses da Justiça.

Considerando a Resolução N.º 022/02 de 21/08/02, o qual se refere no seu Art. 27, sobre o rodízio anual, e tendo em vista as férias da escrivã titular do 2º Juizado Especial.

**RESOLVE:**

Art. 1º) Determinar que a Escrivã **ELIANE DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI OLIVEIRA**, matrícula n.º 3010467, exerça a função de Escrivã substituta da Turma Recursal, a partir desta data, até ulterior deliberação.

Art. 2º) Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Publique-se no DPJ, afixando-se no lugar de costume, e registre-se.

Boa Vista/RR, 09 de setembro de 2003.

*Jefferson Fernandes da Silva*  
Juiz Presidente da Turma Recursal

---

**COMARCA DE MUCAJÁ**

---

Jarbas Lacerda de Miranda  
Juiz de Direito da Comarca de Caracará  
Respondendo pela Comarca de Mucajaí

José C. André Rocha  
Escrivão Substituto

Expediente do dia 08 de setembro de 2003.

**INTIMAÇÃO DE ADVOGADO PARA AUDIÊNCIA**

**PROCESSO Nº:** 0030 02 000918-6

**REQUERENTE:** NAPOLEÃO LIMA DA SILVA.

**ADVOGADO:** DR. RÁRISON TATAÍRA DA SILVA.

**REQUERIDA:** MARINETE FERREIRA DA SILVA.

**FINALIDADE:** INTIMAÇÃO do advogado do requerente DR. RÁRISON TATAÍRA DA SILVA OAB/RR – 263, para que compareça na sede de Justiça deste Juízo, no Fórum Juiz Antônio de Sá Peixoto, Av. Nossa Senhora de Fátima, s/nº, Centro, no dia 30 de setembro de 2003, às 09:15 hs, a fim de acompanhar a Audiência de Instrução e Julgamento, relativos aos autos supra.

---

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA – TRE/RR**

---

**PRESIDÊNCIA**

PORTARIA    N.º    460,    DE    05    DE    SETEMBRO    DE    2003.

O Desembargador MAURO CAMPELLO, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições e na forma da Resolução do TSE n.º 20.251, de 24 de junho de 1998, e do art. 22, § 8º, da Lei n.º 8.460/92 (redação dada pela Lei n.º 9.527/97),

**R E S O L V E:**

I – Conceder diárias na forma discriminada a seguir:

Descrição sintética do serviço a ser executado: deslocamento de servidor para cumprir mandado de intimação da 3ª Zona Eleitoral, referente à Comunicação de Duplicidade.

Destino: Alto Alegre (Vicinal II – Paredão) e Cantá (Vila Felix Pinto).

Período de afastamento: 08 a 10.09.2003.

N.º de diárias: 2,5 (duas e meia)

Servidor: SEBASTIÃO MARQUES DE SOUZA – Servidor requisitado.

**Diário do Poder Judiciário      Ano VII – EDIÇÃO 2722      Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

Valor unitário da diária: R\$ 132,00

Valor total das diárias: R\$ 330,00

Dedução do Auxílio Alimentação: R\$ 11,49

Valor a ser pago: R\$ 318,51

II - DETERMINAR QUE AS DIÁRIAS NÃO UTILIZADAS SEJAM RESTITUÍDAS EM 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DE RETORNO À SEDE, NOS TERMOS DO ART. 6º DA RESOLUÇÃO DO TSE N.º 20.251/98.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

**PORTARIA N.º 462, DE 08 DE SETEMBRO DE 2003.**

O Desembargador MAURO CAMPELLO, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar o Excelentíssimo Senhor Juiz Eleitoral Dr. LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET Coordenador da Campanha “Voto Ético”, bem como os servidores ALEX CAON FIN e MARCELO MOURA DE SOUZA para, sem prejuízo de suas atribuições, desempenhar atividades na mencionada campanha.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador MAURO CAMPELLO - Presidente do TRE/RR

**PORTARIA N.º 463, DE 08 DE SETEMBRO DE 2003.**

O Desembargador Mauro Campello, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Publicar, em cumprimento ao disposto no art. 78, caput e § 1º, da Lei 10.707, de 30 de julho de 2003, os quadros demonstrativos de pessoal.

I- CARGOS EFETIVOS: Posição em 31.08.2003.

DENOMINAÇÃO	CRIADOS	PROVIDOS						VAGOS		
		ESTAVEIS			NAO-ESTAVEIS					
		2002	2003	Variação Percentual %	2002	2003	Variação Percentual %	2002	2003	Variação Percentual %
Analista Judiciário	23	20	20	0,00	03	03	0,00	-	-	0,00
Técnico Judiciário	61	48	51	6,25	12	09	-25,00	01	01	0,00
TOTAL	84	68	71	4,41	15	12	-20,00	01	01	0,00

II – FUNÇÕES COMISSIONADAS: (Posição em 31.08.2003)

NÍVEL	CRIADAS	PROVIDAS			VAGAS		
		2002	2003	Variação Percentual %	2002	2003	Variação Percentual %
FC-5	28	27	28	3,70	01	0	-100,00
FC-4	23	22	23	4,55	01	0	-100,00
FC-3	02	02	02	0,0	0	0	0,00
FC-2	05	05	05	0,0	0	0	0,00
FC-1	07	06	05	-16,66	01	02	100,00
TOTAL	65	62	63	1,61	03	02	-33,33

III- CARGOS EM COMISSÃO: (Posição em 31.08.2003):

NÍVEL	CRIADAS	PROVIDAS			VAGAS		
		2002	2003	Variação Percentual %	2002	2003	Variação Percentual %
CJ-04	01	01	01	0,00	0,00	0,00	0,00
CJ-03	02	02	02	0,00	0,00	0,00	0,00
CJ-02	11	11	11	0,00	0,00	0,00	0,00
CJ-01	01	01	01	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	15	15	15	0,00	0,00	0,00	0,00

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador MAURO CAMPELLO - Presidente do TRE/RR

**PORTARIA N.º 464, DE 08 DE SETEMBRO DE 2003.**

O Desembargador MAURO CAMPELLO, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Dispensar os servidores abaixo relacionados das respectivas funções comissionadas:

LUIZ ANTÔNIO SALOMON ABECHÉ – Chefe da Seção de Finanças, símbolo FC-5.

WALDENILSON ALVES DA COSTA – Assistente de Chefia da Seção de Finanças, símbolo FC-4.

JONILTON ALVES DE OLIVEIRA – Assistente de Gabinete da Diretoria Geral, símbolo FC-2.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador MAURO CAMPELLO - Presidente do TRE/RR

**PORTARIA N.º 465, DE 08 DE SETEMBRO DE 2003.**

O Desembargador MAURO CAMPELLO, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar o servidor WALDENILSON ALVES DA COSTA para exercer a Função Comissionada de Chefe da Seção de Finanças, símbolo FC-5.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador MAURO CAMPELLO - Presidente do TRE/RR

**PORTARIA N.º 466, DE 08 DE SETEMBRO DE 2003.**

O Desembargador Mauro Campello, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar o servidor JONILTON ALVES DE OLIVEIRA para exercer a Função Comissionada de Assistente de Chefia da Seção de Finanças, símbolo FC-4.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador MAURO CAMPELLO - Presidente do TRE/RR

**PORTARIA N.º 467, DE 08 DE SETEMBRO DE 2003.**

O Desembargador MAURO CAMPELLO, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar o servidor LUIZ ANTÔNIO SALOMON ABECHÉ para exercer a Função Comissionada de Assistente de Gabinete da Diretoria Geral, símbolo FC-2.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador MAURO CAMPELLO - Presidente do TRE/RR

**CORREGEDORIA**

PROCESSO N.º 283 – OUTROS CRE

ASSUNTO: REVISÃO ELEITORAL.

INTERESSADO: JUSTIÇA PÚBLICA ELEITORAL.

CORREGEDOR: DES JOSÉ PEDRO.

À Douta Procuradoria Regional Eleitoral, para os devidos fins.  
Boa Vista - RR, 08 de setembro de 2003.

Des. JOSÉ PEDRO – Vice-Presidente/Corregedor do TRE/RR

SECRETARIA JUDICIÁRIA

*Expediente do dia 09 de Setembro de 2003 para ciência e intimação das partes.*

***DISTRIBUIÇÃO DE FEITO***

Em conformidade com o art. 41 do RI deste Tribunal, o(s) seguinte(s) feito(s) foi(ram) distribuído(s) no expediente do dia 08/09/2003:

PROCESSO N.º 145 – CLASSE XII  
ASSUNTO: REQUERIMENTO DE CESSÃO DE SERVIDOR PARA O TRE/DF.  
INTERESSADO: LÉCIO RESENDE DA SILVA, DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRE/DF.  
RELATOR: DES. JOSÉ PEDRO.

***REDISTRIBUIÇÃO DE FEITOS***

Em conformidade com o art. 41 do RI deste Tribunal, o(s) seguinte(s) feito(s) foi(ram) redistribuído(s) no expediente do dia 08/09/2003:

PROCESSO N.º 464 – CLASSE II  
ASSUNTO: RECURSO DA DECISÃO DO MM. JUIZ DA 1ª ZONA ELEITORAL QUE REJEITOU QUEIXA CRIME SUBSIDIÁRIA, POR ILEGITIMIDADE DA PARTE ATIVA.  
RECORRENTE: NEUDO RIBEIRO CAMPOS.  
ADV.: MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA.  
RECORRIDO: PAULO HENRIQUE AMORIM.  
ADV.: EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES E OUTROS.  
RELATOR: JUÍZA MARIA DILMAR.

PROCESSO N.º 30 – CLASSE VI  
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO ELEITORAL COM BASE NO ART. 36, § 3.º, DA LEI 9.504/97, COMBINADO COM O ART. 2.º, § 3.º, DA RESOLUÇÃO TSE N.º 20.988/02.  
REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.  
REPRESENTADO: MOISÉS SRAGOWICZ LIPNIK.  
ADV.: PEDRO XAVIER COELHO SOBRINHO E OUTROS.  
RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

PROCESSO N.º 761 – CLASSE VI  
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO ELEITORAL, EM FACE DA FUNDAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL CULTURAL DO ESTADO DE RORAIMA(TV CABURAI-CANAL 8), SUPOSTAMENTE, PROFERIR OFENSAS EM DESFAVOR DO ORA REPRESENTANTE E DIFUSÃO DE OPINIÃO FAVORÁVEL AO CANDIDATO OTTOMAR DE SOUSA PINTO, DA COLIGAÇÃO FRENTE TRABALHISTA, VEICULADOS DURANTE O PROGRAMA METE BRONCA.  
REPRESENTANTE: COLIGAÇÃO RORAIMA DE TODOS NÓS.  
ADV.: MARYVALDO BASSAL DE FREIRE.  
REPRESENTANTE: FRANCISCO FLAMARION PORTELA.  
ADV.: MAMEDE ABRÃO NETTO.  
REPRESENTADO: FUNDAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL CULTURAL DO ESTADO DE RORAIMA (TV CABURAI – CANAL 08).  
ADV.: HINDEMBURGO ALVES DE OLIVEIRA FILHO.  
RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

PROCESSO N.º 833 – CLASSE VI  
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO ELEITORAL EM FACE DE DENÚNCIAS DE FAVORECIMENTO ILÍCITO, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ORIUNDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA.  
REPRESENTANTE: FRANCISCO FLAMARION PORTELA.  
ADV.: MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA E OUTROS.  
REPRESENTADOS: OTTOMAR DE SOUSA PINTO, ROMERO JUCÁ E MARIA TERESA SAENZ SURITA JUCÁ.  
ADV.: HINDEMBURGO ALVES DE OLIVEIRO FILHO E OUTRO.  
RELATOR: DES. JOSÉ PEDRO.

PROCESSO N.º 66 – CLASSE VII  
ASSUNTO: REGISTRO DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO MUNICIPAIS E REGIONAL DO PARTIDO DEMOCRATA NACIONAL (PDN).  
REQUERENTE: JOZADAC RODRIGUES SOUZA, PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PDN.  
RELATOR: DES. JOSÉ PEDRO.

PROCESSO N.º 433 – CLASSE XI  
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1996.  
REQUERENTE: FRANCISCO FLAMARION PORTELA, PRESIDENTE DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PSL/RR.  
RELATOR: JUÍZA MARIA DILMAR.

PROCESSO N.º 441 – CLASSE XI  
ASSUNTO: PEDIDO DE REVISÃO PARA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS APRESENTADAS PELO PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO - PPB, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1998.  
REQUERENTE: PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO - PPB/RR.  
ADV.: HINDEMBURGO OLIVEIRA FILHO.

RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

PROCESSO N.º 456 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO REGIONAL PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2001.

REQUERENTE: ÁLVARO CELESTE BARBOSA CARDOSO, PRESIDENTE DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PDT/RR.

RELATOR: JUIZ GIOVANNY MORGAN.

PROCESSO N.º 479 – CLASSE XI

ASSUNTO: NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2001, PELO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

RELATOR: JUIZ CRISTÓVÃO SUTER.

PROCESSO N.º 481 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA (PCO), RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2001.

REQUERENTE: LEOPOLDO NOGUEIRA JUNIOR, PRESIDENTE REGIONAL DO PCO/RR.

RELATOR: DES. JOSÉ PEDRO.

PROCESSO N.º 525 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1996, RELATIVA AO FUNDO PARTIDÁRIO.

REQUERENTE: PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB/RR., POR SEU PRESIDENTE REGIONAL.

RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

PROCESSO N.º 579 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SRA. MARIA MARLUCE MOREIRA PINTO, CANDIDATA AO CARGO DE SENADOR PELO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB), NAS ELEIÇÕES DE 2002.

REQUERENTE: MARIA MARLUCE MOREIRA PINTO.

RELATOR: JUÍZA DIZANETE MATIAS.

PROCESSO N.º 1053 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB), REFERENTE AO ANO DE 2002.

REQUERENTE: CARLOS FERNANDES LIBÓRIO GOMES, PRESIDENTE REGIONAL DO PSB/RR.

RELATOR: JUÍZA MARIA DILMAR.

PROCESSO N.º 1060 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO LIBERAL (PL), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002.

REQUERENTE: ROBÉRIO BEZERRA DE ARAÚJO, PRESIDENTE REGIONAL DO PL/RR.

RELATOR: JUÍZA DIZANETE MATIAS.

PROCESSO N.º 1066 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA (PRP), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2002.

REQUERENTE: JOÃO SALAZAR DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA REGIONAL DO PRP.

RELATOR: DES. JOSÉ PEDRO.

PROCESSO N.º 1071 – CLASSE XI

ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS PARA INSTALAÇÃO DE UMA SEÇÃO ELEITORAL, COM URNA ELETRÔNICA, NA LOCALIDADE DENOMINADA MONTE CRISTO, MUNICÍPIO DE BOA VISTA.

REQUERENTE: RUBEN BENTO, VEREADOR.

RELATOR: JUIZ CÉSAR ALVES.

PROCESSO N.º 1083 – CLASSE XI

ASSUNTO: NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2002, PELO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN).

INTERESSADO: JUSTIÇA PÚBLICA ELEITORAL.

RELATOR: JUIZ GIOVANNY MORGAN.

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHOS**

PROCESSO N.º 464 – CLASSE II

ASSUNTO: RECURSO DA DECISÃO DO MM. JUIZ DA 1ª ZONA ELEITORAL QUE REJEITOU QUEIXA CRIME SUBSIDIÁRIA, POR ILEGITIMIDADE DA PARTE ATIVA.

RECORRENTE: NEUDO RIBEIRO CAMPOS.

ADV.: MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA.

RECORRIDO: PAULO HENRIQUE AMORIM.

ADV.: EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES E OUTROS.

RELATOR: JUIZ SILENO KLEBER.

DESPACHO

À Secretaria Judiciária, para redistribuir.  
Boa Vista, 24 de Junho de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 494 – CLASSE II  
ASSUNTO: AGRAVO DE INSTRUMENTO EM FACE DA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NOS AUTOS DE N.º 180/182/183 E 187, CLASSE VI, REUNIDOS POR CONEXÃO.  
AGRAVANTE: REDE TROPICAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.  
ADV.: FRANCISCO NORONHA.  
AGRAVADOS: ROMERO JUCÁ FILHO E OTTOMAR DE SOUSA PINTO.  
ADV.: MARYVALDO BASSAL DE FREIRE.  
RELATOR: DES. JOSÉ PEDRO.

Despachei nos autos da Representação nº 180 – Classe VI.  
Boa Vista, 05.09.03.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 28 – CLASSE IV  
ASSUNTO: QUEIXA-CRIME.  
QUERELANTE: ROMERO JUCÁ FILHO.  
ADV.: HINDEMBURGO ALVES DE O. FILHO E OUTROS.  
QUERELADOS: PAULO GEOVANE CÂNDIDO BEZERRA, LIONETE MARIA COUTINHO REIS, LUCIANO DE SOUZA CASTRO E GEILDA MONTEIRO CAVALCANTI.  
RELATOR: DES. JOSÉ PEDRO.

Em virtude de ter funcionado neste feito, às fls. 54/60, o Dr. Rômulo Moreira Cornado, sobrinho deste Relator, declaro-me impedido, nos moldes do art. 136, do CPC.

À Secretaria Judiciária para as providências de estilo.  
Boa Vista, 08 de setembro de 2003.

Des. JOSÉ PEDRO – Relator

PROCESSO N.º 30 – CLASSE VI  
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO ELEITORAL COM BASE NO ART. 36, § 3.º, DA LEI 9.504/97, COMBINADO COM O ART. 2.º, § 3.º, DA RESOLUÇÃO TSE N.º 20.988/02.  
REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.  
REPRESENTADO: MOISÉS SRAGOWICZ LIPNIK.  
ADV.: PEDRO XAVIER COELHO SOBRINHO E OUTROS.  
RELATOR: JUIZ ANTÔNIO MARTINS.

DESPACHO

À Secretaria Judiciária, para redistribuir.  
Boa Vista, 14 de agosto de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 180 – CLASSE VI  
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO ELEITORAL COM PEDIDO DE LIMINAR, EM FACE DE ENTREVISTA PRESTADA PELO PREFEITO DE CARACARAÍ, SR. ANTÔNIO REIS, VEICULADA NO PROGRAMA DE RÁDIO JORNAL RORAIMA HOJE, VEICULADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2002, PERÍODO DA MANHÃ (07:30 ÀS 08:00 HORAS), A RESPEITO DE EVENTUAL UNIÃO DOS SRS. ROMERO JUCÁ, TERESA JUCÁ, OTTOMAR PINTO COM O SR. CARLOS LEVISCHI.  
REPRESENTANTE: ROMERO JUCÁ FILHO.  
ADV.: MARYVALDO BASSAL DE FREIRE.  
REPRESENTADO: RÁDIO TROPICAL.  
ADV.: MAMEDE ABRÃO NETO.  
RELATOR: JUIZ ANTÔNIO MARTINS.

DESPACHO

À S.J.  
Para oficiar à Representada com vistas ao imediato cumprimento da r. decisão de fls. 67/70..  
Boa Vista, 05 de setembro de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 21 – CLASSE VI



**Diário do Poder Judiciário    Ano VII – EDIÇÃO 2722    Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO ELEITORAL POR PRÁTICA DE PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA, COM BASE NO ART. 36, § 3º DA LEI 9.504/97, REFERENTE ÀS ELEIÇÕES GERAIS DE 2002.

REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.

REPRESENTADOS: OTTOMAR DE SOUZA PINTO E REDE TROPICAL DE COMUNICAÇÃO.

ADV.: JOÃO FÉLIX DE SANTANA NETO E OUTROS.

RELATOR: JUIZ JEFFERSON FERNANDES.

**D E S P A C H O**

À S.J., aonde os autos deverão aguardar o julgamento do Agravo de Instrumento.

Boa Vista, 05/09/03.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 761 – CLASSE V

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO ELEITORAL, EM FACE DA FUNDAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL CULTURAL DO ESTADO DE RORAIMA (TV CABURAI-CANAL 8), SUPOSTAMENTE, PROFERIR OFENSAS EM DESFAVOR DO ORA REPRESENTANTE E DIFUSÃO DE OPINIÃO FAVORÁVEL AO CANDIDATO OTTOMAR DE SOUSA PINTO, DA COLIGAÇÃO FRENTE TRABALHISTA, VEICULADOS DURANTE O PROGRAMA METE BRONCA.

REPRESENTANTE: COLIGAÇÃO RORAIMA DE TODOS NÓS.

ADV.: MARYVALDO BASSAL DE FREIRE.

REPRESENTANTE: FRANCISCO FLAMARION PORTELA.

ADV.: MAMEDE ABRÃO NETTO.

REPRESENTADO: FUNDAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL CULTURAL DO ESTADO DE RORAIMA (TV CABURAI – CANAL 08).

ADV.: HINDEMBURGO ALVES DE OLIVEIRA FILHO.

RELATOR: JUIZ SILENO KLEBER.

**DESPACHO**

À Secretaria Judiciária, para redistribuir.

Boa Vista, 24 de junho de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 833 – CLASSE VI

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO ELEITORAL EM FACE DE DENÚNCIAS DE FAVORECIMENTO ILÍCITO, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ORIUNDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA.

REPRESENTANTE: FRANCISCO FLAMARION PORT ELA.

ADV.: MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA E OUTROS.

REPRESENTADOS: OTTOMAR DE SOUSA PINTO, ROMERO JUCÁ E MARIA TERESA SAENZ SURITA JUCÁ.

ADV.: HINDEMBURGO ALVES DE OLIVEIRO FILHO E OUTRO.

RELATOR: JUIZ SILENO KLEBER.

**DESPACHO**

À Secretaria Judiciária, para redistribuir.

Boa Vista, 24 de junho de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 66 – CLASSE VII

ASSUNTO: REGISTRO DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO MUNICIPAIS E REGIONAL DO PARTIDO DEMOCRATA NACIONAL (PDN).

REQUERENTE: JOZADAC RODRIGUES SOUZA, PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PDN.

RELATOR: JUIZ SILENO KLEBER.

**DESPACHO**

À Secretaria Judiciária, para redistribuir.

Boa Vista, 06 de agosto de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 433 – CLASSE XI

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1996.

REQUERENTE: FRANCISCO FLAMARION PORTELA, PRESIDENTE DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PSL/RR.

RELATOR: JUÍZA ELAINE BIANCHI.

**DESPACHO**

À Secretaria Judiciária, para redistribuir.  
Boa Vista, 24 de junho de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 441 – CLASSE XI  
ASSUNTO: PEDIDO DE REVISÃO PARA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS APRESENTADAS PELO PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO - PPB, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1998.  
REQUERENTE: PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO - PPB/RR.  
ADV.: HINDEMBURGO OLIVEIRA FILHO.  
RELATOR: JUIZ SILENO KLEBER.

DESPACHO

À Secretaria Judiciária, para redistribuir.  
Boa Vista, 24 de Junho de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 456 – CLASSE XI  
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO REGIONAL PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2001.  
REQUERENTE: ÁLVARO CELESTE BARBOSA CARDOSO, PRESIDENTE DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PDT/RR.  
RELATOR: JUIZ SILENO KLEBER.

DESPACHO

À Secretaria Judiciária, para redistribuir.  
Boa Vista, 25 de Junho de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 479 – CLASSE XI  
ASSUNTO: NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2001, PELO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).  
RELATOR: JUIZ SILENO KLEBER.

À S. J. para redistribuição.  
Boa Vista, 05.08.03.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 481 – CLASSE XI  
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA (PCO), RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2001.  
REQUERENTE: LEOPOLDO NOGUEIRA JUNIOR, PRESIDENTE REGIONAL DO PCO/RR.  
RELATOR: JUIZ ILLO AUGUSTO.

DESPACHO

À Secretaria Judiciária, para redistribuir.  
Boa Vista, 25 de Junho de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 525 – CLASSE XI  
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1996, RELATIVA AO FUNDO PARTIDÁRIO.  
REQUERENTE: PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB/RR., POR SEU PRESIDENTE REGIONAL.  
RELATOR: JUIZ SILENO KLEBER.

DESPACHO

À Secretaria Judiciária, para redistribuir.  
Boa Vista, 14 de agosto de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 579 – CLASSE XI  
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SRA. MARIA MARLUCE MOREIRA PINTO, CANDIDATA AO CARGO DE SENADOR PELO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB), NAS ELEIÇÕES DE 2002.

**Diário do Poder Judiciário    Ano VII – EDIÇÃO 2722    Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

REQUERENTE: MARIA MARLUCE MOREIRA PINTO.  
RELATOR: JUIZ ILLO AUGUSTO.

**DESPACHO**

À Secretaria Judiciária, para redistribuir.  
Boa Vista, 27 de Junho de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 1053 – CLASSE XI  
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB),  
REFERENTE AO ANO DE 2002.  
REQUERENTE: CARLOS FERNANDES LIBÓRIO GOMES, PRESIDENTE REGIONAL DO PSB/RR.  
RELATOR: JUIZ SILENO KLEBER.

**DESPACHO**

À Secretaria Judiciária, para redistribuir.  
Boa Vista, 25 de Junho de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 1060 – CLASSE XI  
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DIRETÓRIO REGIONAL DO PARTIDO LIBERAL (PL), REFERENTE AO  
EXERCÍCIO DE 2002.  
REQUERENTE: ROBÉRIO BEZERRA DE ARAÚJO, PRESIDENTE REGIONAL DO PL/RR.  
RELATOR: JUIZ SILENO KLEBER.

**DESPACHO**

À Secretaria Judiciária, para redistribuir.  
Boa Vista, 31 de julho de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 1066 – CLASSE XI  
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA (PRP), REFERENTE AO EXERCÍCIO  
DE 2002.  
REQUERENTE: JOÃO SALAZAR DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA REGIONAL DO PRP.  
RELATOR: JUIZ SILENO KLEBER.

**DESPACHO**

À Secretaria Judiciária, para redistribuir.  
Boa Vista, 14 de agosto de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 1071 – CLASSE XI  
ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS PARA INSTALAÇÃO DE UMA SEÇÃO  
ELEITORAL, COM URNA ELETRÔNICA, NA LOCALIDADE DENOMINADA MONTE CRISTO, MUNICÍPIO DE BÓIA VISTA.  
REQUERENTE: RUBEN BENTO, VEREADOR.  
RELATOR: JUIZ SILENO KLEBER.

**DESPACHO**

À Secretaria Judiciária, para redistribuir.  
Boa Vista, 14 de agosto de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

PROCESSO N.º 1083 – CLASSE XI  
ASSUNTO: NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2002, PELO PARTIDO TRABALHISTA  
NACIONAL (PTN).  
INTERESSADO: JUSTIÇA PÚBLICA ELEITORAL.  
RELATOR: JUIZ ILLO AUGUSTO.

**DESPACHO**

À Secretaria Judiciária, para redistribuir.

Boa Vista, 06 de agosto de 2003.

Des. MAURO CAMPELLO – Presidente do TRE/RR

---

**MINISTÉRIO PÚBLICO**

---

**PORTARIA Nº 453, DE 8 SETEMBRO 2003**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no art. 12, XXI da Lei Complementar Estadual nº 003/94 e art. 180, I da Lei Complementar Estadual nº 053/01,

**RESOLVE:**

Conceder à servidora **VERA LÚCIA PEREIRA SILVA**, 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, com efeitos a partir de 05SET03.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

FÁBIO BASTOS STICA  
Procurador-Geral de Justiça  
- em exercício -

**PORTARIA Nº 454, DE 8 DE SETEMBRO DE 2003**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a Instrução Normativa nº 001, de 24SET01,

**RESOLVE:**

Instituir suplimento de fundo fixo no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo R\$ 1.000,00 (um mil reais) para materiais de consumo, elemento de despesa 339030 e R\$ 1.000,00 (um mil reais) para outros serviços e encargos, elemento de despesa 339039, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir da data do crédito bancário, que será administrado pela servidora **AURINEIDE FERNANDES DA SILVA**, sendo que a mesma deverá prestar contas até 15 (quinze) dias após o período estabelecido.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

FÁBIO BASTOS STICA  
Procurador-Geral de Justiça  
- em exercício -

**ERRATA:**

Na Portaria nº 448/03, publicado no Diário do Poder Judiciário nº 2720, de 06SET03:

**Onde se lê:**        "... com efeitos a partir de 04SET03 ..."

**Leia-se:**        "... com efeitos a partir de 15AGO03 ..."

---

**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE 1.ª INSTÂNCIA  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA**

---

**Juízo da 1ª Vara**

**Juiz Titular: HELDER GIRAO BARRETO**

**Juiz Substituto: HELDER GIRAO BARRETO**

**Dir. Secret.: ISAAC CARNEIRO DA SILVA**

**Atos do Exmo. Juiz Federal Dr. HELDER GIRAO BARRETO**

Expediente do dia 09 de Setembro de 2003

Autos com Despacho

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

PROC1997.42.00.000936-7 ACOES DIVERSAS/OUTRAS

REQTE : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA

PROCUR : SILVIA TEREZA NOVAES DE MENEZES

REQDO : MARIA ARISTEIA PIMENTEL MATOS  
REQDO : MARIO JORGE VIEIRA DE OLIVEIRA  
REQDO : ERILENE DA SILVA MUNIZ  
REQDO : MARLY DA SILVA SABOIA  
REQDO : MARLEIDE SABOIA FREIRE  
REQDO : PAULO DA CUNHA FREIRE  
REQDO : EDILEUZA ANTONIA DA SILVA MUNIZ  
ADVOGADO : AM00001799 - EDNILSON P. MATOS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

"Considerando a conexão existente entre os autos ora apensados, e estando os mesmos em fase processual distintas, suspendo o presente feito até o nivelamento das fases, quando serão julgados simultaneamente. Intimem-se."

Autos com Decisão

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

PROC2003.42.00.002063-1 MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL

IMPTE : MAYARA DA SILVA FERREIRA  
DEF. PUB : RR305 - NATANAEL DE LIMA FERREIRA  
IMPDO : COORDENADORA DA APLICACAO DE PROVAS DO ENEM/2003/RR  
ENTIDADE : EXAME NACIONAL DO ENSINO MEDIO-ENEM

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

"DIANTE DO EXPOSTO e do que consta dos autos, defiro a liminar (...)"

PROC96.00.00843-4 IMOVEIS

AUTOR : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA  
PROCUR : SILVIA TEREZA NOVAES DE MENEZES  
REU : ANGELA MARIA LIMA DA SILVA  
REU : GERALDO DA SILVA SABOIA  
REU : FRANCISCO ADAO FREIRE  
REU : GLIMEDES DA SILVA SABOIA  
REU : MARIA SABOIA DA ROCHA CAMPOS  
REU : MARLENE MARIA MONTEIRO SABOIA  
REU : PAULO DA CUNHA FREIRE  
REU : MARLEIDE SABOIA FREIRE  
REU : RAIMUNDO ALBERTO LIMA DA SILVA  
REU : MARIO JANIO VIEIRA DE OLIVEIRA  
REU : LOURDES SABOIA FREIRE  
ADVOGADO : AM00001799 - EDNILSON P. MATOS  
ADVOGADO : RR00000003 - ILLO AUGUSTO DOS SANTOS  
ASSIST. : MARCOS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA  
CURADOR : MILTON CESAR PEREIRA BATISTA

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

"(...) Assim, norteados pelos princípios da economia processual e da instrumentalidade e não vislumbrando qualquer prejuízo às partes, considero válido os atos processuais anteriormente praticados, à exceção daqueles superados pela decisão de fls. 301 e pela nova contestação de fls. 303/307, com fulcro no art. 249, § 1º e 250, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Vista às partes para se manifestarem sobre esta decisão. Após, venham-se conclusos para sentença."

Autos com Ato Ordinatório

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

PROC1997.42.00.000536-3 SERVICOS PUBLICOS

AUTOR : ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
ADVOGADO : RR00000155 - ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
REU : FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA

PROC1999.42.00.001148-4 SERVICOS PUBLICOS

AUTOR : ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
ADVOGADO : RR00000155 - ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
ADVOGADO : RR0000158A - DIRCINHA CARREIRA DUARTE

REU    : UNIAO

PROC1999.42.00.001151-7 SERVICOS PUBLICOS

AUTOR   : ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
ADVOGADO : RR00000155 - ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
REU    : UNIAO

PROC1999.42.00.001161-9 SERVICOS PUBLICOS

AUTOR   : ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
ADVOGADO : RR00000155 - ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
ADVOGADO : RR0000158A - DIRCINHA CARREIRA DUARTE  
REU    : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA

Ato(s)Ordinatório(s):

"De ordem do MM. Juiz Federal na Titularidade da 1ª Vara, Dr. Helder Girão Barreto, e em conformidade com a Portaria nº 002, de 20.06.2003/1ª Vara/JF-RR, fica intimada a autora para requerer o que entender de direito."

PROC2003.42.00.000516-6 ACAO POSSESSORIA

REQTE   : UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR  
PROCUR   : ALDIR MENEZES CAVALCANTE  
PROCUR   : RR0000232A - ESMERALDA MARIA DA SILVA NASCIMENTO  
REQDO   : MARIA DE LOURDES HOLANDA  
REQDO   : LUIS BARBOSA ALVES  
REQDO   : FRANCISCO OLIVEIRA HOLANDA  
ADVOGADO : RR0000197A - EDNALDO GOMES VIDAL  
ADVOGADO : RR0000110B - MILTON CESAR PEREIRA BATISTA

Ato(s)Ordinatório(s):

"De ordem do MM. Juiz Federal na Titularidade da 1ª Vara, Dr. Helder Girão Barreto, e em conformidade com a Portaria nº 002, de 20.06.2003/1ª Vara/JF-RR, fica o requerido LUIS ALVES BARBOSA intimado para apresentar, de forma justificada, no prazo de 05 (cinco) dias, as provas que pretende produzir.."

**Juízo da 2ª Vara**

**Juiz Substituto: HELDER GIRÃO BARRETO**

**Dir. Secret.: ALANO PEREIRA NEVES**

**Atos do Exmo. Juiz Substituto: HELDER GIRÃO BARRETO**

Expediente do dia 08 de Setembro de 2003

Autos com Despacho

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

PROC1997.42.00.000495-0 PROCESSO DO JURI

AUTOR   : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL  
ADVOGADO : RR00000999 - ASSISTENCIA JUDICIARIA/RR  
ADVOGADO : NESTOR MUSSO LEAL  
PROCUR   : AGEU FLORENCIO DA CUNHA  
REU    : JOAO CARLOS LUIZ DA SILVA  
REU    : FRANCISCO IDALECIO PEREIRA DA SILVA  
REU    : JOSE COELHO FILHO  
REU    : ALVIMAR DOMINGUS SOARES  
REU    : WILSON SILVA SANTOS  
REU    : RUI TEIXEIRA MATOS  
ADVOGADO : RR0000005B - ALCI DA ROCHA  
ADVOGADO : RR0000138A - ALMIRO M. PADILHA  
ADVOGADO : RR0000107A - ANTONIETA MAGALHAES AGUIAR  
ADVOGADO : RR00000999 - ASSISTENCIA JUDICIARIA/RR  
ADVOGADO : RR0000197A - EDNALDO GOMES VIDAL  
ADVOGADO : RR0000173A - FRANCISCO DE ASSIS G. ALMEIDA  
ADVOGADO : RR0000065A - NELSON MENDES BARBOSA  
ADVOGADO : RR00000021 - PEDRO XAVIER COELHO SOBRINHO

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

**Diário do Poder Judiciário    Ano VII – EDIÇÃO 2722    Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

Recebendo a apelação de folha 3914, nos efeitos devolutivo e suspensivo. Intimando o apelante para apresentar suas razões, no prazo de 08 (oito) dias.

PROC95.00.00335-0 EXECUCAO DIVERSA POR TITULO EXTRA-JUDICIAL

EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RR0000160A - JOSE CARLOS IZIDRO MACHADO  
EXCDO : JOSUE DOS SANTOS FILHO  
EXCDO : R S MACIEL ME

PROC95.00.00673-1 EXECUCAO DIVERSA POR TITULO EXTRA-JUDICIAL

EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RR0000181A - CLODOCI FERREIRA DO AMARAL  
EXCDO : IOLANDA ROLANDO DIAS  
EXCDO : ANTONIO AIRTON OLIVEIRA DIAS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

Deferindo a suspensão pelo prazo solicitado.

PROC2003.42.00.001088-4 SERVICOS PUBLICOS

AUTOR : FRANCISCO PATRICIO BARROS DE OLIVEIRA  
ADVOGADO : RR00000149 - MARCOS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA  
REU : UNIAO

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

Facultando às partes especificarem provas, justificando, pormenorizadamente, suas finalidades, no prazo sucessivo de 5 dias.

PROC2003.42.00.001010-6 MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL

IMPTE : YAMIL EUNECIMO MORAN GUILARTE  
ADVOGADO : RR00000278 - RANDERSON AGUIAR  
ENTIDADE : DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL/RR  
IMPDO : DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM RORAIMA

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

Recebendo a apelação no efeito somente devolutivo. Intimando o apelado para apresentar as contra-razões, no prazo de 15 dias.

PROC2001.42.00.001419-5 ACAO POSSESSORIA

REQTE : JOSE COSTA PEREIRA  
REQDO : UNIAO  
REQDO : FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - FUNAI  
REQDO : ALDERIZO COLARES  
REQDO : JOSE COLARES  
REQDO : CEZARINA COLARES  
REQDO : JOILDO AMBROSIO  
ASSIST. : ANGELA M WOLFF DICK  
ASSIST. : SAMUEL WEBER BRAZ

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

Nos termos do despacho de fls. 215 e da petição de fls. 218/219, citem-se os requeridos ali indicados. Oportunamente apreciarei todas as questões.

PROC1999.42.00.000705-4 EXECUCAO DIVERSA POR TITULO EXTRA-JUDICIAL

EXQTE : UNIAO  
PROCUR : SUELY ALMEIDA  
EXCDO : UBIRAJARA RIZ RODRIGUES  
EXCDO : A S MATOS

PROC1999.42.00.000720-4 EXECUCAO DIVERSA POR TITULO EXTRA-JUDICIAL

EXQTE : UNIAO  
PROCUR : SUELY ALMEIDA  
EXCDO : JOSE ROBERTO DA SILVA

**Diário do Poder Judiciário    Ano VII – EDIÇÃO 2722    Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

EXCDO : CONSTRUTORA SILVA E COMPANHIA LTDA  
EXCDO : JUREMA DIAS DA SILVA

PROC1999.42.00.000749-2 EXECUCAO DIVERSA POR TITULO EXTRA-JUDICIAL

EXQTE : UNIAO  
PROCUR : SUELY ALMEIDA  
EXCDO : SEBASTIAO PEIXOTO FILHO  
EXCDO : ALFREDO DETERS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

Remetendo os autos ao arquivo provisório.

PROC1997.42.00.001062-3 PREVIDENCIARIO

AUTOR : ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
ADVOGADO : RR00000155 - ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
REU : INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA  
PROCUR : RR00000076 - MIRIAN MERGULHAO BRUNET

PROC1999.42.00.000910-4 SERVICOS PUBLICOS

AUTOR : ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
ADVOGADO : RR00000155 - ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
REU : UNIAO  
REU : INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA  
PROCUR : RR00000076 - MIRIAN MERGULHAO BRUNET

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

Intimando o IBAMA sobre o retorno dos autos da instância superior. Prazo de 15 dias.

Autos com Decisão

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

PROC2003.42.00.002071-7 FIANCA

REQTE : CARLOS GERMANO PASSINI  
ADVOGADO : RR0000157B - FRANCISCO DE ASSIS GUIMARAES ALMEIDA  
REQDO : JUSTICA PUBLICA

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

"... concedo liberdade provisória a CARLOS GERMANO PASSINI, mediante fiança no valor de 451,11 (quatrocentos e cinquenta e um reais e onze centavos), nos termos da letra "b", art. 325 do CPP; e, também, sob as condições dos arts. 327 e ss. do CPP".

PROC2003.42.00.002053-9 LIBERDADE PROVISORIA

REQTE : WADRIK DA SILVA PESSOA  
ADVOGADO : RR00000118 - JOSE FABIO MARTINS DA SILVA  
REQDO : JUSTICA PUBLICA

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

"... concedo liberdade provisória ao requerente, mediante fiança arbitrada no valor de 451,11 (quatrocentos e cinquenta e um reais e onze centavos), nos termos da letra "b", art. 325 do CPP; e, também, sob as condições dos arts. 327 e ss. do CPP..."

PROC2001.42.00.000678-5 EXECUCAO FISCAL/FAZENDA NACIONAL

EXQTE : UNIAO (FAZ. NACIONAL)  
PROCUR : PROTOGENES ELIAS DA SILVA  
EXCDO : TELEMAR NORTE LESTE S/A  
EXCDO : RONALDO IABRUDI DOS SANTOS PEREIRA  
ADVOGADO : RR0000051E - ALMIR ROCHA DE CASTRO JUNIOR  
ADVOGADO : GERALDO JOAO DA SILVA  
ADVOGADO : RR00000160 - ROMMEL LUCENA

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:



**Diário do Poder Judiciário      Ano VII – EDIÇÃO 2722      Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2003.**

Determinando a exclusão dos dados dos executados de qualquer cadastro de restrição de crédito (CADIN etc), em razão do débito objeto deste processo, acima indicado, e cuja exigibilidade se encontra suspensa...

PROC2001.42.00.001332-9 EXECUCAO FISCAL/FAZENDA NACIONAL

EXQTE : UNIAO (FAZ. NACIONAL)  
PROCUR : PROTOGENES ELIAS DA SILVA  
EXCDO : TELEMAR NORTE LESTE S/A  
EXCDO : RONALDO IABRUDI DOS SANTOS PEREIRA  
ADVOGADO : RR00000226 - ALEXANDER LADISLAU MENEZES  
ADVOGADO : RR0000051E - ALMIR ROCHA DE CASTRO JUNIOR  
ADVOGADO : RR0000128B - JOSE DEMONTIE SOARES LEITE  
ADVOGADO : RR00000160 - ROMMEL LUCENA  
ADVOGADO : RR00000209 - SAMUEL WEBER BRAZ

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

Determinando a exclusão dos dados dos executados de qualquer cadastro de restrição de crédito (CADIN etc), em razão dos débitos objeto deste processo, acima indicados, e cujas exigibilidades se encontram suspensas...

Autos com Sentença

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

PROC2000.42.00.000018-5 PROCESSO COMUM - JUIZ SINGULAR

AUTOR : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL  
PROCUR : FELIPE BRETANHA SOUZA  
REU : ENIO NAVARRO CHAPARRO  
ADVOGADO : RR0000072B - JOSIMAR DOS SANTOS BATISTA

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a sentença:

"... julgo procedente a denúncia para condenar o réu ENIO NAVARRO CHAPARRO às penas do art. 55, da Lei 9.605/98, c/c art 29, do CP".

Autos com Ato Ordinatório

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

PROC95.00.00137-3 FGTS

AUTOR : ANA NEIRE DE O PORTELA E OUTROS  
ADVOGADO : RR00000203 - FRANCISCO NORONHA  
ADVOGADO : RR00000215 - JOSE DUARTE MOURA  
ADVOGADO : RR00000136 - JOSE JOAO PEREIRA  
REU : UNIAO  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RR0000160A - JOSE CARLOS IZIDRO MACHADO  
ADVOGADO : RR0000159A - WILSON VERGILIO REAL RABELO

PROC95.00.00141-1 OUTRAS

AUTOR : MATILDE DE SOUZA BENTO E OUTROS  
ADVOGADO : RR00000203 - FRANCISCO NORONHA  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RR0000160A - JOSE CARLOS IZIDRO MACHADO  
ADVOGADO : RR0000159A - WILSON VERGILIO REAL RABELO

PROC95.00.00143-8 OUTRAS

AUTOR : ELIANE DO NASCIMENTO TORREIAS E OUTROS  
ADVOGADO : RR00000215 - JOSE DUARTE MOURA  
ADVOGADO : RR00000136 - JOSE JOAO PEREIRA  
REU : UNIAO  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RR0000160A - JOSE CARLOS IZIDRO MACHADO  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE  
ADVOGADO : RR0000159A - WILSON VERGILIO REAL RABELO

PROC1999.42.00.000148-4 OUTRAS

AUTOR : JOAO JUNO NASCIMENTO MILENAS  
ADVOGADO : RR00000155 - ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE

PROC1999.42.00.000188-1 OUTRAS

AUTOR : CLOVIS VALMICI DOS SANTOS  
ADVOGADO : RR00000155 - ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE

PROC1999.42.00.000198-3 OUTRAS

AUTOR : ATILON BARBOSA DOS REIS  
ADVOGADO : RR00000155 - ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE

PROC1999.42.00.000219-2 FGTS

AUTOR : JORGE MOURA REIS FILHO  
ADVOGADO : RR00000155 - ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : AM00003233 - MAGDA ESMERALDA DOS SANTOS

PROC1999.42.00.000242-9 OUTRAS

AUTOR : JANIO BATISTA CAMELO  
ADVOGADO : RR00000155 - ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE

PROC1999.42.00.000938-0 OUTRAS

AUTOR : JOAQUIM MENDES DE CARVALHO E OUTROS  
ADVOGADO : RR00000155 - ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF

PROC1999.42.00.000998-0 OUTRAS

AUTOR : EURICO SOBRINHO DE ALMEIDA E OUTROS  
ADVOGADO : RR00000155 - ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE

PROC2000.42.00.000142-5 FGTS

AUTOR : MARIA DO LIVRAMENTO MOREIRA DE JESUS E OUTROS  
ADVOGADO : RR0000185A - AGENOR VELOSO BORGES  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE

PROC2000.42.00.000179-0 FGTS

AUTOR : ANTONIO JOSIMAR GOMES DE ALMEIDA E OUTROS  
ADVOGADO : RR0000185A - AGENOR VELOSO BORGES  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE

PROC2000.42.00.000197-8 FGTS

AUTOR : FRANCISCO CARLOS PINHEIRO E OUTROS  
ADVOGADO : RR0000185A - AGENOR VELOSO BORGES  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE

PROC2000.42.00.000217-4 OUTRAS

AUTOR : JOSE FRANCO RODRIGUES E OUTROS  
ADVOGADO : RR00000269 - RODOLPHO CESAR MAIA DE MORAIS  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE

PROC2000.42.00.000276-2 FGTS

AUTOR : MARIA JOSE DE SOUZA WALKER E OUTROS  
ADVOGADO : RR0000185A - AGENOR VELOSO BORGES  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE

PROC2000.42.00.000346-8 FGTS

AUTOR : WALTER MENEZES E OUTROS  
ADVOGADO : RR0000185A - AGENOR VELOSO BORGES  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE

PROC2000.42.00.000506-2 FGTS

AUTOR : ROSA GOMES DE SOUZA E OUTROS  
ADVOGADO : RR00000212 - STELIO DENER DE SOUZA CRUZ  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE

PROC2000.42.00.000562-2 FGTS

AUTOR : MARCOS ALBERTO SOUZA RIBEIRO E OUTROS  
ADVOGADO : RR00000269 - RODOLPHO CESAR MAIA DE MORAIS  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : AM00003233 - MAGDA ESMERALDA DOS SANTOS

PROC2000.42.00.000586-7 FGTS

AUTOR : JOSE OSETE MONTEIRO E OUTROS  
ADVOGADO : RR00000269 - RODOLPHO CESAR MAIA DE MORAIS  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE

PROC2000.42.00.000593-0 FGTS

AUTOR : ANTONIO GERSON DO NASCIMENTO COUTINHO E OUTROS  
ADVOGADO : RR00000269 - RODOLPHO CESAR MAIA DE MORAIS  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE

PROC2000.42.00.000784-3 FGTS

AUTOR : IVANILDO COSTA DE SOUZA E OUTROS  
ADVOGADO : RR00000212 - STELIO DENER DE SOUZA CRUZ  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE

PROC2000.42.00.001320-8 FGTS

AUTOR : MARIA DAS GRACAS DE SOUZA REIS E OUTROS  
ADVOGADO : RR0000185A - AGENOR VELOSO BORGES  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE

PROC2000.42.00.001623-9 FGTS

AUTOR : CASSIANO MACUXI E OUTROS  
ADVOGADO : RR00000212 - STELIO DENER DE SOUZA CRUZ  
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL -CEF  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE

Ato(s)Ordinatório(s):

Vista ao interessado para dar prosseguimento ao feito.

PROC2003.42.00.001345-8 SERVICOS PUBLICOS

AUTOR : CECILIO MARQUES DA SILVA  
ADVOGADO : RR00000179 - JOSE RIBAMAR ABREU DOS SANTOS  
REU : UNIAO

PROC2003.42.00.001786-0 EXECUCAO DIVERSA POR TITULO JUDICIAL

EXQTE : FRANCISCA ROSILEUDA COSTA DIAS  
ADVOGADO : RR00000155 - ANTONIO ONEILDO FERREIRA  
EXCDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF  
ADVOGADO : RN00004117 - PABLO SIQUEIRA NOBRE

Ato(s)Ordinatório(s):

Para a réplica. Prazo de 10 dias.

**JUÍZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – JEF**

TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO AMAZONAS E RORAIMA

**Juiz Presidente: DR. VALLISNEY DE SOUZA OLIVEIRA**

**1º RELATOR: DR. VALLISNEY DE SOUZA OLIVEIRA**  
**2ª RELATORA: DRA. JAIZA MARIA PINTO FRAXE**  
**3ª RELATORA: DRA. MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA**  
**1ª RELATORA SUPLENTE: DRA. RAQUEL SOARES CHIARELLI**  
**2ªRELATOR SUPLENTE: DR. BOAVENTURA JOÃO ANDRADE**

**Supervisora: VANESSA ADRIANE PINTO PIMENTEL**  
**Secretário: CARLOS GOMES**

**ATO da Exma. Juíza Presidente da Turma Recursal, em exercício.**

**EXPEDIENTE DO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2003**

BOLETIM 18/2003

**PAUTA DE JULGAMENTOS**

Determino a inclusão do(s) processo(s) abaixo relacionado(s) na Pauta de Julgamento Ordinária do dia **19 de setembro de 2003, sexta-feira, às 15:00 horas**, no Plenário da Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Amazonas - Roraima, podendo, entretanto, na mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, serem julgados outros processos.

**Processo:** 2003.32.00.703543-9  
**Classe:** 70111 – Recurso contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **SEBASTIÃO RAMOS RODRIGUES**

**Processo:** 2003.32.00.703563-4  
**Classe:** 70111 – Recurso contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **CONCEIÇÃO CRISTINA SOUZA DE OLIVEIRA**

**Processo:** 2003.32.00.703565-1  
**Classe:** 70111 – Recurso contra Sentença no Juizado  
**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **SEBASTIÃO LUIS DE ALMEIDA FILHO**

**Processo:** 2003.32.00.703566-5  
**Classe:** 70111 – Recurso contra Sentença no Juizado  
**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Procurador (a):** Dra. Rosalíz R. C. Jatobá Pinto.  
**Recorrido (s):** **IRISNETE PACHECO DE SOUZA**

**Processo:** 2003.32.00.703567-9  
**Classe:** 70111 – Recurso contra Sentença no Juizado  
**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **LINDALVA MELO DA SILVA**

**6. Processo:** 2003.32.00.703568-2  
**Classe:** 70111 – Recurso contra Sentença no Juizado  
**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Procurador (a):** Dra. Rosaliz R. C. Jatobá Pinto  
**Recorrido (s):** **VENIMARIA AMARAL DE SOUZA**

**Processo:** 2003.32.00.703606-0  
**Classe:** 70111 – Recurso contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **DIOGENES SALDANHA FIGUEIREDO**

**Processo:** 2003.32.00.703646-1  
**Classe:** 70111 – Recurso contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **IRLEIDE COSTA DE SOUZA**  
**Advogado (a):** Dr. José Francisco Santos Silva, OAB/AM 1993.

**Processo:** 2003.32.00.703650-2  
**Classe:** 70111 – Recurso contra Sentença no Juizado  
**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Procurador (a):** Dra. Rosaliz R. C. Jatobá Pinto  
**Recorrido (s):** **JAIR DOS SANTOS VELASCO**  
**Advogado (a):** Dra. Dircinha Carneira Duarte, OAB/RR 158-A

**Processo:** 2003.32.00.703651-6  
**Classe:** 70111 – Recurso contra Sentença no Juizado  
**Relator (a):** Dra. Maria Lucia Gomes de Souza  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Procurador (a):** Dra. Rosaliz R. C. Jatobá Pinto  
**Recorrido (s):** **TANIA REGINA DORNELES DE SOUZA**  
**Advogado (a):** Dra. Dircinha Carneira Duarte, OAB/RR158-A

**Processo:** 2002.32.00.703705-9  
**Classe:** 70111-Recurso contra Sentença no Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Maria Lucia Gomes de Souza  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **LUELY CORREA NUNES**

**12. Processo:** 2003.32.00.703706-2  
**Classe:** 70111-Recurso contra Sentença no Juizado Cível  
**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **ADELELMO DA SILVA MARQUES**  
**Procurador (a):** Dr. Josenildo Ferreira Barbosa, OAB/RR 145

**Processo:** 2003.32.00.703707-6  
**Classe:** 70111-Recurso contra Sentença no Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Maria Lucia Gomes de Souza  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **MARIA GORETE PEREIRA NEVES**

**Processo:** 2003.32.00.703708-0  
**Classe:** 70111-Recurso contra Sentença no Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **ROSILENE DO SOCORRO RODRIGUES ALMEIDA**

**Processo:** 2003.32.00.703709-3  
**Classe:** 70111-Recurso contra Sentença no Juizado Cível

**Relator (a):** Dra. Maria Lucia Gomes de Souza  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **GERALDA DA SILVA LIMA**

**16. Processo:** 2003.32.00.703710-3  
**Classe:** 70111- Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **ELIVALDO LEONCIO DE SOUZA**  
**Advogado (s):** Dr. Alexandre Ladislau Menezes, OAB/RR 226 e Dra. Cleise Lucia dos Santos OAB/RR 343.

**17. Processo:** 2003.32.00.703711-7  
**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Maria Lucia Gomes de Souza  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** FRANCISCO FERNANDES GUIMARÃES

**18. Processo:** 2003.32.00.703712-0  
**Classe:** 70111- Recurso Contra sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido(s):** **FRANCISCA CIPRIANA DE MORAIS**

**19. Processo:** 2003.32.00.703713-4  
**Classe:** 70111- Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido(s):** **FATIMA MARIA CACAU PINHEIRO**

**20. Processo:** 2003.32.00.703714-8  
**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença Do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe  
**Recorrente(s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido(s):** **EVERALDO RODRIGUES**

**21. Processo:** 2003.32.00.703715-1  
**Classe:** 70111- Recurso Contra sentença do Juizado Cível  
**Relator(a):** Dra. Maria Lucia Gomes de Souza  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **LINDALVA PEREIRA DA SILVA**

**22. Processo:** 2003.32.00.703717-9  
**Classe:** 70111- Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **TEREZINHA BRAZILIA JUNGES**  
**Advogado (a):** Dra. Suely Almeida, OAB/RR 42.

**23. Processo:** 2003.32.00.703718-2  
**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Maria Lucia Gomes de Souza  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **JADIR CORREA DA COSTA JUNIOR**  
**Advogado (a):** Dr. Rarison Tataira da Silva, OAB/RR 263

**24. Processo:** 2003.32.00.703719-6  
**Classe:** 70111- Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido(s):** **PLINIO FRANCISCO HOLZ**

**25. Processo:** 2003.32.00.703739-1  
**Classe:** 70111- Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **MARLETE SILVA BIAZATTE**

**26. Processo:** 2003.32.00.703741-5  
**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**

**Recorrido (s): PEDRO PONTES FILHO**

**27. Processo:** 2003.32.00.703742-9

**Classe:** 70111 - Recursos Contra Sentença Do Juizado Cível

**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe

**Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL**

**Recorrido (s): RAIMUNDO BEZERRA OLIVEIRA**

**28. Processo:** 2003.32.00.703743-2

**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível

**Relator (a):** Dr. Vallisney De Souza Oliveira

**Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL**

**Recorrido (s): JOSE PEREIRA CARDOSO**

**29. Processo:** 2003.32.00.703744-6

**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível

**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira

**Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL**

**Recorridos (s): ODINEY MOTA DE LIMA**

**30. Processo:** 2003.32.00.703745-0

**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível

**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe

**Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL**

**Recorrido(s): MARIA LUCIA CAVALCANTI MUNIZ**

**31. Processo:** 2003.32.00.703747-7

**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível

**Relator (a):** Dr. Vallisney De Souza Oliveira

**Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL**

**Recorrido (s): JOSE BERNADO LOPES NETO**

**32. Processo:** 2003.32.00.703748-0

**CLASSE:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível

**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto fraxe

**Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL**

**Recorrido (s): LUIZ CANDIDO DA SILVA**

**33. Processo:** 2003.32.00.703749-4

**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível

**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe

**Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL**

**Recorrido (s): EVANDRO DA SILVA COSTA**

**34. Processo:** 2003.32.00.703750-4

**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível

**Relator (a):** Dra. Maria Lucia Gomes de Souza

**Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL**

**Recorrido (s): EDINAEL SOUZA PEREIRA**

**35. Processo:** 2003.32.00.703999-1

**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença Do Juizado Cível

**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira

**Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL**

**Recorrido (s): IRACELMA ANICETO JUTAI**

**36. Processo:** 2003.32.00.704072-5

**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível

**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira

**Recorrido (s): UNIÃO FEDERAL**

**Recorrente (s): JOSE FRANCISCO DOS SANTOS SO BRINHO**

**Advogado (a):** Dra. Suely Almeida, OAB/RR 042

**37. Processo:** 2003.32.00.704371-7

**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível

**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe

**Recorrente (s): LEONIZA LUCENA POSSEBON RIBEIRO**

**Advogado (a):** Dra. Suely Almeida, OAB/RR 042

**Recorrido (s): UNIÃO FEDERAL**

**38. Processo:** 2003.32.00.704372-0

**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **CLEUMA DA SILVA DUTRA**  
**Advogado (a):** Dra. Silene Maria Pereira Franco, OAB/RR 0288

**39. Processo:** 2003.32.00.704373-4

**Classe:** 70111 - recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **EVANIL MENDES LOBO**  
**Advogado (a):** Dr. Josenildo Ferreira Barbosa, OAB/RR 0145

**40. Processo:** 2003.32.00.704466-4

**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível.  
**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **INES DRESCH**  
**Advogado (a):** Dr. Milton Cesar Pereira Batista, OAB/RR 110B

**41. Processo:** 2003.32.00.704467-8

**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Maria Lucia Gomes de Souza  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **ELIACI GUIOMAR DOS SANTOS SINDEAUX**  
**Advogado (a):** Dr. Jose Francisco Santos Silva, OAB/AM 1993.

**42. Processo:** 2003.32.00.704468-1

**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Maria Lucia Gomes de Souza  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **DALVENY RIBEIRO RICHIL**

**43. Processo:** 2003.32.00.704470-5

**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Maria Lucia Gomes de Souza  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **ANTONIA MARTA DA SILVA SOBRINHO**  
**Advogado (a):** Dra Silene Maria Pereira Franco, OAB/RR 188.

**44. Processo:** 2003.32.00.704472-2

**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **ANISIA MARIA DRESCH**  
**Advogado (a):** Dr. Milton Cesar Pereira Batista, OAB/RR 110B.

**45. Processo:** 2003.32.00.704473-6

**Classe:** 70111 - recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator:** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **MARIA DAIZA DA SILVA**  
**Advogado (a):** Dr. Josenildo Ferreira Barbosa

**46. Processo:** 2003.32.00.704475-3

**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira  
**Recorrente (s):** **MARIA LUCIA TRAJANO PAZA**  
**Advogado (s):** Dra. Dircinha Carreira Duarte  
**Recorrido (s):** **UNIÃO FEDERAL**

**47. Processo:** 2003.32.00.704476-7

**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira  
**Recorrente (s):** **UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s):** **MARIA GORETTI HOLZ**  
**Advogado (a):** Dr. Josenildo Ferreira Barbosa, OAB/RR 145.

**48. Processo:** 2003.32.00.704477-0

**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe



**Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s): TEREZA BARROS DA SILVA**  
**Advogado (a):** Dr. Josimar Santos Batista

- 49. Processo:** 2003.32.00.704478-4  
**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira  
**Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s): ODILCE LIMA DA SILVA**  
**Advogado (a):** Dra. Dircinha Carreira Duarte, OAB/RR 158<sup>A</sup>.
- 50. Processo:** 2003.32.00.704479-8  
**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira  
**Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s): ERISMILTA SUCUPIRA FERRO CARNEIRO**  
**Advogado (a):** Dr. Agenor Veloso Borges, OAB/RR 185<sup>A</sup>
- 51. Processo:** 2003.32.00.704480-8  
**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira  
**Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s): RICARDO DE PAULA SAGICA**  
**Advogado (a):** Dr. Milton Cesar Pereira Batista, OAB/RR 110B
- 52. Processo:** 2003.32.00.704481-1  
**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira  
**Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s): ONIDES MARIA SILVEIRA BORGES**  
**Advogado (a):** Dr. Milton Cesar Pereira Batista, OAB/RR 110B
- 53. Processo:** 2003.32.00.704584-4  
**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível.  
**Relator (a):** Dra. Maria Lucia Gomes De Souza  
**Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s): MARA NUBIA RIBEIRO BANTIM**  
**Advogado (a):** Dra. Suely Almeida, OAB/RR 42
- 54. Processo:** 2003.32.00.704585-8  
**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível.  
**Relator (a):** Dr. Vallisney de Souza Oliveira  
**Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s): JOÃO BATISTA**  
**Advogado (a):** Dra. Silene Maria Pereira Franco, OAB/RR 288
- 55. Processo:** 2003.32.00.704586-1  
**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Jaiza Maria Pinto Fraxe  
**Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s): IRACEMA RUIZ LIMA**  
**Advogado (a):** Dra. Dircinha Carreira Duarte, OAB/RR 158<sup>A</sup>
- 56. Processo:** 2003.32.00.704587-2  
**Classe:** 70111 - Recurso Contra Sentença do Juizado Cível  
**Relator (a):** Dra. Maria Lucia Gomes de Souza  
**Recorrente (s): UNIÃO FEDERAL**  
**Recorrido (s): WANDA DA SILVA FIGUEIREDO**  
**Advogado (a):** Dra. Suely Almeida, OAB/RR 42.

Manaus, 08 de setembro de 2003.

MARIA LUCIA GOMES DE SOUZA  
Juiza Federal Presidente, em exercício, da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais  
**Amazonas-Roraima**

VANESSA ADRIANE PINTO PIMENTEL  
SUPERVISORA DA TURMA RECURSAL

---

**TABELIONATODE 1º OFÍCIO**

---

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro, neste Registro Civil das Pessoas Naturais - 1º Ofício da Capital de Boa Vista-RR:

1) EZIO DE JESUS GOMES DE LUCAS e GRACINARA DA SILVA TEIXEIRA

ELE: nascido em Boa Vista-RR, em 16/01/1975, de profissão contador, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Brasil, nº 527, Bairro dos Estados, Boa Vista-RR, filho de MARIA CÍCERA GOMES DE LUCAS.

ELA: nascida em Boa Vista-RR, em 07/12/1973, de profissão professora, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua Alferes Paulo Saldanha, nº 1179, Bairro São Francisco, Boa Vista-RR, filha de ENOQUE LOPES TEIXEIRA e MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA TEIXEIRA.

2) JOEL LEVEL DE ALMEIDA e ALIANE BARBOSA PEREIRA

ELE: nascido em Boa Vista-RR, em 07/02/1982, de profissão professor, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Alagoas, nº 549, bairro dos Estados, Boa Vista-RR, filho de EFRAIM DE ALMEIDA e EDINEZ DE SOUZA LEVEL.

ELA: nascida em Boa Vista-RR, em 03/03/1984, de profissão professora, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua das Rosas, nº 475, Bairro Pricumã, Boa Vista-RR, filha de ANTONIO JOSÉ PEREIRA e MARIA HELENA LIMA BARBOSA.

3) EDUARDO CARDOZO DE OLIVEIRA e KELEN CAROLINA FARIAS DE AGUIAR

ELE: nascido em Rio de Janeiro-RJ, em 03/07/1976, de profissão militar, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua: P-06, Bloco 2069, Apt.303, Paraviana, Boa Vista-RR, filho de EVERALDO DE OLIVEIRA e LUCY CARDOZO DE OLIVEIRA.

ELA: nascida em Manaus-AM, em 14/06/1976, de profissão autônoma, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua: P-06, Bloco 2069, Apt.303, Paraviana, Boa Vista-RR, filha de ARNUZIO CELESTINO DE AGUIAR e SULAMITA FARIAS DE AGUIAR.

4) CLEMENTE GUIVARES e MARILÚ RAMOS MACÊDA

ELE: nascido em Boa Vista-RR, em 30/03/1962, de profissão motorista, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Z-05, nº 2902, Bairro Alvorada II, Boa Vista-RR, filho de BRUNO GUIVARES e ALBERTINA GUIVARES.

ELA: nascida em Vitorino Freire-MA, em 24/02/1967, de profissão do lar, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua Z-05, nº 2902, Bairro Alvorada II, Boa Vista-RR, filha de MANOEL RAMOS MACÊDA e LUZIA RAMOS FERREIRA.

5) ANTONIO ALMEIDA OLIVEIRA e DALVANIR SOUZA ALMEIDA

ELE: nascido em Lago Verde-MA, em 05/05/1970, de profissão policial militar, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Hungria, nº 714, Bairro Cauamé, Boa Vista-RR, filho de LEÔNCIO MENDES OLIVEIRA e ANTONIA ALMEIDA OLIVEIRA.

ELA: nascida em Boa Vista-RR, em 14/01/1971, de profissão autônoma, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua Hungria, nº 714, Bairro Cauamé, Boa Vista-RR, filha de GABRIEL ALMEIDA e MARIA DO SOCORRO SOUZA ALMEIDA.

6) MARCILIO FREITAS DE MELO e DENISE DE BRITO TUPINAMBÁ

ELE: nascido em Recife-PE, em 25/01/1984, de profissão auxiliar administrativo, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Dr. Arnaldo Brandão, nº 129, São Francisco, Boa Vista-RR, filho de ERIVALDO FREITAS DE MELO e ALDILEIDE PATRICIA MORAES GUERRA.

ELA: nascida em Boa Vista-RR, em 20/12/1979, de profissão funcionária pública, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua Dr. Arnaldo Brandão, nº 129, São Francisco, Boa Vista-RR, filha de DÉLIO DE OLIVEIRA TUPINAMBÁ e ARTEMIZA DE BRITO TUPINAMBÁ.

7) BRUNO PERROTTA DE MENEZES e MARIA SANDRA COSTA DA CUNHA

ELE: nascido em Rio de Janeiro-RJ, em 31/12/1982, de profissão militar, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Nelson de Albuquerque, nº 836, Bairro Liberdade, Boa Vista-RR, filho de JOÃO LUIZ GOMES DE MENEZES e NEIDE APARECIDA PERROTTA DE MENEZES.

ELA: nascida em Boa Vista-RR, em 01/04/1984, de profissão funcionária pública, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua Nelson Albuquerque, nº 836, Bairro Liberdade, Boa Vista-RR, filha de MARCELINO ALVES DA CUNHA e JOSEFA COSTA DA CUNHA.

Se alguém souber de algum impedimento queira acusá-lo na forma da Lei. Boa Vista-RR, 09 de setembro de 2003. DEUSDETE COELHO FILHO, Oficial, subscrevo e assino.

---

**TABELIONATODE 2º OFÍCIO**

---

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 nº I, II e IV do Código Civil Brasileiro HEFRAYN COSTA LOPES e LILIAN KEILA DE ABREU SOUZA Sendo o pretendente nascido em Santa Inês - Maranhão, ao (s) vinte(20) de janeiro (01) de 1980, Profissão: Auxiliar Administrativo, Estado Civil: solteiro, domiciliado e residente na Rua Maria Rodrigues Santos, nº 1977, bairro Tancredo Neves, nesta cidade, filho de Domingos Lopes e Lusía Costa Lopes. A pretendente nascida em Tucuruí - Pará, ao(s) oito (08) dia de maio(05) de 1984, Profissão: estudante, Estado Civil: solteira, residente na Rua S - 01, nº 1837 bairro Pintolândia, nesta cidade, filha de Francisco Alves Souza e Maria de Jesus Abreu Souza.

Alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Lavro o presente para ser afixado em quadro próprio no Edifício do Fórum e publicado no Diário do Poder Judiciário.

Boa Vista - RR , 08 de setembro de 2003

Wagner Mendes Coelho  
Tabelião